

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVERSIDADE NA
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DO
PRONAF EM CACHOEIRA DO SUL/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daiane Loreto de Vargas

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVERSIDADE NA
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DO PRONAF EM
CACHOEIRA DO SUL/RS**

por

Daiane Loreto de Vargas

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**

Orientador: Prof. Dr. Clayton Hillig

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVERSIDADE NA AGRICULTURA
FAMILIAR: UM ESTUDO DO PRONAF EM CACHOEIRA DO
SUL/RS**

elaborada por
Daiane Loreto de Vargas

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Clayton Hillig
(Presidente/Orientador - UFSM)

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen (UFRGS)

Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho (UFSM)

Santa Maria, 19 de janeiro de 2012

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas merecem um sincero muito obrigado...

A força maior do Universo que guiou meus passos por este caminho;

Ao Maurício, meu companheiro de jornada, que esteve presente em todos os momentos dessa caminhada, sempre amigo, atencioso, prestativo e por vezes também orientador, sendo fundamental para a concretização desse sonho;

Aos meus pais, pelos ensinamentos primeiros da vida, pelo incentivo e pelo carinho. Ao meu pai por acreditar nos meus sonhos e a minha mãe pelo fraterno amor;

Aos meus amig@s, pelo apoio de sempre, mesmo de longe pelo MSN, por me incentivarem a seguir nessa estrada;

Aos grandes mestres que tive o prazer de conviver na UERGS. Em especial ao professor Celson Canto, pelo incentivo, e a grande amiga professora Gisele Guimarães, por ter me indicado esse caminho;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, fundamentais para o processo pelo qual passei, pessoas que conseguiram conduzir nossa jornada com simplicidade e sabedoria;

Ao orientador Clayton Hillig, pela orientação, paciência, empréstimo de material e por ter aceitado me orientar;

Aos professores, Marco Antônio Verardi Fialho, Vivien Diesel, Joel Orlando Bevilaqua Marin, pelo empréstimo de livros, pela indicação de material de estudo e pelas conversas sempre muito proveitosas;

Aos professores da banca pela valiosa contribuição;

Aos colegas da turma de Mestrado em Extensão Rural, pelas conversas, pela troca de experiências, enfim, pela vivência. Em especial os colegas Tanise, Martin e Isadora pela amizade;

Aos agricultores familiares, imprescindíveis para que este trabalho se concretizasse, gente humilde, capaz, de força e de fé;

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul, a Associação de Agricultores Familiares de Cachoeira do Sul, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão de Cachoeira do Sul, em especial na pessoa da Beatriz, pelas informações prestadas e pela paciência, contribuição valiosa para este trabalho;

A Capes, pela bolsa de estudos que foi muito importante para a realização desse sonho;

Enfim, a todas aquelas pessoas que direta ou indiretamente torceram por mim, enviando seus pensamentos positivos.

"A única revolução possível é dentro de nós"
(Mahatma Gandhi)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVERSIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DO PRONAF EM CACHOEIRA DO SUL/RS

AUTORA: DAIANE LORETO DE VARGAS

ORIENTADOR: CLAYTON HILLIG

Data e Local da defesa: Santa Maria, 19 de Janeiro de 2012

O presente trabalho aborda a diferenciação que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) promove entre os agricultores familiares no Município de Cachoeira do Sul/RS, tendo em vista que se refere a uma categoria social bastante heterogênea, que incorpora mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. A qual foi construída para dar base a essa política pública, criada na metade dos anos 90 e que ao longo de sua história passou por muitas mudanças. Atualmente o PRONAF atua em praticamente todos os municípios do país, possui taxas de juros diferenciadas e financia crédito agrícola de acordo com o enquadramento econômico dos distintos grupos de agricultores familiares. Mas, mesmo atuando nessas condições, o programa não tem conseguido atender aos anseios da grande heterogeneidade de produtores que abarca o conceito de agricultura familiar. Dessa forma, este estudo teve como objetivo principal: compreender quais são as diferenças entre aqueles agricultores que acessam e aqueles que não acessam ao PRONAF e os motivos para essa tomada de decisão, considerado as características da unidade de produção e da condição socioeconômica dos mesmos no local de estudo. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa no Município de Cachoeira do Sul/RS, para a qual foi utilizada uma metodologia quali-quantitativa, mais com maior atenção aos aspectos qualitativos da pesquisa, já que a mesma tinha como objetivo a compreensão e não a quantificação em números. Fizemos uso das técnicas de observação, da entrevista aberta semi-estruturada, de um diário de campo, de análise de documentos e fotografias do local. Onde foram entrevistados 35 agricultores familiares em onze localidades do interior do Município, sendo 18 pronafianos e 17 não-pronafianos, além dos órgãos mediadores (EMATER, STR, AF e Agências Bancárias). Os resultados da pesquisa apontam que o PRONAF promove uma diferenciação bastante acentuada entre os agricultores familiares, os não-pronafianos em geral possuem menores rendas, vivem em propriedades menores, fazem uso de tecnologias tradicionais, possuem poucas relações sociais e tem medo de se endividar com as agências bancárias. Essas diferenças são do conhecimento dos órgãos mediadores, mas, os mesmos se abstêm da situação e da distância que existe entre pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Diversidade, PRONAF, Diferenciações

ABSTRACT

Dissertation of Master Degree
Post-Graduation Program in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

PUBLIC POLICY AND FAMILY DIVERSITY IN AGRICULTURE: A STUDY OF THE WATERFALL IN SOUTH PRONAF / RS

Author: Daiane Loreto de VARGAS

Adviser: Clayton HILLIG

Date and Location of Defense: Santa Maria, January 19, 2012

This article discusses the distinction that the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF) promotes among farmers in Cachoeira do Sul / RS, given that we are referring to a very heterogeneous social category, which includes over 80% of farms in Brazil. Which was built to provide the basis for public policy, created in the mid 90's and throughout its history has gone through many changes. Currently PRONAF operates in almost all municipalities in the country, have varying interest rates and financing agricultural credit in accordance with the guidelines of the different economic groups of farmers. But even acting in these conditions, the program has failed to meet the needs of the great heterogeneity of producers embraces the concept of family farming. Thus, this study aimed to: understand what are the differences between those farmers who access and those without access to PRONAF and the reasons for that decision, considered the characteristics of the plant and in the same socioeconomic study site. Thus, we performed a search in Cachoeira do Sul / RS, which was used for a qualitative and quantitative methodology, but with greater attention to qualitative aspects of research, since it had as its goal the understanding and quantification not numbers. We use the techniques of observation, semi-structured open interviews, a field diary, analysis of documents and photographs of the site. Where 35 farmers were interviewed in eleven locations within the municipality, 18 and 17 non-pronafianos pronafianos, and mediators of the organs (EMATER, STR, AF and Branch). The survey results indicate that PRONAF promotes a fairly sharp distinction between the farmers, non-pronafianos generally have lower incomes, live in smaller properties, make use of traditional technologies, have few social relationships and afraid to go into debt with bank branches. These differences are known mediators of the organs, but they eschew the situation and the distance between pronafianos and non-pronafianos in Cachoeira do Sul.

Keywords: Family Farming, Differentiating, PRONAF, Differentiation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da localização de Cachoeira do Sul/RS.....	26
Figura 2 - Mapa da distribuição territorial de Cachoeira do Sul.....	26
Figura 3 - Situação da agricultura familiar no Brasil.....	49
Figura 4 - Evolução do acesso ao crédito do PRONAF.....	64
Figura 5 - Evolução do montante disponibilizado e dos recursos acessados pelo PRONAF	70
Figura 6 - Mapa das localidades pesquisadas em Cachoeira do Sul.....	87
Figura 7 - A moradia de um pronafiano (E) e de um não-pronafiano (D).....	90
Figura 8- Produção dos pronafianos comercializada com os supermercados a) alface hidropônica; b) leite; c) alface; d) repolho.....	103
Figura 9 - Hortifrutigranjeiros produzidos por não-pronafianos comercializados com pequenos mercados e de forma particular, a) repolho e beterraba; b) couve.....	104
Figura 10 - Produção dos não-pronafianos comercializada de forma particular, a) gado de corte; b) repolho, beterraba e alface; c) mandioca; d) porco.....	105
Figura 11 - Tecnologias modernas utilizadas por pronafianos, a)trator; b)sistema de alface hidropônica.....	107
Figura 12 - Tecnologias tradicionais utilizadas por não-pronafianos, a) arado puxado a cavalo; b) arado tradicional.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Proposta de sinopse da estrutura da agropecuária brasileira, 1985..	48
Quadro 2 - Novo enquadramento dos beneficiários do PRONAF.....	74
Quadro 3 - As diferentes fases do PRONAF.....	75
Quadro 4 - Valor financiado e número de contratos do PRONAF realizados por grupo de produtores nos anos-agrícolas de 2000, 2002 e 2004 no Brasil..	76
Quadro 5 - Valor financiado e número de contratos do PRONAF realizados por grupo de produtores nos anos-agrícolas de 2007 e 2008 no Brasil.....	77
Quadro 6 - Recursos do PRONAF liberados para o Rio Grande do Sul por grupos de agricultores (1998-2008).....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Enquadramento dos agricultores familiares de Cachoeira do Sul/2011.....	91
Tabela 2 - Diferenciação da renda dos agricultores que acessaram recursos do PRONAF no ano de 2010 em Cachoeira do Sul.....	92
Tabela 3 – Condição e enquadramento dos agricultores familiares de Cachoeira do Sul/2011.....	92
Tabela 4 – Renda total de pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/ 2011.....	94
Tabela 5 – Fontes de renda dos pronafianos e dos não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011.....	95
Tabela 6 – Idade dos pronafianos e não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011.....	97
Tabela 7 – Escolaridade dos pronafianos e não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011.....	97
Tabela 8 – Participações sociais de pronafianos e de não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011.....	98
Tabela 9 – Tamanho da área ocupada por pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011.....	100
Tabela 10 – Condição da terra de pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011.....	100
Tabela 11 - Sistemas de produção adotados por pronafianos e não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011.....	101
Tabela 12 – Comercialização da produção de pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011.....	106
Tabela 13 – Tecnologia mais utilizadas por pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011.....	109
Tabela 14 – Mão-de-obra nas propriedades de pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011.....	109
Tabela 15 – Assistência técnica dos pronafianos e dos não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011.....	110
Tabela 16 – Linhas e destino do crédito acessado em Cachoeira do Sul/2011.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Associação da Agricultura Familiar
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento
CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAPS – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA – Estados Unidos da América
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FECAMP - Fundação de Economia de Campinas
FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIV - Índice de Nível de Vida
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS – Sistema Único de Saúde
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista aos agricultores familiares que acessam o pronaf.....	136
APÊNDICE B - Roteiro para entrevista aos agricultores familiares que não acessam o pronaf.....	137
APÊNDICE C - Roteiro para Entrevista aos Órgãos Mediadores (EMATER, AF e STR).....	140
APÊNDICE D - Roteiro para Entrevista as Agências Bancárias (Banco do Brasil, Bannisul e Sicredi).....	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	21
1.1 Contextualização da proposta de pesquisa.....	21
1.2 Apresentando Cachoeira do Sul: aspectos gerais.....	24
1.3 Metodologia.....	26
1.3.1 As fases da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados.....	27
1.3.1.1 Formulação do projeto de pesquisa.....	29
1.3.1.2 Pesquisa de Campo.....	29
1.3.1.3 Tabulação e interpretação dos dados.....	31
1.3.1.4 Organização da dissertação.....	31
CAPÍTULO II - VISÕES DA ACADEMIA SOBRE A DIVERSIDADE SOCIAL NO MEIO RURAL.....	33
2.1 Contribuição dos clássicos para a compreensão da diversidade social no campo.....	33
2.2 Diversidade social do rural brasileiro.....	39
2.3 Diversidade da agricultura familiar.....	44
2.4 Desconstruir e reconstruir a categoria agricultor familiar.....	50
CAPÍTULO III – PRONAF COMO FATOR DE DIFERENCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	54
3.1 Necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento agrícola.....	54
3.1.1 Políticas públicas necessárias ao modelo de desenvolvimento agrícola baseado na agricultura familiar.....	59
3.2 O PRONAF: suas diferentes fases, seus objetivos e seu público alvo.....	61
3.2.1 Implementação.....	63
3.2.2 Estruturação	65
3.2.3 Consolidação.....	68
3.3 Distinções no público alvo.....	74
3.4 Fatores de diferenciação	80
CAPÍTULO IV - SELETIVIDADE DO PRONAF EM CACHOEIRA DO SUL.....	84

4.1	Cenários do rural e do PRONAF.....	84
4.2	Diferenciações entre pronafianos e não-pronafianos.....	92
4. 2.1	Socioeconômicas	92
4.2.2	Nas unidades de produção.....	98
CAPÍTULO V - VISÕES SOBRE O ACESSO E O NÃO ACESSO AO PRONAF EM CACHOEIRA DO SUL.....		111
5.1	Pronafianos.....	111
5.2	Não-pronafianos.....	114
5.3	Agentes mediadores.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		130
APÊNDICES.....		137

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar e as políticas públicas são temas de vários estudos, debates e discussões no Brasil. Várias vertentes teóricas definem de forma diferenciada quem são os agricultores familiares, até porque essa categoria social precisa ser bem compreendida, na medida em que tem sido nas últimas décadas alvo de importantes políticas públicas governamentais. A formulação de políticas específicas para a agricultura familiar vem corroborar com o processo de desenvolvimento rural vivenciado no país, onde se torna fundamental a atuação das mesmas de forma equilibrada, devendo beneficiar igualmente os diferentes grupos de agricultores encontrados no meio rural brasileiro.

Na opinião de Altafin (2007), existem várias maneiras de entender o conceito de agricultura familiar, além do sentido político construído em função de uma política pública, o qual será abordado mais adiante, também pode ser entendido como um termo acadêmico. No sentido acadêmico a autora destaca duas visões, uma que coloca “a moderna agricultura familiar como uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas” e a outra que “defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas” (ALTAFIN, 2007, p.1).

Deve-se deixar claro que, é importante ressaltar essa questão para apontar a diversidade de situações onde é empregado o termo agricultura familiar, e não no sentido de empregar uma visão dualista entre agricultura familiar e agricultura empresarial, por exemplo, entende-se que essa dualidade já não encontra mais espaço no rural.

Outras opiniões que se destacam sobre o tema são as dos sociólogos Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, para estes os agricultores familiares são aqueles que anteriormente eram chamados de pequenos produtores, arrendatários, parceiros, meeiros, colonos, sitiantes, dentre outras denominações (SCHNEIDER, 2003). Além dessas, o termo camponês que vem

da pesquisa social, em especial dos estudos dos sociólogos marxistas, também era utilizado para classificar os agricultores familiares (NAVARRO, 2010).

Pelo sentido político, sobre o qual vamos nos debruçar, o conceito de "agricultura familiar" abarca uma "gama variada de agricultores, que vai desde a agricultura de subsistência à monocultura tecnificada, orientada exclusivamente para as demandas do mercado" (CARNEIRO, 1999, p.7). Além dessa grande heterogeneidade apontada pela autora, outras características que se destacam quando os estudos se referem a agricultura familiar são: a produção de alimentos e a predominância da mão-de-obra familiar na exploração das propriedades.

A diversidade, tanto nas características dos agricultores quanto na produção de alimentos, pode ser visualizada através de alguns estudos. Com base nos dados do Censo Agropecuário realizado em 1985, Veiga (1997) relata que existiam na época 580 mil estabelecimentos agropecuários, levando-se em consideração fatores como: tamanho da propriedade e a mão-de-obra utilizada. Os pequenos produtores ocupavam uma área produtiva bem menor e contribuíam significativamente com a produção de alimentos (arroz, feijão, batata, trigo, milho, leite, café, banana, dentre outros). Já através dos dados do Censo Agropecuário de 1995, foram detectados 4.859.864 estabelecimentos rurais, sendo 4.139.369 estabelecimentos familiares (GUANZIROLI, et al. 2000).

Outros estudos continuam sendo publicados, reafirmando a predominância de estabelecimentos familiares no Brasil. Pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, essas propriedades ocupavam 84,4% do total dos imóveis rurais e 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2009). Dos imóveis, os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% de área (IBGE, 2009). Além disso, mais uma vez a produção familiar demonstra a diversidade produtiva de alimentos, sendo responsável por: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2009).

Embora se reconheça a importância desse segmento, as políticas criadas ao longo da história do país, desde a época da colonização até o processo de modernização do campo, beneficiaram somente aos grandes produtores agrícolas, também conhecidos como patronais, e não os agricultores familiares. Os grandes produtores rurais se apoderaram de praticamente todo o crédito

agrícola disponibilizado, porque as políticas públicas instituídas pelo governo não tinham preocupação com a produção de alimentos e sim com o uso dos sistemas produtivos para fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial (MATTEI, 2006). Neste sentido, os agricultores familiares sempre estiveram frente a um cenário macroeconômico adverso, marcado pela “instabilidade monetária e pela inflação elevada”, por uma “política comercial e cambial desfavorável e ainda, pela deficiência dos serviços públicos de apoio ao desenvolvimento rural” (BUAINAIN et al., 2003, p.329).

Contexto que gerou ao longo dos anos, principalmente na década de 80, um expressivo aumento do êxodo rural, onde muitos pequenos produtores escolheram sair do campo em busca de oportunidades nos centros urbanos. Por outro lado, aqueles agricultores que permaneceram no campo, ficaram num cenário de empobrecimento, sem assistência, sem crédito, sem acesso as modernas tecnologias, sem terras produtivas e principalmente sem atenção do poder público. Questões que, aliadas aos altos índices de inflação, ao corte de gastos com serviços e políticas públicas para o meio rural, e ainda, ao “processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados” (SCHNEIDER et al., 2004, p.2), desfavoreceu a comercialização da produção agrícola, provocando grande revolta social no campo.

O país vivencia no final da década de 80 e início da década de 90, uma bem articulada luta social, organizada pelos movimentos sociais ligados a instituições como: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), atualmente conhecido como Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Esses órgãos tinham o respaldo dos estudos que vinham sendo publicado por sociólogos e economistas na época, com base nos dados dos Censos Agropecuários divulgados e nas experiências dos países desenvolvidos, que elegeram a produção agrícola familiar como sua base produtiva. O objetivo central da mobilização era a valorização da agricultura familiar, através da criação de políticas públicas específicas a essa categoria social.

Dessas reivindicações, surge a primeira linha de crédito exclusiva para a categoria no ano de 1994, e em 1996 essa linha dá lugar a uma política pública institucionalizada, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

– PRONAF, vigente até os dias atuais como a principal política pública para esse público. O PRONAF surge com a missão de atender a uma gama variada de situações, as quais passam a ser visualizadas como agricultura familiar. Para cumprir seus objetivos, o programa foi sendo modificado ao longo dos anos, foram criadas distintas linhas de financiamentos, reduzindo-se as taxas de juros dos financiamentos, adequando-se os anos de carência e expandindo-se por quase todos os municípios do país, além dos constantes aumentos nos recursos disponibilizados.

Pode-se dizer que, ao longo de sua história, o PRONAF passou por distintas fases, uma das características perceptíveis nessas fases é a tentativa de organização dos agricultores familiares em diferentes grupos, a fim de criar linhas de financiamentos e taxas de juros adequadas a cada um dos grupos, já que são muitas as situações em que um produtor pode ser enquadrado como familiar. Pois, os critérios de classificação dessa categoria são bastante abrangentes, dando espaço para uma diversidade de situações, onde o produtor familiar assume formas variadas de vida social, de produção, de infra-estrutura socioeconômica e produtiva, de cultura, dentre outras.

Nesse sentido, o tema desse estudo, o qual será problematizado a seguir, visa: compreender melhor a diversidade de situações que englobam essa categoria social e ainda, o acesso ao PRONAF por parte dos diferentes agricultores familiares, entendendo quem são os mais beneficiados por essa política. Para entender se aquele viés das políticas públicas anteriores ao programa, que beneficiavam somente uma determinada camada de produtores, ficou no passado ou se mesmo o PRONAF sendo uma política específica a produção agrícola familiar, continua elegendo uma camada de agricultores como público-alvo.

O trabalho ora apresentado está estruturado em cinco capítulos. No primeiro será descrita a “*Construção do objeto de estudo*”, onde será exposto o problema de pesquisa, os objetivos, aspectos gerais do local de estudo e a metodologia utilizada. O estudo teve como objetivo a compreensão das diferenças existentes entre pronafianos (aqueles que acessam ao PRONAF) e não-pronafianos¹ (aqueles que não acessam ao PRONAF). Para isso, elege-se

¹ Os termos pronafianos e não-pronafianos foram utilizados por um trabalho realizado por Anjos et al. (2004).

algumas questões de ordem socioeconômica e produtiva, levantadas junto ao público alvo, afim de, entender quais são as diferenças existentes e as influências das mesmas no acesso ao programa. O local de estudo foi o Município de Cachoeira do Sul/RS, onde foi utilizada uma abordagem de pesquisa quali-quantitativa, mas, com base principalmente na questão descritiva, visando com maior ênfase a questão qualitativa.

O segundo capítulo intitulado “*Visões da academia sobre a diversidade social no meio rural*”, visa a compreensão da heterogeneidade social do meio rural, começando pelos clássicos marxistas, passando pela heterogeneidade encontrada no Brasil, classificada por alguns estudos brasileiros, e em seguida a diversidade encontrada dentro da própria categoria da agricultura familiar.

No terceiro capítulo, “*PRONAF como fator de diferenciação dos agricultores familiares*”, o objetivo é descrever o cenário que justifica a necessidade de uma política pública diferenciada para a agricultura familiar, em seguida descrever as distintas fases do PRONAF e as mudanças que aconteceram em cada uma delas, as diferenciações no acesso ao programa pelos grupos de agricultores e os principais fatores que causam as diferenciações no acesso ao programa, de acordo com a literatura.

Já o quarto capítulo, abordará a “*Seletividade do PRONAF em Cachoeira do Sul*”, onde estarão dispostos os dados da pesquisa realizada no Município de Cachoeira do Sul, serão apresentados dados do rural cachoeirense, do acesso ao programa, referentes as diferenciações socioeconômicas e produtivas, além das discussões com base teórica.

O quinto capítulo “*Visões sobre o acesso e o não acesso ao PRONAF em Cachoeira do Sul*”, onde serão abordados os motivos que levam alguns a acessarem o programa e outros não, e o ponto de vista de pronafianos, não-pronafianos e dos órgãos mediadores sobre a questão. Por fim, serão expostas algumas considerações finais sobre o estudo realizado.

CAPÍTULO I - CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 Contextualização da proposta de pesquisa

Um passo importante de reconhecimento do valor produtivo da agricultura familiar foi dado com a implementação do PRONAF. Para definir quem seria o público-alvo do programa foram realizados alguns estudos, os quais utilizaram variáveis como: a) mão-de-obra predominantemente familiar, onde os estabelecimentos podem ter até dois empregados temporários; b) o tamanho da propriedade, que dever ser de até quatro módulos fiscais, ficando em torno de 100 hectares; c) a renda bruta da propriedade, que não pode ultrapassar aos R\$110.000, 00; d) a predominância da renda deve vir da atividade agrícola, exercida dentro do estabelecimento familiar e e) a administração do estabelecimento deve ser realizada pela família.

A utilização desses critérios, tão amplos, classifica mais de 80% das propriedades agropecuárias brasileiras como familiares, conseqüentemente, existe uma diversidade de sujeitos enquadrados como agricultores familiares. Esses produtores estão espalhados por todos os recantos do país, nas diversas regiões, adotando sistemas produtivos e formas de comercialização diferenciadas, com distintas relações sociais, culturais, de organização e infraestrutura. Além de condições econômicas das mais variadas, dentre outras diferenças importantes.

Enfim, essa categoria social construída para dar ancora ao PRONAF abarca uma heterogeneidade tão grande de situações, que já existem estudos recentes apontando para a necessidade de reavaliação das variáveis adotadas, para classificar o agricultor familiar. Os estudos surgem da avaliação dos resultados dessa política pública na prática, os quais demonstram que existem alguns grupos privilegiados no acesso as linhas de financiamento do programa, ou seja, alguns trabalhos apontam que o PRONAF não atende adequadamente a diversidade de agricultores ao qual se propõe, tomando por base conceito de agricultura familiar proposto na lei.

Nesse sentido, buscamos através do desenvolvimento desse trabalho, entender um pouco mais sobre quem são os agricultores familiares, mais beneficiados pelo programa. Quais são suas principais características? Por outro lado, conhecer quem são os produtores que não tem acesso a essa política? Quais são suas peculiaridades? Buscando entender porque os mesmos não têm acesso ao programa. Acreditamos que essas indagações serão compreendidas dentro da problemática: *A partir de uma análise da unidade de produção e das questões socioeconômicas, quais são as principais diferenças existentes entre pronafianos e não-pronafianos e os principais motivos de acesso ou não acesso ao programa no Município de Cachoeira do Sul/RS?*

Propomos como objetivo geral de estudo: *compreender quais são as diferenças entre aqueles agricultores que acessam e aqueles que não acessam ao PRONAF e os motivos para essa tomada escolha, considerando as características da unidade de produção e da condição socioeconômica dos mesmos no universo empírico.* Para que se alcançasse esse objetivo, foram definidos como objetivos específicos: a) analisar a situação socioeconômica e a unidade de produção de pronafianos e não-pronafianos; b) identificar os motivos que levam os agricultores acessar ou não o crédito do programa; c) entender o trabalho dos órgãos mediadores junto a pronafianos e não-pronafianos; d) discutir com base teórica a agricultura familiar e as políticas públicas, em especial o PRONAF e seu público-alvo.

Este estudo se justifica, porque desde a metade da década de 90, a agricultura familiar e o PRONAF vêm sendo tema de estudos. Mas, ainda são poucos os trabalhos que abordam as diferenciações entre pronafianos e não-pronafianos. Na maioria das vezes, os trabalhos abordam as diferenças de acesso ao programa dentro dos enquadramentos do mesmo (Grupo A, B, C, D, e E, ou mais recentemente, os Grupos A, B e V). Depois de feita uma pesquisa de estudos publicados sobre o PRONAF, o único trabalho que encontramos dispondo de dados de não-pronafianos foi o de Anjos et al. (2004).

O problema exposto é uma indagação no sentido de entender a agricultura familiar na teoria e de forma prática, pois, para fins teóricos os agricultores familiares são todos aqueles enquadrados nas categorias do PRONAF, mas, na prática nem todos são beneficiários do crédito do programa. Portanto, a maior justificativa desse estudo, diz respeito ao entendimento das diferenças entre

teoria e prática quando nos reportamos ao PRONAF e ao que o programa entende como agricultor familiar.

Acreditamos ser importante fazer um contraponto entre questões como relações sociais, características da unidade de produção, características sociais e econômicas, além da visão e do tratamento dos órgãos mediadores sobre agricultores familiares pronafianos e não-pronafianos. Trabalhos que apontem essas diferenças podem contribuir para incorporar uma discussão sobre a falta de políticas públicas para a pequena produção, para os pequenos produtores familiares, os quais muitas vezes estão inseridos num cenário de isolamento e pobreza no meio rural.

A temática agricultura familiar e políticas públicas, no contexto em que este trabalho se propõe a estudar, têm importância significativa no meio acadêmico, sendo interessante entender o “porque” as políticas públicas que atendem a esse público ou são de crédito agrícola, onde nem todos têm acesso, ou de combate a pobreza rural, a qual somente encara a falta de estrutura e as várias privações desses indivíduos como uma questão monetária. Nesse sentido, acredita-se que esse estudo pode contribuir trazendo novos elementos para essa discussão, e algumas considerações em favor de políticas públicas mais adequadas as realidades rurais.

Essa também é a visão de Carneiro (1999) quando coloca que, a partir da compreensão das diferenças na agricultura familiar é possível perceber quem são os agricultores familiares privilegiados pelas políticas públicas, e formular propostas com a criação de “projetos que se adequem às necessidades e potencialidades específicas de cada categoria de produtor”, ou seja, a construção de uma “política de apoio à agricultura familiar pautada na inclusão de um maior número possível de unidades e na melhoria da qualidade de vida dessas famílias” (CARNEIRO, 1999, p. 13).

Quanto ao universo empírico escolhido para a realização do estudo, o Município de Cachoeira do Sul, se justifica por dois motivos. Primeiramente, por já haver um conhecimento prévio da realidade local, visto que vivemos a infância no meio rural e depois desse período o contato continuou sendo permanente. O segundo motivo é o cenário rural do Município, que chama a atenção pela heterogeneidade de situações no âmbito agrícola familiar. A agricultura familiar em Cachoeira do Sul tem importância significativa, já que a maior parte dos

estabelecimentos agropecuários no Município é de cunho familiar. Mas, não tem atenção do poder público local, pois, não existe planejamento por parte do poder público e nem por parte dos órgãos representativos e de assistência técnica, para um atendimento diferenciado á diversidade de situações encontradas no Município.

1.2 Apresentando Cachoeira do Sul: aspectos gerais

O Município de Cachoeira do Sul localiza-se na Metade Sul do Rio Grande do Sul (Figura-1), na área da depressão central, distante 196 km da capital Porto Alegre. Pertence a Região do Conselho Regional de Desenvolvimento Jacuí Centro (COREDE Jacuí-Centro/RS). Foi o quinto Município a ser emancipado no Rio Grande do Sul, desde sua emancipação até os dias atuais perdeu muito território¹, mas ainda assim possui 3.735,18 km² de área e uma população de 83.827 habitantes, desses, 12.128 habitantes estão na zona rural (IBGE, 2011). Além da sede do Município o interior é dividido em seis distritos: Bosque, Ferreira, Três Vendas, Barro Vermelho, Cordilheira e Capané, como pode ser observado na Figura-2.

Geomorfologicamente Cachoeira do Sul possui, ao norte uma área de contato com o Planalto Meridional, ao sul uma área de contato com Escudo Cristalino e a área central está inserida na Depressão Periférica, a maior parte do Município se encontra nesta área (RODRIGUES et al, 2007). A hidrografia tem como referência o Rio Jacuí, além dos afluentes Vacacaí e Botocaraí e de vários arroios e córregos espalhados por várias áreas. O relevo é bastante variado, mas há um predomínio das coxilhas e a vegetação é caracterizada por lavouras de arroz, soja, campos naturais e pastagens cultivadas, dentre outras em menor proporção. Os principais tipos de solo do Município são propícios para a produção de arroz.

¹ Para os Municípios de Santa Maria, Alegrete, Caçapava do Sul, São Gabriel, São Sepé, Agudo, Restinga Seca, Formigueiro, Paraíso do Sul, Novo Cabrais e os municípios da Quarta Colônia.



Figura 1 – Mapa da localização de Cachoeira do Sul
Fonte: Wikipédia – Cachoeira do Sul (2011).

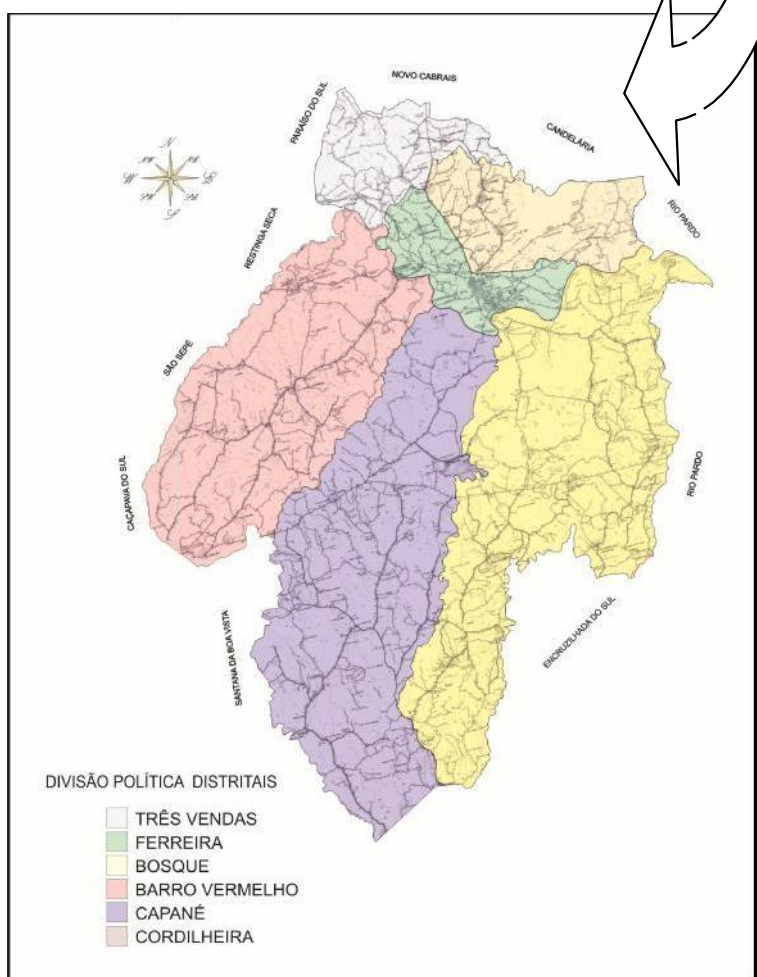


Figura 2 – Mapa da distribuição territorial de Cachoeira do Sul
Fonte: Secretária da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento de Cachoeira do Sul, 2012.

Na questão econômica, o setor que mais movimentava a economia de Cachoeira do Sul sem dúvida é o agropecuário, é conhecida como uma “cidade agropecuária”. Os principais produtos são o arroz e a soja, além da forte pecuária, com boa genética e algumas cabanhas premiadas pelas suas raças, já a agricultura familiar abastece pequenos, médios e grandes estabelecimentos (mercados) do Município. As principais indústrias são os Engenhos de Arroz, as Cooperativas e a Granol, uma empresa que beneficia biodiesel com a soja produzida no Município. Os setores de serviço e comércio também são fortemente influenciados pela produção do campo, algumas pessoas admitem: “Em Cachoeira, se o lavoureiro vai mal, a cidade vai mal”. Cachoeira do Sul também é conhecida como a Capital Nacional do Arroz e a maior produtora de noz pecã da América Latina.

1.3 Metodologia

Um bom planejamento necessita de definições metodológicas e de métodos e técnicas de pesquisa para dar coerência ao estudo, esses são pontos importantes que foram levados em consideração pela presente pesquisa. Para a qual, foi considerada uma abordagem de forma conjugada entre pesquisa qualitativa e quantitativa. Mas, como nossos objetivos estão centrados na compreensão dos fatos analisados, a parte qualitativa desse estudo merece maior atenção, além da utilização do caráter descritivo.

A pesquisa qualitativa possibilita a análise da relação entre o mundo real e o sujeito de forma dinâmica, considerando a existência de ligações indissociáveis entre “o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”, as quais os números não comportam (SILVA E MENEZES, 2001). Esse tipo de pesquisa é muito utilizado nas ciências sociais pelo fato da vida social ser complexa e o cenário de vários fenômenos, impossíveis de serem reproduzidos em laboratório e submetidos a controle, além de serem de difícil separação das causas e de suas motivações isoladas e exclusivas (MARTINS, 2004).

Os métodos da pesquisa qualitativa exigem que o sujeito a ser pesquisado, seja este um indivíduo, um grupo ou uma comunidade, aceite o pesquisador. É

preciso que o pesquisador conquiste a confiança do sujeito (os) para que ele fale sobre sua vida, isso vai depender do fato do pesquisador convencer o entrevistado da importância da pesquisa (MARTINS, 2004).

Já a pesquisa quantitativa tem como objetivo quantificar os dados obtidos, traduzindo os dados coletados em números, assim, facilita a classificação e a posterior, análise (SILVA E MENEZES, 2001). Atualmente algo que facilita a tabulação das pesquisas quantitativas são os programas de computador. Lembrando que embora se fizesse necessário a utilização de dados quantitativos, o maior objetivo desse trabalho é a utilização dos dados para a compreensão de fatos e relações, não de quantificar os mesmos, afim de, explicar alguma situação.

Quanto ao caráter descritivo desse estudo, foi utilizado porque o mesmo tem como objetivo delinear as particularidades de uma população ou fenômeno e dessa forma, estabelecer relações entre as variáveis. Para isso, a pesquisa descritiva utiliza de uma forma geral técnicas de levantamento de dados (GIL, 1999). Sendo a entrevista uma das técnicas mais utilizadas, por possibilitar o acesso a informações acerca do que “as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a cerca das coisas precedentes” (GIL, 1999, p.117).

As técnicas descritivas permitem fazer uso da observação, do registro e da análise, estabelecendo relações entre os fenômenos sociais sem o uso de formas de manipulação. Possibilitando a compreensão da frequência com que os mesmos ocorrem, suas relações, natureza e características. Para Cervo e Bervian (2002), a pesquisa descritiva busca conhecer essas situações e as relações que ocorrem na vida social, política, econômica e nos demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo isoladamente como de grupos ou comunidades mais complexas.

1.3.1 As fases da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados

O desenvolvimento desse estudo pode ser dividido em quatro etapas principais, para cada uma foram utilizados procedimentos e ferramentas

metodológicas diferentes. A primeira etapa constitui a formulação do projeto de pesquisa, a segunda etapa constituiu-se da pesquisa de campo, num terceiro momento a tabulação e interpretação dos dados e por fim, a organização da dissertação.

Antes da descrição das etapas algumas observações são importantes de serem destacadas. Sobre os agricultores familiares entrevistados, foram selecionados agricultores que acessam ao PRONAF, onde foram encontrados os enquadramentos A, C, D, E e V do programa. Além dos não-pronafianos, os quais possuem características dos enquadramentos A e B, ou seja, são pequenos agricultores que produzem para a subsistência com a comercialização do excedente, e em alguns casos exercem atividades fora da propriedade para complementar a renda, podendo até 80% da renda vir de atividades não-agrícolas.

Os critérios adotados para definir o público-alvo (agricultores) a serem entrevistados, teve por base o que estabelece as regras do público-alvo do PRONAF, visualizado na Lei 11.326/2006 de 24/07/2006. A qual está detalhada nas páginas 64 e 67 do capítulo III desse trabalho.

Além destes, foram público-alvo das entrevistas os agentes mediadores do PRONAF no Município, Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural de Cachoeira do Sul (EMATER), Associação do Agricultor e da Agricultura Familiar de Cachoeira do Sul (AF) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul (STR). Além das agências bancárias do Banco do Brasil, Banrisul e Sicredi. Foi entrevistado um representante de cada uma dessas instituições, afim de, um melhor entendimento da visão desses mediadores do PRONAF e da agricultura familiar no Município, já que os mesmos são representantes dos órgãos especializados em disponibilizar o acesso as linhas do programa, seja através da mobilização social, do projeto técnico ou do financiamento.

Foram estabelecidas comparações entre a visão dos diferentes órgãos mediadores e dos agricultores familiares, pronafianos e não-pronafianos, na parte qualitativa do trabalho. Também foram realizadas comparações entre as características sociais, econômicas e produtivas de pronafianos e não-pronafianos na parte quantitativa desse estudo, afim de, entender a diversidade

de cenários encontradas no rural e o atendimento da principal política pública a essa diversidade.

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se a triangulação de dados qualitativos e quantitativos fornecidos pelos órgãos mediadores, pronafianos, não-pronafianos e ainda, pelas informações disponibilizadas sobre o PRONAF no Município no Site do MDA. Essas etapas estão descritas com detalhes a seguir.

1.3.1.1 Formulação do projeto de pesquisa

A formulação do projeto de pesquisa foi a etapa inicial, onde buscou-se apoio na literatura sobre a temática agricultura familiar, políticas públicas e sobre o PRONAF mais especificamente. Foram realizadas leituras em livros e artigos científicos para o aprofundamento das discussões sobre a temática, além da procura por orientação do professor orientador. Essas ações contribuíram para: delimitar o problema de pesquisa, definir os objetivos e traçar os caminhos a serem percorridos na pesquisa empírica, com a estruturação das entrevistas.

1.3.1.2 Pesquisa de Campo

O levantamento dos dados para a pesquisa de campo ocorreu nos meses de junho e julho de 2011, onde foram levantados dados primários e secundários, podendo ser dividido em quatro momentos:

Primeiro momento: foi feito um levantamento de dados secundários junto a sites eletrônicos e documentos publicados referentes aos dados gerais do Município de Cachoeira do Sul. Em seguida, buscou-se informações junto ao site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde foram coletados dados referentes ao número de documentos de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAPs), emitidas nos últimos cinco anos em Cachoeira do Sul. Essas foram as informações mais precisas a respeito do número de agricultores que podem

acessar ao programa no Município, juntamente com o enquadramento dos mesmos.

Segundo momento: buscou-se junto aos órgãos EMATER, AF e STR dados de projetos realizados e de acesso ao PRONAF no ano de 2010, já que as instituições bancárias não permitiram acesso a essas informações. Importante destacar também que, a EMATER e o STR foram procurados várias vezes para dialogar sobre o cenário da agricultura familiar e o acesso ao PRONAF no Município.

Terceiro Momento: foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os agricultores familiares do Município, um total de 35, sendo 18 com pronafianos e 17 com não-pronafianos. Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória em onze localidades do interior do Município de Cachoeira do Sul/RS. A saber, Capão da Cruz, Enforcados, Bosque, Rincão dos Trigueiros, Rincão dos Mineiros, Rincão dos Leiteiros, Rincão dos Menezes, Guajuviras, Rincão dos Kiffer, Ferreira e Água Morna.

Todas as localidades percorridas se concentram em dois Distritos do interior do Município: Distrito da Ferreira e Distrito do Bosque. Essas regiões foram escolhidas, por serem os locais onde há o maior predomínio de estabelecimentos familiares no Município, fato que foi comprovado no zoneamento agrícola realizado por dois trabalhos: Rodrigues et. al (2007) e Gonçalves (2002).

A pesquisadora percorreu de carro as localidades nos meses junho e julho de 2011, conversando com as comunidades, explicando sobre a pesquisa que estava realizando, quais eram os objetivos da mesma, até para que conquistasse a confiança dos agricultores. Somente depois de uma conversa inicial e de ter explanado sobre o termo de confidencialidade da pesquisa, é que se interrogava se os mesmos aceitariam participar do estudo, todos aqueles que aceitaram conversar foram muito receptivos.

As entrevistas realizadas com os agricultores tiveram duração de (em torno de) uma hora, e foram baseadas em um roteiro pré-estruturado, com perguntas referentes aos fatores socioeconômicos (renda, idade, escolaridade, dentre outras) as questões relacionadas a produção (comercialização, tamanho da

propriedade, utilização de tecnologias, dentre outras), além de informações referentes ao acesso ou não acesso ao PRONAF e os motivos para essa tomada de decisão. Também foram utilizadas as ferramentas do diário de campo, onde foram apontadas algumas observações da pesquisadora, e da fotografia, tiradas das propriedades visitadas.

A definição da amostragem de agricultores para as entrevistas foi feita com base na distribuição espacial do território, onde predomina a agricultura familiar no Município.

Quarto momento: foram realizadas mais seis entrevistas, com um representante de cada uma das instituições: STR, EMATER, AF e os Bancos do Brasil, Banrisul e Sicredi, os quais foram denominados de mediadores. Essas entrevistas também tiveram base em um roteiro pré-estruturado, com duração de 30 minutos a uma hora, onde foram abordados questões referentes a agricultura familiar e ao acesso e não acesso ao PRONAF no Município, com o objetivo de entender a visão de cada um desses sobre o acesso ao PRONAF no Município.

1.3.1.3 Tabulação e interpretação dos dados

Nessa etapa foi realizada a tabulação e a interpretação dos dados, a qual exigiu paciência e concentração, além do uso intenso das ferramentas tecnológicas, computador e calculadora eletrônica, com auxílio dos programas Word e Excel. Este último foi fundamental para a organização dos dados nas tabelas que estão dispostas ao longo do estudo e o Word para digitalização e organização dos dados transcritos.

Nessa etapa, foram agrupados os dados obtidos através da pesquisa no site do MDA, os dados coletados com os pronafianos, com os não-pronafianos e com os órgãos mediadores separadamente, nas categorias de análises, para que fosse possível avaliar e compreender as diferenciações existentes.

1.3.1.4 Organização da dissertação

A última etapa foi o momento onde todos os dados tabulados pesquisados e já organizados, juntamente com a base teórica foram arranjados, ou seja, tomaram um sentido no momento em que foi formulado o texto que está sendo apresentado.

CAPÍTULO II - VISÕES DA ACADEMIA SOBRE A DIVERSIDADE SOCIAL NO MEIO RURAL

Este capítulo trás referências teóricas sobre a heterogeneidade social encontrada no meio rural. Foi realizado um breve resgate da visão dos clássicos sobre o assunto, visando o entendimento das questões sociais no campo, principalmente no que tange a diferenciação da sociedade rural em classes, demonstrando que esses estudos ainda são pertinentes na atualidade.

Para o entendimento dessa realidade no Brasil, buscou-se o apoio teórico em alguns estudos brasileiros sobre a temática, os quais citam as categorias sociais que emergiram no campo desde o Brasil Colônia até a década de 90, onde surge o termo agricultor familiar. Em seguida, são referenciados alguns estudos brasileiros sobre a diversidade dentro da categoria agricultor familiar e como essa diversidade tem sido classificada, a fim de, atender a uma política pública para a categoria.

Por fim, são referenciados estudos recentes demonstrando que o termo agricultor familiar ou a classificação como é feita, levando-se em consideração principalmente os fatores mão-de-obra e tamanho da propriedade, não são mais suficiente para atender as diversas situações existentes atualmente no rural brasileiro, sugerindo outras formas de classificação.

2.1 Contribuição dos clássicos para a compreensão da diversidade social no campo

A contribuição dos clássicos para o entendimento das classes sociais que emergiram no campo parte da obra de Karl Marx, e em seqüência a visão de seus seguidores, os marxistas Lênin, Kautsky e Chayanov com importantes ponderações de Abramovay (1992) e Santos (1991).

No livro “*O Capital*”, Marx (1962) deixa claro que, a estrutura econômica, a estrutura dos modos de produção e a troca foram determinantes para a formação das classes sociais, já a hierarquização das mesmas e a distribuição das

riquezas, foram os fatores responsáveis pela evolução social que simplesmente se ajustam a ordem econômica do momento. Para o autor, os excedentes da produção permitem à divisão social do trabalho, sendo este um fator determinante para o início das desigualdades sociais, porque a sociedade fica segmentada, passando assim a se diferenciarem as classes sociais.

Na ordem econômica, o “domínio” das forças de trabalho ficou com a burguesia, que monopolizou as fontes de riqueza com a apropriação de grande parte das terras, e ao trabalhador livre não restou outra opção a não ser tornar-se um assalariado, pois, do seu trabalho passou a depender seu sustento (MARX, 1962). Dessa forma, “uns consomem superfluamente o que outros produzem obrigados pela necessidade, recebendo para si o estritamente necessário” (MARX, 1962, p.10). Isso ocorre porque a sociedade capitalista é regida pela troca e pela venda de mercadorias¹, já que o homem julga várias “coisas” como úteis para sua satisfação pessoal, segundo Marx cada “coisa” tem um valor de uso para aquele que a confecciona, e quando uma pessoa compra ou troca algo (mercadoria) têm-se outro valor, o valor de troca (MARX, 1962, p.37).

Nesse contexto o autor coloca que, na agricultura, dominada pelas grandes indústrias, as transformações capitalistas só fizeram desaparecer o lavrador, substituindo-o por um assalariado e a “produção social capitalista só desenvolve o sistema de produção social, esgotando por sua vez as duas fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 1962, p.127). Na visão marxista é o sistema econômico vigente que dita às regras, sendo assim, num sistema capitalista a pequena produção no meio rural, é condenada a desaparecer:

[...] o lavrador não pode concentrar-se com o produzir para seu uso pessoal; a fim de comprar o pouco que necessita, e pagar os impostos e os encargos de suas dívidas, tem que produzir para a troca, isto é entrar em concorrência com os demais produtores. Dada essa situação em qualquer parte que a concentração se efetue, os pequenos proprietários sentirão os seus efeitos [...] (MARX, 1962, p.11).

¹ Para produzir algo, que mais tarde vai virar mercadoria o homem utiliza sua força de trabalho. No sistema capitalista as mercadorias são trocadas por moedas e a super valorização do produto em cima da desvalorização do trabalho na relação de troca de mercadoria por moedas é o que Marx chama de “mais valia”, uma troca de valores desiguais com obtenção de lucro e acumulação de capital por uma das partes (MARX, 1962).

Embora não se reconheça no estudo de Marx as especificidades da agricultura no capitalismo, pois, o autor não contempla em seus trabalhos “a questão agrária, a produção familiar na agricultura, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista” e não estuda porque simplesmente este não era seu objetivo (ABRAMOVAY, 1992, p.32). Na análise que faz da diferenciação social dos produtores rurais não chega a classificá-los, apenas coloca como consequência da própria evolução das formas capitalistas, da mercadoria e da “mais valia” julgando a alienação dos pequenos produtores (ABRAMOVAY, 1992).

Os estudos sobre a questão agrária ficam a cargo de dois grandes clássicos: “*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*” de autoria de Lênin (1899/1969) e “*A Questão Agrária*” de Kautsky (1889/1980), ambos os autores estruturaram seus estudos em torno de diálogos com militantes do partido social-democratas, mas o partido foi dividido em mencheviques, de caráter mais moderado, e o grupo bolcheviques, leninista e radical (ABRAMOVAY, 1992)

[...] do ponto de vista da luta democrática, os socialdemocratas apoiavam as reivindicações dos camponeses como um todo, sob o ângulo da luta socialista, seu apoio limitava-se àquelas parcelas da população rural que se encontravam em identidade social com o proletariado urbano. É interessante observar que essa parcela não é formada por um proletariado agrícola completamente separado dos meios de produção, classe que praticamente não existia no mundo rural russo. Onde o trabalho dos social-democratas deveria se concentrar era em torno dos camponeses pobres que, mesmo possuindo terra, vendiam também sua força de trabalho, fazendo parte, portanto, objetivamente do proletariado [...] (ABRAMOVAY, 1992. p.42).

Lênin tinha por obstinação fazer com que os socialdemocratas participassem das grandes batalhas políticas, além de provar a heterogeneidade social sobre a qual se apoiava os interesses da autocracia (ABRAMOVAY, 1992). Para Lênin (1982) quando a indústria de transformação se separa da indústria extrativa, a agricultura passava a tornar-se uma indústria, porque passa a ser um ramo da economia que produz mercadoria, a qual será vendida num mercado que se desenvolve graças à divisão social do trabalho. Para que exista um mercado, além da mercadoria, tem que haver um que explora e outro que é explorado.

Portanto, para Lênin (1982, p.13) “a divisão social do trabalho constitui a base da economia mercantil” que se transforma em economia capitalista.

Na opinião de Abramovay (1992), Lênin comprovou a existência de muitas pessoas em situações paupérrimas no campo e que a transformação do camponês em um operário não impediam o surgimento de um mercado interno, pelo contrário, colaborava para o fortalecimento do sistema capitalista. Para Abramovay (1992) o mais importante paradigma marxista está neste ponto, Lênin (1982), coloca que “o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista” (ABRAMOVAY, 1992. p.42).

Os esforços de Lênin se concentraram em demonstrar a diferenciação social no campesinato, para ele o camponês é um sujeito “inteiramente subordinado ao mercado: depende dele para seu consumo pessoal como para a atividade, sem falar nos impostos” (LÊNIN, 1982, p.113). Para o autor, o campesinato nas formas tradicionais não permaneceria no sistema capitalista e na econômica mercantil, seria substituído por novos tipos de população rural, os quais seriam: *a burguesia rural*, *o proletariado rural* - produtores de mercadorias na agricultura, *os operários agrícolas assalariados* e ainda o *camponês médio*.

Na visão de Lênin (1982), a *burguesia rural*, que também pode ser entendida como a classe rica do campesinato, é formada pelos cultivadores independentes que produzem na forma mercantil e pelos proprietários de empresas e/ou estabelecimentos industriais-comerciais, essa classe possui mão-de-obra contratada, possuem terras para a produção e têm acesso as tecnologias.

Do outro lado, o *proletariado rural engloba* a classe do camponês pobre, dos assalariados agrícolas, dos diaristas, dos peões e dos operários que possuem ou não lotes de terras (LÊNIN, 1982). Como características da classe, o autor destaca que, os que possuem terras, possuem pequenos pedaços, a mão-de-obra é limitada e não detém acesso as inovações de produção. Sendo estes, fatores que os obrigam a vender sua mão-de-obra para sobreviver. Dessa forma, o camponês pobre mesmo que tivesse um pedaço de terra seria obrigado a se tornar um proletariado, para Lênin esse é um processo crescente e irreversível (LÊNIN, 1982).

Ainda existia o *camponês médio*, que para Lênin (1982) é o grupo menos desenvolvido, somente em condições de boas colheitas conseguem cobrir os gastos da família, caso contrário precisam recorrer a empréstimos, contraindo dívidas. Mais adiante também vão precisar vender a força de trabalho, já que sua situação é de total instabilidade, o que muitas vezes também os fazem tornar-se proletariado.

Outro autor que se destaca nos estudos sobre as diferenciações sociais no campo é Kautsky. Importante salientar que o autor escreve num quadro político e intelectual, onde havia fortes pressões por parte dos camponeses para terem suas reivindicações atendidas. Bastante oportuno nesse momento, Kautsky (1980) tem sua obra centrada na questão: qual tipo de produção é a mais vantajosa, a pequena ou a grande produção. O autor deixa claro seu interesse em provar que a grande produção é a mais vantajosa para o desenvolvimento do capital.

Para dar conta das especificidades que transformaram a sociedade agrária, Kautsky analisa as mudanças na unidade de produção camponesa no final do século XIX, cenário de plena expansão do capitalismo na agricultura nas sociedades européias, tendo como ponto de partida, a intervenção da indústria urbana, por meio do comércio e da indústria doméstica associada á exploração camponesa (SANTOS,1991).

Na Idade Média os camponeses eram uma classe social que não somente produziam seus próprios alimentos, mas também construía e confeccionavam tudo do que precisavam, desde a casa até as ferramentas utilizadas para a lida e as roupas que usavam, ou seja, era uma sociedade que se bastava, tendo uma vida tranqüila e feliz no meio rural (KAUTSKY,1980). O cenário mudou quando a indústria urbana e o comércio adentraram na vida dos camponeses, com o desenvolvimento da indústria e do comércio, a forma de vida camponesa muda gradativamente, essa velocidade depende do contato com o meio urbano (KAUTSKY,1980).

Para kautsky (1980), a pior desgraça na vida do camponês seria uma colheita ruim, pois, o deixaria diante de uma vulnerabilidade econômica, a mercê do capital, seja para comprar mercadorias ou pagar tributos (SANTOS, 1991). Tanto para Santos (1991) quanto para Abramovay (1992), a obra *A questão Agrária* procura provar a inutilidade de lutar contra o capitalismo no campo, que o

camponês é explorado, e muitas vezes a força resultante de seu trabalho, o produto, é vendido sem ao menos conseguir garantir a subsistência da família, demonstrando um cenário onde é visível a superioridade técnica e econômica das grandes propriedades e o declínio dos camponeses.

Com uma visão diferenciada de Lênin e Kautsky, Alexander Chayanov, destacou-se em 1913 como professor de agronomia e economista agrícola, utilizou-se do contato com os extensionistas rurais e com base nos problemas que eles apontam no campo escreve sua teoria, portanto, utiliza-se de conhecimento empírico para teorizar sobre o campesinato. A ênfase de Chayanov na motivação do camponês pode ser explicada ao se analisar o comportamento econômico, técnico e organizacional dos agricultores, que estruturavam o trabalho prático ao qual sua teoria procurava de certa forma responder (ABRAMOVAY, 1992).

O importante a assinalar aqui é que os desafios colocados aos extensionistas são de natureza eminentemente prática: trata-se, para eles, de tentar melhorar o desempenho econômico dos camponeses e é com essa perspectiva que se colocam as questões que determinam tanto um levantamento estatístico específico e original quanto a orientação geral de seu trabalho [...]. Nesse sentido, independente do sistema econômico no qual se inserissem os camponeses, a missão dos agrônomos que junto a eles trabalhavam consistia em encontrar formas organizacionais que propiciassem a cada unidade individual de produção – ainda que isso envolvesse aspectos importantes de organização cooperativa – melhoria de renda, progresso técnico etc. (ABRAMOVAY, 1992, p. 67).

Chayanov acreditava que o campesinato tinha uma necessidade social e que a economia camponesa tinha sua própria racionalidade econômica, cujo principal objetivo era atender as necessidades de subsistência da família (ABRAMOVAY, 1992). O que Lênin compreendeu como diferenciação social, Chayanov analisou como identidade social do campesinato, para ele é a existência do campesinato que explicará a maneira como está moldada a estrutura social no campo, e não as características especiais da agricultura (ABRAMOVAY, 1992).

Através de seus estudos, Chayanov observou que diante de um contexto de modernização na agricultura, com fortalecimento da agroindústria apoiada pelo capital financeiro, se o campesinato insere-se nos padrões impostos pela

agroindústria, como a produção por quantidade, obediência a qualidade dos produtos, momentos de venda, a produção camponesa, perderia seus atributos essenciais e assim, não seria mais uma categoria social específica (ABRAMOVAY, 1992). Portanto, para Chayanov se o camponês se integrar a agroindústria ele não será mais um “sujeito criador de sua própria existência” e sim um sujeito que produz para o mercado, a “penetração” do capitalismo na forma de produção camponesa teria o poder de “revirar os fundamentos da produção camponesa”, sem que, entretanto, isso significasse um processo horizontal de diferenciação social, nos moldes apontados por Lênin (ABRAMOVAY, 1992, p.69).

Esses estudos, até os dias atuais se configuram como importantes na compreensão dos processos sociais do campo e na diferenciação das classes sociais (SCHNEIDER, 2003), embora a principal idéia de que o camponês não sobreviveria não se concretizou, é a partir desses estudos parte-se para a compreensão da diversidade encontrada no meio rural brasileiro, desde o período da colonização até a década de 90.

2.2 Diversidade social do rural brasileiro

A diversidade social no meio rural brasileiro é grandiosa, para entender como ela se configurou ao longo da história a referência de alguns estudos são importantes. Embora se reconheça muitos trabalhos respeitáveis, Alberto Passos Guimarães (1989), Gilberto Freyre (2009), Sérgio Buarque de Holanda (2005), dentre outros tantos, é importante que se faça um recorte no sentido de dar um melhor entendimento a exposição. Dessa forma, a abordagem que será utilizada neste estudo será dos autores Caio Prado Júnior (1994), José Graziano da Silva (1980; 1984; 1999; 1996; 2010) e Kageyama e Bergamasco (1990).

De acordo com os estudos de Prado Júnior (1994, p.222), o processo de formação histórica do país passou por um cenário de concentração de renda e de terras, onde a exclusão social no campo sempre esteve presente. Para o autor, o arranjo das classes sociais teve base em três fatores fundamentais: a grande

propriedade entendida também como latifúndio de exploração, a grande produção dos monocultivos e a mão-de-obra escrava, sobre este cenário de constituiu “a célula fundamental da economia agrária brasileira” e o alicerce que dá sustentação a toda a estrutura socioeconômica do país (PRADO JÚNIOR, 1994, p.122).

Analisando a obra de Graziano da Silva (1980), percebe-se que as categorias sociais que emergiram no Brasil começam na época da Colônia. Nesse período, se configuraram duas classes distintas: os *senhores* e os *escravos*. Os *senhores* foram aqueles beneficiados pela doação de sesmarias da Coroa Portuguesa, os quais deveriam ter, além de capital e vontade de produzir no Brasil, mão-de-obra para o cultivo das lavouras. Essa mão-de-obra fica por conta dos *escravos*, os quais, primeiramente, foram os índios que já residiam aqui, e em seguida foram os negros trazidos da Europa pelo tráfico negreiro. Visivelmente essas foram as duas classes sociais mais importantes no Brasil Colônia.

Mas, em torno delas haviam muitos indivíduos que não eram *senhores* e nem *escravos*, eram os índios, mestiços, mulatos, dentre outros, classificados pela ideologia dominante como “vadios”, “ociosos” e “marginais” (GRAZIANO DA SILVA, 1980). Sem destino certo e sem trabalho, muitos dos quais avistando terras de ninguém foram nelas plantar para tirarem seu sustento, dando origem ao que mais tarde foi chamado de *pequenos agricultores*. Graziano da Silva (1980) também relata que com o tempo, surgiram aqueles que prestavam algum tipo de serviço para os senhores de engenho, mas estes foram meros coadjuvantes que serviram para dar sustentação ao funcionamento da empresa mercantil.

A primeira mudança significativa na configuração das categorias sociais do Brasil ocorre com a abolição da escravatura, onde o país vivenciou o fim do latifúndio-escravista com a proibição do tráfico negreiro. E assim, a partir de 1870 tem-se uma nova categoria social: o *colono*, que veio do continente europeu para trabalhar nas grandes fazendas de café, substituindo os escravos. Os colonos se estabeleceram principalmente na região Centro-Sul do país, caracterizados de um modo geral pelos estudos, como pequenos produtores rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Para o autor, outro fato relevante foi a crise do café em 1929, este fato aliado ao fim do trabalho escravo foi determinante para que ocorresse uma reconfiguração do “complexo rural”, marcado pelo período de industrialização e

posteriormente pela modernização da agricultura, dando origem a novas categorias sociais no meio rural.

Antes de se entender as categorias que surgiram, é importante compreender o processo em que as mesmas se configuram. Após a crise do café, o país adentra no processo de industrialização o que gera um aumento na divisão social do trabalho e a constituição do mercado interno começa a evoluir rapidamente (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Esse processo se intensifica principalmente nos anos 50, com implementação da indústria de máquinas pesadas no Brasil, na década seguinte inicia-se o mesmo processo na agricultura, com a implementação dos complexos agroindustriais (CAIs) e a ligação indissociável da agricultura a indústria, com o fornecimento de máquinas e insumos para o campo, além do beneficiamento dos produtos agrícolas, dentre outros serviços prestados, é esse processo que irá transformar as relações de trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Para Kageyama e Bergamasco (1990, p.1) “o processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira”, nos anos 70 e 80, geraram muitas “transformações na estrutura social de produção do setor agropecuário”. Dessa forma, a modernização da agricultura ocasionou uma diferenciação social não somente entre grandes e pequenos produtores, mas também uma heterogeneidade entre aqueles que eram chamados de pequenos produtores. As autoras fizeram uma classificação das classes sociais no campo e para tal, utilizaram os dados do Censo Agropecuário de 1980, os quais diferenciaram dois tipos de estabelecimentos: as “empresas capitalistas”, as quais são dirigidas por um administrador contratado e utiliza toda a mão-de-obra contratada, e o “produtor familiar” formado por estabelecimentos que não são dirigidos por um administrador e utilizam somente mão-de-obra familiar. Com os dados obtidos e os critérios mão-de-obra exclusivamente familiar e mão-de-obra contratada (temporária e/ou permanente) Kageyama e Bergamasco (1990) diferenciaram três tipos de unidades familiares:

i) os estabelecimentos familiares puros que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor. Pelo Censo, foram selecionados para este grupo os estabelecimentos do "conjunto familiar" que não utilizam empregados permanentes, nem temporários [...] nem parceiros, nem outra condição, nem serviços de empreitadas; **ii) os**

estabelecimentos familiares complementados por empregados temporários que, além do trabalho da família, contratam algum tipo de empregado temporário [...] mas não utilizam trabalho externo de forma permanente; **iii) as empresas familiares** que são os estabelecimentos familiares que contratam força de trabalho externa à família de forma permanente (empregados permanentes e/ou parceiros e/ou outra condição), podendo ou não usar empregados temporários (KAGEYAMA E BERGAMASCO, 1990, P.57).

Considerando a necessidade ou a dependência de mão-de-obra na unidade de produção, as autoras destacam que as unidades produtivas "*puramente familiares*" podem ser subdivididas em: "*camponeses pobres*" ou "*pequenos produtores familiares*", onde as propriedades têm menos de 10 hectares, e as unidades familiares tecnificadas aproximando-se à categoria dos "farmers", onde as propriedades possuem mais de 10 hectares (KAGEYAMA E BERGAMASCO, 1990). Percebe-se que, para diferenciar o *agricultor puramente familiar* além da mão-de-obra, foi utilizado o tamanho da propriedade. Já nas empresas familiares e/ou capitalistas, as autoras aplicaram o corte extensivo/intensivo, ou seja, foram separadas as unidades de produção capitalistas em: extensivas, quando a propriedade tivesse mais de 500 hectares e não utilizasse tecnologia, no caso foi avaliado como tecnologia o uso do trator e intensivas, quando as propriedades tivessem mais de 500 hectares e utilizassem tecnologia (KAGEYAMA E BERGAMASCO, 1990). Nesse caso, a diferenciação utiliza-se das variáveis: tamanho da propriedade e uso de tecnologia.

Outro estudo importante nesse sentido e que chegou a conclusões semelhantes ao estudo de Kageyama e Bergamasco (1990), foi o de Graziano da Silva e Kageyama (1989). Para estes últimos, além dos grandes produtores agrícolas, devem ser classificados de formas diferentes aqueles *pequenos produtores* que estão num processo de *tecnificação* e *capitalização*, que provavelmente irão evoluir para a condição de pequenas empresas familiares, daqueles que estão perante um processo de *proletarização* e *marginalização* de suas atividades produtivas. E ainda, um terceiro tipo que fica entre esses extremos, é aquele que possui particularidades típicas do *camponês* com uma distinção aparente no seu interior, pelo maior ou menor grau de riqueza (são os pobres, os remediados e os ricos).

Essas diferenciações básicas reflete-se funcionalmente nos dois papéis fundamentais da pequena produção: na produção de alimentos e matérias-primas (essencialmente a camada superior) e como reservatório de mão-de-obra para atividades agrícolas ou atividades urbanas marginais (basicamente a camada em vias de proletarização). Esta diferenciação reflete-se também em termos regionais, em função da predominância de um ou outro grupo, possibilitada pelas condições diferenciadas do desenvolvimento capitalista no campo a nível nacional (GRAZIANO DA SILVA E KAGEYAMA, 1989, p.170).

Portanto, pelo estudo de Graziano da Silva e Kageyama (1989) as categorias sociais construídas no rural em função do processo de modernização foram: a) *camponeses pobres e semiproletários* - aqueles que se encontram fora do processo produtivo; b) *camponeses* - estes são diferenciados nas regiões do país, por exemplo, na região Centro-Sul esse grupo é bem perceptível. Já nas regiões norte e nordeste ainda não é bem nítido o processo, embora alguns possam estar evoluindo para empresas familiares; c) *empresas familiares* - são os agricultores que fazem uso de tecnologias e estão inseridos no mercado; d) *empresas capitalistas* - estes agricultores são muito bem representados dentro do próprio governo, o que gera condições de concorrência e inserção no mercado bem maior do que as categorias anteriores.

A partir dos anos 90, as categorias sociais no campo passam a ser conhecidas como *agricultores patronais* e *agricultores familiares*, essa configuração só pode ser entendida com a análise do contexto social, político e econômico da época. Onde o setor agrícola passava por mudanças, com a diminuição de crédito aos produtores, abertura comercial e o fim das atividades de extensão rural (SCHNEIDER et. al, 2004).

O momento político era de transição do regime militar para a Nova República e da promulgação da Constituição de 88, concedendo vários direitos a população. E ainda, o surgimento dos movimentos sociais em decorrência das lutas sociais no campo por políticas públicas e reconhecimento daqueles que até então eram conhecidos como pequeno produtores, camponeses, dentre outros. Tudo isso gerou a formulação de uma política pública, tema do próximo capítulo, e para denominar o público dessa política surge a categoria agricultor familiar, como um conceito operacional de uma política pública (ALTAFIN, 2007;

GRAZIANO DA SILVA, 2010), mais detalhes sobre esse contexto serão expostos no próximo item do capítulo.

As duas categorias sociais conhecidas da década de 90, agricultor patronal e agricultor familiar, são destacadas no estudo de Graziano da Silva (1999), onde o autor as diferencia adotando como critério principal a gestão do trabalho e outros cinco critérios que são relevantes de serem analisados:

para o modelo patronal: organização centralizada ênfase na especialização, ênfase em práticas agrícolas padronizáveis, trabalho assalariado predominante e tecnologias dirigidas á eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”; b) para o modelo familiar: direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, ênfase na diversificação, ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, trabalho assalariado complementar e decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.217).

Graziano da Silva (1999) aponta as duas categorias, mas já alerta que as mesmas não são suficientes para abarcar a heterogeneidade de relações de trabalho do homem do campo e suas condições de vida de um modo geral, dando a entender que existe uma diversidade maior dentro das categorias patronal e familiar. Nesse sentido, Navarro (2010) e Neves (2007) colocam que a categoria agricultor familiar corresponde a todos aqueles grupos de produtores que eram denominados de minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência, agricultores de baixa renda e/ou camponeses, evidenciando, tal como Graziano da Silva (1999), a heterogeneidade de situações existentes dentro da categoria, tema das próximas seções.

2. 3 Diversidade da agricultura familiar

A discussão sobre a origem do conceito de agricultura familiar, a heterogeneidade de agricultores classificados dentro da categoria e os estudos que comprovam essa diversidade são os temas que norteiam essa seção. A agricultura e o agricultor familiar são na verdade conceitos construídos, para que

os sujeitos pudessem ser enquadrados num processo institucional e reconhecidos perante a sociedade (NEVES, 2007). Este enquadramento é fruto de estudos realizados, os quais levaram em consideração algumas variáveis para criarem novas categorias e dentro dessas categorias, estão incluídos aqueles que anteriormente eram denominados de, por exemplo, pequenos produtores (NEVES, 2007). Dessa forma, criou-se um cenário propício para operações de intervenção social, sob a modalidade assistência técnica e creditícia (NEVES, 2007).

Seguindo com o pensamento da autora, a mesma coloca que o termo agricultura familiar originou-se de vários esforços conjuntos, entre alguns intelectuais, políticos e sindicalistas, os quais estavam articulados com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Esse conjunto de forças também tinha o apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (NEVES, 2007).

Nesse sentido, a pressão social por uma resposta política aos tantos agricultores desassistidos no campo e com denominações diversas surtiu efeitos, politicamente consagrou-se a categoria agricultor familiar. Mas, a mesma emergiu com “significados tão amplos e tamanha heterogeneidade de usos, que ele só pode ser compreendido se as ambigüidades, as indefinições e as contradições forem então necessariamente defendidas” (NEVES, 2007, p.17). Opinião também apontada por Buainain (2007), para ele o termo agricultura familiar empregado no Brasil abarca sujeitos em situações bem distintas, incluindo desde aquelas famílias que vivem em minifúndios, numa situação de pobreza extrema, como aqueles produtores que estão inseridos no agronegócio com intuito de produzir para gerar renda.

A mesma leitura é feita por Lamarche (1993) e Wanderley (1996) quanto estes colocam que, no conceito de agricultor familiar estão incluídos desde os camponeses e as populações tradicionais, os quais possuem raízes históricas e são resultados de uma continuidade, até aqueles agricultores familiares modernos, oriundos dos processos de modernização do campo, considerados pelos autores os “novos personagens” da categoria. Por isso, Wanderley (1996, p.2) considera a agricultura familiar uma categoria genérica, que “assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais”.

As diferenciações sociais dentro da agricultura familiar estão associadas a conjuntura política e social em que se formaram os grupos ao longo da história, as distintas heranças culturais, as formas de trabalho e de vida, o acesso á recursos naturais, capital humano e capital social, dentre outras (BUAINAIN, 2007). O autor continua, e coloca que as diferenciações entre os *agricultores familiares pobres* e aqueles já *consolidados* são variadas, passando pelos cenários agrários onde se encontram, pelas questões de mercado, que por vezes são favorecidos por políticas públicas, pelas formas de capacitação, pelas quais passaram ou não, pela localização geográfica e pelas estratégias de reprodução adotadas, que necessitam de atenções também diferenciadas. Tudo isso e dentre outras coisas, fazem com que a diferença socioeconômica dentro da agricultura familiar seja bastante relevante de ser observada.

Importantes trabalhos foram realizados no sentido de fazer diferenciações dentro dessa categoria. Um desses trabalhos foi produzido em Cooperação Técnica INCRA/FAO no ano de 1994, no qual foram analisados os dados do Censo Agropecuário de 1985, considerando os dados para delimitar os estabelecimentos familiares, utilizaram-se dos critérios renda bruta da propriedade e mão-de-obra utilizada, diferenciando três categorias de agricultores familiares. Aqueles que estavam com a renda acima da média geográfica foram chamados de: *consolidados (A)*, os agricultores que possuíam renda na média da unidade geográfica foram designados como aqueles que estavam *em fase de transição; (B)* e aqueles produtores que possuíam renda abaixo da média da unidade geográfica foram reconhecidos com os *periféricos; (C)* (VEIGA, 1995). O autor expressa no Quadro 1, o número de estabelecimentos em cada uma das fases.

Em 1999 foi realizado outro estudo² em Cooperação Técnica INCRA/FAO, o qual trouxe uma nova diferenciação na agricultura familiar, tomando por base os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, utilizando-se como critérios a mão-de-obra utilizada nas propriedades e a variável renda (GUANZIROLI, et al., 2000). Assim, os produtores familiares foram classificados³ em A (agricultores

² Delimita o universo de produção familiar, através dos critérios: a) direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado (GUANZIROLI, et.al, 2000, p. 9)

³ Operacionalmente, tomou-se o Valor do Custo de Oportunidade (VCO) como sendo o valor da diária média estadual, acrescido de 20%³ e multiplicado pelo número de dias úteis do ano

capitalizados), *B* (aqueles que estão em processo de capitalização), *C* (aqueles agricultores que estão em processo de descapitalização) e *D* (agricultores descapitalizados) (GUANZIROLI, et.al, 2000).

Dos 4.139.369 estabelecimentos familiares do Brasil, foram classificados como tipo *A* 406.291 agricultores, ocupando 6,8% da área, absorvendo 11,7% do financiamento total da agricultura e sendo responsáveis por 19,2% de todo o VBP Nacional. O tipo *D* é representando por 1.915.780 estabelecimentos, ocupa 8,9% da área, é responsável por 4,1% do VBP agropecuário do Brasil e fica com 5,6% de todo crédito rural (GUANZIROLI, et.al, 2000, p.40).

Estabelecimentos	Nº (milhares)	%
Patronais	580	10
Familiares:		
- consolidados	1 160	20
- de transição	1 740	30
Franja periférica	2 320	40
Total	5 800	100

Quadro 1 - Proposta de sinopse da estrutura da agropecuária brasileira, 1985

Fonte: Veiga (1995)

Com esses resultados, os autores colocam que a diversidade no rural é ampla e complexa, seja em função das características agrárias ou pela racionalidade dos produtores. Tornando-se imprescindível para construção de políticas públicas, fazer diferenciações entre os agricultores familiares e construir categorias dos mesmos.

Os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma

(calculado em 260), tendo em vista a comparação com uma renda anual. Foram estabelecidos quatro tipos de agricultores familiares, a saber: 1) Tipo A, com Renda Total superior a três vezes o Valor do VCO; 2) Tipo B, com Renda Total superior a uma vez até três vezes o VCO; 3) Tipo C, com Renda Total superior à metade até uma vez o VCO; 4) Tipo D, com Renda Total igual ou inferior à metade do VCO (GUANZIROLI, et.al, 2000, p. 38).

racionalidade econômica única, universal e atemporal (GUANZIROLI, et al., 2000, p.9).

Por isso, é importante identificar os principais tipos de produtores. Outro estudo⁴ importante nesse sentido, foi o realizado por Buainain et al. (2004), onde foram abrangidos municípios de todas as regiões do país. Em todas as regiões foram encontrados contrastes entre *agricultores familiares pobres*⁵ e aqueles *consolidados*.

Através dos sistemas de produção e considerando a variável renda, foram selecionados para a pesquisa municípios onde mais de 60% do valor da produção total do município fosse de responsabilidade do grupo de *agricultores consolidados*, para localizar os agricultores familiares mais produtivos e com maior renda. Também foram pesquisados municípios onde mais de 60% do número total de estabelecimentos do município fossem de *agricultores familiares pobres*, para identificar onde se encontram os “bolsões” de pobreza no campo. Com os resultados obteve-se o cenário exposto na Figura - 3.

A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

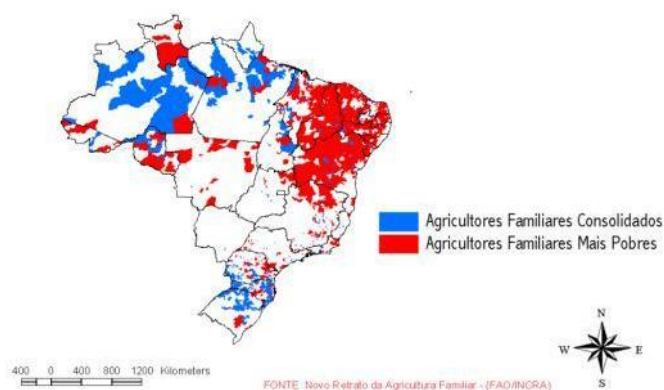


Figura 3 – Situação da agricultura familiar no Brasil
Fonte: Buainain et.al (2004, p.6).

⁴ No estudo Buainain et.al (2004) identificaram 817 municípios com um maior número de agricultores familiares com rendas de média a alta, os chamados consolidados, e identificaram também 1.655 municípios com um maior número de agricultores familiares com renda baixa e muito baixas, os chamados pobres.

⁵ Termos utilizados pelos autores.

Através da pesquisa realizada foi possível constatar que, existe uma “elevada presença de *agricultores pobres* nos mesmos municípios com elevada incidência de agricultores familiares em melhores condições” (BUAINAIN et.al, 2004, p.9). Para os autores, essa identificação dá base para o governo “decidir entre uma política de resultados mais imediatos, que implique em eliminar os entraves e reforçar os aspectos produtivos dos mais *consolidados*; ou, pelo contrário, em apoiar, por meio de políticas de desenvolvimento, os mais *pobres*, visando sua inclusão social e econômica” (BUAINAIN et.al, 2004, p.10).

Ressaltando os resultados do estudo obtidos na Região Sul do Brasil, onde se concentra o maior número de agricultores familiares e os sistemas produtivos mais diversificados. Percebe-se que o *agricultor familiar consolidado* trabalha com sistemas complexos, fazendo uso intenso de recursos como a terra, o trabalho e o capital. Além disso, possui capital de giro e tem forte ligação com os mercados de insumos, produtos e agroindústrias.

A maioria mantém sistemas diversificados, que incluem desde a produção/comercialização de suínos, leite, aves, milho, feijão até soja e frutas [...]. Os sistemas baseados na produção de grãos/produção animal mais complexos e integrados à agroindústria exigem um nível de capitalização que exclui a participação de produtores familiares mais pobres; os outros sistemas vêm sendo explorados tanto por produtores „consolidados” como por famílias com nível de renda mais baixo, sugerindo a existência de trajetória de evolução, ao longo da qual os produtores bem sucedidos transitariam à medida que aumentasse seu nível de acumulação (BUAINAIN et.al, 2004, p.13)

O *agricultor familiar pobre* trabalha com um sistema de produção mais simples e sua maior preocupação é com a sobrevivência da família, enfrenta várias dificuldades, em especial o tamanho da propriedade. Por isso trabalha intensamente com os poucos recursos dos quais dispõe, em busca da redução dos riscos e da segurança alimentar. Além da produção para o autoconsumo é freqüente a produção de milho e/ou feijão nas propriedades, situações que podem variar de acordo com o tamanho da família, a inserção no mercado de trabalho, a área cultivada com os produtos destinados a subsistência e a presença de rendas externas ao sistema de produção (BUAINAIN et.al, 2004).

No sistema „milho + feijão + suínos“ a venda de animais é a principal atividade comercial, que permite a geração de um fluxo de renda regular (quase mensal), tendo a venda do excedente de feijão e milho a função de fonte eventual de recursos em geral utilizada na recuperação/manutenção da infra-estrutura da propriedade. O milho é em geral utilizado na criação de suínos, integração que reduz o custo de produção e eleva o valor agregado gerado pelo estabelecimento (BUAINAIN et al., 2004, p.13).

O raciocínio dos autores citados é contemplado no Relatório de Combate à Pobreza Rural no Brasil: Uma Estratégia Integrada (2001), o qual expressa a diversidade no Brasil. Coloca que dentro dessa diversidade o perfil da pobreza no meio rural não está bem definido e que é importante identificar a mesma, porque atualmente têm-se somente indicadores como: a maior incidência de pobreza está nas áreas rurais mais distantes.

O relatório aponta para um tipo de agricultura comercial que é visivelmente mais dinâmica e para um grupo de pobres nas zonas rurais que não irá se beneficiar das mesmas oportunidades. Esse grupo, na maioria das vezes é formado por pessoas mais velhas e trabalhadores agrícolas nas áreas menos dotadas, “esse grupo está “preso” à extrema pobreza, sem futuro possível no setor agrícola além da subsistência” e ainda, “essas pessoas enfrentam barreiras consideráveis para encontrar trabalho fora desse setor” (DOCUMENTO DO BANCO MUNDIAL, 2001, p. VII).

Mesmo que essa heterogeneidade seja assumida por vários autores e diferenciada em importantes estudos realizados no Brasil ao longo dos anos 90, os quais tiveram contribuições importantes na designação da categoria, com a definição do público alvo das políticas públicas, a diferenciação dos agricultores familiares é ainda motivo de debate e estudos. Pelo fato que nem toda a diversidade é compreendida política e socialmente. Sendo assim, alguns estudos mais recentes propõem novas formas de classificar os agricultores familiares, levando-se em consideração outros fatores além da mão-de-obra e do tamanho da propriedade, como pode ser observado no item a seguir.

2.4 Desconstruir e reconstruir a categoria agricultor familiar

A heterogeneidade da agricultura familiar já foi admitida pelos estudos acadêmicos, mas alguns autores vão adiante do reconhecimento dos diferentes agricultores, ditos como familiares, propondo uma nova forma de classificação dos mesmos. Antes de se entender as novas propostas de classificação, é importante analisar o que os autores dizem sobre a necessidade de novas classificações.

Alguns questionamentos importantes nesse sentido são destacados por Neves, (2007, p.17): “o que se ganha ao identificar agricultores como familiares?”. Pois, para a autora os traços que constituem um agricultor familiar “não se encontram na agricultura nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica”. A resposta vem em Buainain (2007), o qual coloca que o rótulo agricultura familiar atualmente tem um valor político, é o pano de fundo para a criação de políticas públicas diferenciadas para o rural.

Mas, o autor continua e relata que as diferenças dentro da categoria são tantas que seria um “equivoco conceitual, seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômicas tão distintas sob o mesmo label – agricultores familiares – apenas porque tem um traço em comum – utilizar mão-de-obra familiar” (BUAINAIN, 2007, p.17). Na visão de Navarro (2010, p.197) “não é logicamente possível atribuir as milhões de famílias rurais deste grupo alguma similaridade empírica e conceitual essencial, pois é noção que faz tabula rasa das diferenças sociais e econômicas existentes em seu interior”.

Na percepção de Graziano da Silva (2010) a família deve ser retirada do centro da análise da categoria e novas redefinições devem ser feitas, porque para o autor, não é mais possível separar agricultores em modernos, atrasados ou em fase de transição e a renda agrícola, em muitos casos, depende mais do trabalho fora da propriedade, do que da família dentro propriedade. Assim, se individualiza o trabalho para manter a propriedade, o que até então era entendido como fruto de um conjunto familiar. Navarro (2010) é da mesma opinião de Graziano, pois, também questiona o fato de que a renda deve ser obtida predominantemente dentro da propriedade, já que os dados do Censo de 2006 demonstram a crescente renda vinda de fora dos estabelecimentos familiares.

Tenório (2010), tal como Graziano da Silva (2010) e Navarro (2010), também pensa ser necessária uma reclassificação da agricultura familiar, ao

analisar os dados do Censo Agropecuário de 2006. Na visão do autor, o Censo Agropecuário de 2006 proporcionou um novo retrato do meio rural brasileiro, revelando que a agricultura familiar possui um déficit produtivo em relação à agricultura comercial, nesse sentido, a “concentração de renda e a baixa produtividade acentuam debate sobre método de classificação da agricultura familiar (TENÓRIO, 2010, p. 59).

A busca por mecanismos que reduzam a concentração de renda e impulsionem o desenvolvimento econômico-tecnológico na agricultura familiar colocou em pauta as discussões sobre possíveis mudanças nos sistemas de classificação das propriedades e na eficiência das políticas de subsídio ao produtor brasileiro (TENÓRIO, 2010, p. 59).

Na visão de Tenório (2010) apud Vieira Filho e Conceição (2010), é necessária uma nova forma de classificação para amparar melhor as políticas públicas, pois, o atual sistema de classificação dos agricultores, realizado em cima do tamanho das propriedades, não seria mais apropriado para identificar os produtores e as melhores políticas de intervenção no segmento. Os autores chamam a atenção para as diferenciações existentes entre os agricultores familiares e sugerem um tipo de classificação que leve em consideração o pacote tecnológico, o tipo de cultivo e a região onde o agricultor está inserido. Para os autores, a metodologia de classificação até agora adotada, enquadra como agricultor familiar, aqueles que conseguem se autofinanciar e dispõem de tecnologias modernas.

Com o mesmo raciocínio de Tenório, Navarro (2010), trás a idéia de novas classificações. Para o autor, existe um binômio que caracteriza o verdadeiro agricultor familiar: a integração ao mercado e a gestão familiar, sendo assim, na opinião do autor os demais critérios utilizados para a diferenciação da categoria na verdade são meros coadjuvantes.

Nesse sentido, Navarro (2010) coloca que, é através do grau de integração ao mercado e das variações derivadas de infinitas possibilidades de estilos de agricultura, seja, quanto aos formatos produtivos, ao tipo de ecossistemas ao qual está inserida a propriedade, a proximidade ou não dos mercados, dentre outros, que será possível identificar os subgrupos de agricultores nas realidades agrárias.

Reconhecendo as situações empíricas das diferentes realidades do rural brasileiro, para retirar o “vazio analítico” do conceito de agricultura familiar e a pretensão do termo em tentar explicar o que jamais conseguirá, “a diversidade social notável existente nas regiões rurais de conjuntos sociais de produtores com gestão familiar, mas com vivências socioeconômicas muito distintas entre si” (NAVARRO, 2010, p.206).

Sendo assim, percebemos que Navarro (2010, p.206) tem a mesma preocupação de Buainain et al. (2004), apresentada na seção anterior. Pois, coloca que somente quando a diversidade for admitida, as políticas “a favor dos mais pobres do campo poderão ser ampliadas e aprimoradas, a partir de fundamentos mais racionais e correspondentes às realidades agrárias do Brasil”, pois, no momento atual, as políticas em vigor para os agricultores familiares são incoerentes e ilógicas diante a diversidade social do rural brasileiro.

A partir desse discurso, dá-se entrada a um novo capítulo dessa história, agora visando entender um pouco mais sobre a principal política pública envolvida nesse “enredo”, a qual se propõe a atender toda essa heterogeneidade de situações relatadas aqui.

CAPÍTULO III – PRONAF COMO FATOR DE DIFERENCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Este capítulo trás algumas contribuições visando compreender, na primeira seção, a necessidade de mudança no modelo de desenvolvimento agrícola até então vigente no país, em seguida numa subseção, entender quais são as políticas públicas necessárias ao modelo de desenvolvimento agrícola baseado na agricultura familiar. Numa segunda seção, compreender como o PRONAF foi estruturado, suas diferentes fases, os objetivos aos quais essa política se propõe e as mudanças de seu público alvo ao longo da história.

Em seguida, na terceira seção, serão apontados os resultados obtidos pelo programa e expostas as diferenciações que o PRONAF vem promovendo, entre os que têm acesso ao programa e aqueles que não acessam ao mesmo. Por fim, na quarta seção, serão apontados alguns fatores, na visão da literatura, que tem contribuído para essas diferenciações.

3.1 Necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento agrícola

O Brasil passava por um processo de muitas mudanças no final da década de 80 e início da década de 90. Podemos destacar dois fatos importantes nesse período, a promulgação da Nova Constituição da Republica em 1988 e as lutas sociais no campo, marcadas pelas fortes reivindicações por políticas públicas que atendessem a diversidade de agricultores familiares em todo o país.

Com base nos dados do Censo Agropecuário realizado em 1985, Veiga (1997) relata que naquela época os estabelecimentos familiares correspondiam a 90% do total, ocupando 22% das terras agrícolas e obtinham 11% do valor total dos recursos disponibilizados, considerando propriedade familiar aquelas que possuíam de 20 á 100 Ha e a mão-de-obra utilizada predominantemente familiar. (VEIGA, 1997). As mesmas estavam produzindo: 42% da batata-inglesa, 42% do trigo, 40% do cacau, 35% da banana, 35% do algodão, 34%, do milho, 34% do feijão, 33% da mandioca, 32% do café, 30% do tomate, 31% da laranja, 26% da

soja, 21% do arroz, 11% da cana-de-açúcar, 32% do leite e 35% dos ovos (VEIGA, 1997).

Na década de 90, através dos dados do Censo Agropecuário de 1995, os estabelecimentos agrícolas familiares estavam distribuídos em 107,8 milhões de hectares, enquanto os estabelecimentos patronais ocupavam 240 milhões de hectares. A produção agropecuária nas propriedades familiares era responsável na época por: 97% do fumo, 84% da mandioca, 72% da cebola, 67% do feijão, 58% dos suínos, 58% da banana, 52% da pecuária de leite, 49% do milho, 47% da uva, 46% do trigo, 40% das aves e ovos, 33% do algodão, 32% da soja, 31% do arroz, 27% da laranja, 25% do café, 24% da pecuária de corte e 10% da cana-de-açúcar (GUANZIROLI, et al. 2000).

Mas, ao longo da história do país, essa diversidade de agricultores familiares sempre esteve excluída das principais políticas públicas. Podemos observar esse fato desde a época da colonização do Brasil, com a política de concessão de terra através do regime de sesmarias, beneficiando somente aqueles que tinham infra-estrutura e capital para produzir (GRAZIANO DA SILVA, 1980); com a criação da Lei de Terras em 1850, que dá origem a propriedade privada da terra no país, favorecendo aqueles que dispunham de capital com as políticas que incentivam a grande produção de cana-de-açúcar para exportação e depois o complexo cafeeiro que tinha a produção voltada ao mesmo destino.

Depois com o Governo de Getúlio Vargas, década de 30, o setor agrícola que era exportador passou a produzir para o mercado interno. Para isso, foram criadas a política de crédito específica ao incentivo da produção e mais tarde a política de preços mínimos (PGPM) (MÜLLER, 1989). Também foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) em 1937, determinando recursos para a compra de sementes e adubos, compra de gado para melhoramento dos rebanhos, custeio, dentre outros (NÓBREGA, 1981). Mas, até o início da década de 60, o rural era tido como atrasado, com baixa produtividade, problemas relacionados a infra-estrutura, tecnologia e transporte.

Seguindo na linha do tempo, outro contexto que marca o viés das políticas agrícolas instituídas no país é o processo de modernização do campo. A partir das décadas de 60 e 70, esse processo passou a incorporar políticas agrícolas com base no crédito rural subsidiado, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, e na assistência técnica, a qual tinha

como objetivo a difusão de tecnologias junto aos agricultores, com o fornecimento de sementes certificadas, adubos químicos, correção do solo, dentre outros (BUAINAIN & SOUZA, FILHO, 2001).

Esse cenário determinou uma modernização conservadora e beneficiou somente aos grandes produtores rurais, que se apoderaram de praticamente todo o crédito de investimento, custeio e comercialização. Os agricultores mais capitalizados foram os privilegiados, porque eram os que tinham maior capacidade de resposta produtiva e melhores condições de produzir commodities, as quais eram interessantes para a comercialização com o mercado internacional. As mudanças provocadas pelas políticas agrícolas em nada mudaram o contexto estrutural do meio rural na época, marcado pelo contraste entre grande latifúndio e muitos minifúndios.

Sendo assim, o maior público do rural ficou de fora do “pacote”, porque produziam alimentos para o mercado interno. Aqueles pequenos produtores agrícolas que produziam alimentos como o feijão e a mandioca, básicos na alimentação das camadas mais pobres, ficaram fora das linhas de créditos, sem assistência técnica e sem disponibilidade de sementes (MÜLLER, 1989).

Vários produtores ficaram em situação de extrema pobreza sem condições de produzir, pois, só detinham a posse da terra e sendo assim, muitos optaram por sair do campo, aumentando o êxodo rural. Esse cenário também está aliado ao autoritarismo político da ditadura militar, que não permitiu debate algum em torno das questões políticas, agrárias, agrícolas ou outras quaisquer (MÜLLER, 1989).

Todo esse contexto gerou uma grande movimentação no campo, com a organização de várias manifestações por parte dos movimentos sociais, em prol de uma política que atendesse a necessidade dos agricultores familiares. Os movimentos foram motivados pelo “processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados” (SCHNEIDER et al., 2004, p.2), fato que marcava uma concorrência dos produtos entre os países do Mercosul (SCHNEIDER et al., 2004; NUNES, 2007).

Além destes, outros fatos que contribuíram para a mobilização social foram: a diminuição do crédito destinado a produção agropecuária no Brasil, o fim das atividades da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e os altos índices de inflação no país (NUNES, 2007). Ocasionalmente

uma diminuição na renda dos agricultores familiares, especialmente aqueles do sul do país (SCHNEIDER et al., 2004).

Diante de todos esses fatos, no começo dos anos 90 os movimentos sindicais, liderados por trabalhadores rurais ligados à CONTAG e a atual FETRAF, travaram uma luta social marcada por fortes reivindicações e vários seminários em estados da região Sul e Sudeste do país. Afim de uma, “reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia”, visando dessa forma, a “integração dos pequenos produtores no Mercosul” (SCHNEIDER et. al, 2004, p.2; MATTEI, 2005, p. 12; NAVARRO, 2010, p.193).

Essas ações tinham apoio na Nova Constituição de 1988, com a aprovação da Constituição a “descentralização das ações estatais” começaram a ser apoiadas. Visando a introdução de “novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, com o objetivo de democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos” (IBASE, 2006 p. 8). O que culminou no aumento do número de conselhos gestores em todas as esferas de poder (federal, estadual e municipal) (IBASE, 2006).

Portanto, a partir de 1988, a produção familiar começou a “engatinhar” rumo a conquista de suas primeiras vitórias, com a “elaboração de uma proposta de lei agrícola pelas entidades representativa, nessa proposta estava inclusa uma política de crédito voltada para a agricultura familiar” (SILVA, 1999, p.5).

As constatações de que a produção agrícola no campo era predominantemente familiar e que a mesma tinha um papel relevante para a alimentação da sociedade brasileira, aliado as lutas que vinham acontecendo no campo, por si só, já justificavam que o país precisava de modificações no modelo de desenvolvimento agrícola. Mas, se não bastasse isso, estudos publicados pela academia brasileira na década de 90 também apontavam para a emergência de mudanças no modelo de desenvolvimento seguido pelo Brasil.

De acordo com os estudos publicados por José Eli da Veiga (1994; 1995; 1997) e Ricardo Abramovay (1992), as transformações deveriam estar centradas na elevação do modo de produção familiar para o centro das políticas agrícolas e agrárias, dessa forma, o país iria finalmente seguir o exemplo de desenvolvimento vivenciado pelos países de Primeiro Mundo.

Para Abramovay (1992), o problema da opção de modernização do campo adotada no Brasil, é “saber até que ponto a miséria absoluta, a desintegração entre salários e lucros não se elevam como obstáculos, cuja remoção lançaria uma dinâmica econômica inédita a esta acumulação capitalista”, a exemplo do que ocorreu e marcou a história do desenvolvimento dos países capitalistas centrais.

Analisando o trabalho de Eli da Veiga (1997), percebe-se que a decisão do Brasil, até então, em apoiar as oligarquias agrárias contrária à adotada nos países de Primeiro Mundo, sendo caracterizada pelo autor com “um dos exemplos mais chocantes”. Para Veiga (1997), “o padrão agrário das demais regiões teve características semelhantes às que predominaram no Leste Europeu, durante o terceiro ciclo sistêmico de acumulação (britânico)” (VEIGA, 1997, p.132), onde países do Leste Europeu amargaram no subdesenvolvimento, porque impediram que suas populações rurais tivessem acesso à propriedade da terra.

Veiga (1997) relata que até o final da ditadura militar no Brasil, o desenvolvimento do campo ficou a cargo, principalmente, do sistema produtivo da cana-de-açúcar produzida em grandes propriedades e os “excluídos” do processo tiveram de migrar para outras regiões do país, como o centro-oeste e as regiões de fronteira. Assim, chegamos aos anos 80, no processo de redemocratização do país, com o cenário agrícola marcado por um sistema agropecuário fundamentalmente patronal.

Abramovay (1992) tem a mesma opinião de Veiga (1997) e de Mattei (2006) ao relatar que, o modelo de desenvolvimento seguido pelo Brasil beneficiou somente as grandes propriedades, através das políticas estatais que foram adotadas, sendo “magnífico” apenas para o acúmulo de capital. Pois, com o incentivo da produção voltado somente para a agricultura patronal, não houve uma diminuição dos preços agrícolas e assim, as grandes massas populares ficaram a margem desse processo sem condições relevantes de consumo, e é nesse sentido que as mudanças se fazem imprescindíveis, aponta Abramovay (1992):

A mudança se faz necessária não só pelo que a agricultura brasileira tem de atrasado, o excesso de trabalho pouco produtivo, as terras subutilizadas, o caráter em suma extremamente desigual do

desenvolvimento, mas, sobretudo pela natureza de seu setor mais moderno que, embora integrado á agroindústria e utilizando insumos e máquinas de origem industrial, apóia-se no trabalho assalariado em larga escala e não se tem mostrado capaz de desempenhar a função crucial de rebaixamento durável dos preços alimentares que nos países avançados a agricultura cumpriu (ABRAMOVAY, 1992, p. 259).

O que Abramovay (1992) realmente quis dizer contextualizando esse cenário, é que o Brasil, não tinha enfrentado o dilema que foi crucial para que os países capitalistas avançados tomassem o rumo do desenvolvimento. Nesse sentido, o autor indagava sobre as transformações que deveriam ocorrer no país: será que “a estrutura produtiva do capitalismo agrário brasileiro” conseguirá avançar e baixar os preços agrícolas, sendo essa uma condição básica para elevar o poder de consumo de massa característico do sistema capitalista e dos países avançados, ou se será que, “para levar adiante uma política durável de redistribuição de renda, o próprio padrão de crescimento da agricultura terá que ser modificado” (ABRAMOVAY, 1992, p. 259).

Sobre o assunto, Veiga (1994, p.91) coloca que a “passagem da economia brasileira para uma fase socialmente articulada de desenvolvimento, dificilmente poderá prescindir de um conjunto de políticas públicas que venha fortalecer, aqui também, a agricultura familiar”.

3.1.1 Políticas públicas necessárias ao modelo de desenvolvimento agrícola baseado na agricultura familiar

Comprovada a necessidade de mudanças, se faz imprescindível a implementação de políticas públicas que assegurem as mesmas. Dessa forma, é importante lembrar as estratégias adotadas pelos países desenvolvidos nesse sentido e as sugestões dos autores para as políticas que deveriam ser adotadas no Brasil, visando as transformações necessárias no modelo de desenvolvimento do país com base na agricultura familiar.

O processo de desenvolvimento no campo dos países Europeus, dos Estados Unidos e do Leste Asiático faz um contraste com o caso Brasil. Segundo

Veiga (1997) o primeiro país a optar pela agricultura familiar com uma virada política foi a Dinamarca, no final de século XVIII. Outro exemplo é o dos EUA, que depois de adotar uma estratégia conservadora na primeira metade do século XIX, baseada na venda de terras a altos valores que acabaram indo parar nas mãos de especuladores, o país passa a adotar um regime mais liberal facilitando o acesso a terra, com a formulação de leis, principalmente de apoio a reforma agrária (Homestead Law), que ampararam a opção pela produção familiar, dessa forma, em meados da década de 90 do século XIX assentamentos pioneiros rurais estendiam-se pelo oeste de Nebraska, leste do Colorado e oeste do Kansas (VEIGA, 1997).

No Leste Asiático a agricultura familiar também se confirma como ancora do desenvolvimento no campo, a consolidação desse processo ocorreu com reformas agrárias radicais no Pós-Guerra. No Japão, por exemplo, aproximadamente um terço das terras agrícolas foi transferido quase que de graça a quatro milhões de famílias em apenas 21 meses. Já a Grã-Bretanha sofreu um golpe duríssimo com a agricultura patronal no final do século XIX, mas em seguida, no começo do século XX, formulou políticas que transformaram decisivamente a estrutura das classes sociais favorecendo as camadas populares (VEIGA, 1992; 1997). A França é outro caso, nesse país foram várias esferas da sociedade que contribuíram para a elevação do campesinato como base do setor produtivo, que ao mesmo tempo passou a ser produtor e consumidor (LAMARCHE, 1998).

Na Europa do Oeste, no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia, dentre outros países, os governos constaram sem demora que a forma patronal de produção, baseada nas oligarquias fundiárias, trazia grandes desvantagens econômicas e sociais para o desenvolvimento econômico do país (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1997). “Todos os governos do chamado “Primeiro Mundo” adotaram, desde o início do século XX, políticas agrícolas e fundiárias que favoreceram a progressiva afirmação da agricultura familiar e inibiram o desenvolvimento da agricultura patronal” (VEIGA, 1997, p.132). E além deles, algumas nações “semi-periféricas” e bem sucedidas, também optaram pela agricultura familiar, como exemplos: a Coreia do Sul, Taiwan e a China.

Através desses exemplos, Veiga (1997) justifica sua idéia de elevar a agricultura familiar brasileira para o centro das políticas e faz uma alerta, para que

o país siga o exemplo dos países avançados, coroando a agricultura familiar em detrimento da patronal, sendo necessária a criação de políticas agrícolas e agrárias. Nesse sentido, Servolin (1989) citado por Abramovay (1992, p. 179) coloca que a agricultura familiar contemporânea é uma criação do Estado e de sua política agrícola, porque é o Estado que responde pela “reprodução social na agricultura familiar, talvez mais que por qualquer outro segmento produtivo da sociedade”.

Para Veiga (1997), a agricultura familiar precisa, além de programas creditícios, políticas educacionais e de ordenamento fundiário. Na questão do crédito, o autor relata a necessidade de financiamentos que apóie a profissionalização dos jovens rurais e ao mesmo tempo estimule um planejamento sistêmico dos sistemas de produção, como a integração da agricultura-pecuária. Na questão fundiária, o autor percebe a necessidade de um novo tipo de ação que chama de "ordenamento agrário", um dilema enfrentado por todos os países desenvolvidos, com a intervenção do Estado sobre o mercado de terras, favorecendo a aquisição das mesmas através de recursos fundiários.

Por fim, mas não menos importante, as questões da educação, profissionalização, assistência técnica e extensão rural, nesses pontos Veiga (1997, p.141-145) chama a atenção para o: “(a) [...] ensino regular básico oferecido nas escolas rurais; (b) a quase inexistente formação profissional; (c) as redes de extensão e/ou assistência técnica e suas relações com o sistema de pesquisa agropecuária”, para isso, são necessárias transformações na escola rural, onde seja possível integrar o ensino básico, a formação profissional e a assistência técnica/extensão rural.

Diante desse contexto, das sugestões de políticas apontadas pela academia para elevar a agricultura familiar como base produtiva no Brasil, parte-se agora para o entendimento do PRONAF e de suas ações na prática.

3. 2 O PRONAF: suas diferentes fases, seus objetivos e seu público alvo

O PRONAF surgiu há 16 anos e até os dias atuais é a principal política pública financiadora de crédito para a agricultura familiar, ao longo desse período o programa passou por diferentes etapas ou diferentes fases, nas quais foram sendo aprimorados seus objetivos e seu público alvo, juntamente com os recursos disponibilizados e a criação de linhas de financiamentos. Dessa forma, podem ser diferenciadas três fases distintas dessa política: a primeira pode ser chamada de implementação do programa, a segunda de estruturação dessa política e a terceira é a de consolidação do PRONAF. Lembrando que a organização do programa em diferentes fases foi realizada pela autora, com base nos referenciais pesquisados, portanto, não existem outros estudos que fazem essa classificação, pelo menos não é do nosso conhecimento.

Mas, alguns questionamentos são importantes, será que realmente o acesso a essa política é igual para todos aqueles que o programa define como público alvo? Ou o programa promove diferenciações sociais, econômicas, produtivas, dentre outras, entre seu público? Nesse sentido, é interessante que se analise o acesso ao crédito do PRONAF pelos diferentes grupos de agricultores, em especial a categoria menos capitalizada, já que o programa vem sendo “remodelado” afim, de melhor atender a esse público.

As questões colocadas, devem ser analisadas porque o PRONAF é uma política que atua com recursos de “fontes sociais”¹ e as vantagens oferecidas pelas linhas de crédito e em relação as taxas de juros diferenciadas, têm custos para o Orçamento da União. Nesse sentido, Guanziroli (2007, p.2) ressalta que o programa vem adotando ao longo dos anos uma taxa de juros branda, “condições especiais de pagamento e operação do crédito”, justificando essa atitude, como importante ajuda ou facilitação de acesso aos recursos para aqueles agricultores familiares “descapitalizados e com baixa produtividade”.

Em contrapartida, lembra Guanziroli (2007), os recursos financiados pelo PRONAF têm custos para o Tesouro Nacional, porque é necessário equalizar os valores com recursos do Orçamento através da diferença entre os juros cobrados dos beneficiários e a taxa SELIC, estipulada pelo Decreto nº. 1946 de 28/01/1996.

¹ O PRONAF é um programa essencialmente financiado por “fontes “sociais”, como é o caso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Tesouro Nacional e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)” (GUANZIROLI, 2007, p.3).

O autor ainda lembra que, de 2000 a 2005 “em média 44,5% do valor liberado destina-se a equalizar juros e rebates de adimplência”, portanto, “trata-se de um programa caro e altamente subsidiado, por isso deve ser bem avaliado e ter indicadores de resultados que comprovem sua necessidade” (GUANZIROLI, 2007, p.3). Os autores Gasques et al. (2005) lembram que, entre os anos 2000 e 2005 foram firmados pelo PRONAF mais de 5.600 contratos e liberados pouco mais de 16, 5 bilhões de reais em recursos para crédito. No ano de 2004 o Tesouro Nacional financiou para o programa uma quantia de 2,572 bilhões de reais, desses foram 609,21 milhões em equalizações² e 1963,10 milhões de reais na concessão de empréstimos para as linhas de financiamentos (GASQUES et al, 2005).

Tal como pode ser observado na Figura-4, ocorreu um aumento no número de contratos realizados pelos produtores, o que pode ser acompanhado na linha em vermelho e também do valor financiado em milhões de reais ao longo dos anos. Mas, essa evolução nos contratos não abrangeu proporcionalmente a todos os tipos de agricultores familiares.

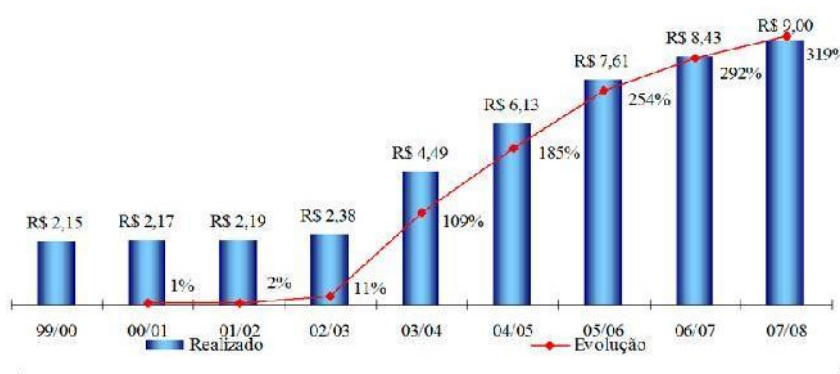


Figura 4 – Evolução do acesso ao crédito do PRONAF
Fonte: MDA/SAF/PRONAF (2011)

Diante disso, a seguir serão analisadas as fases do programa e em seguida as diferenciações que o mesmo promove, em relação ao acesso dos diferentes tipos de agricultores familiares.

² As Equalizações das Taxas de Juros (ETJ) são pagamentos realizados pelo governo para cobrir o “diferencial entre as taxas de juros cobradas no mercado financeiro e as taxas de juros pagas pelo produtor” (CASTRO E TEIXEIRA, 2004, p. 1).

3.2.1 Implementação

Num primeiro momento, depois de vários estudos, dados e números comprovando a necessidade de uma política diferenciada para a agricultura familiar, em 1994 o Ministério da Agricultura e do Abastecimento cria o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que passa a ser a primeira linha de crédito específico para os agricultores familiares (SILVA, 1999). Essa linha tinha como objetivo “disponibilizar crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas, até então existentes, e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo” (SCHNEIDER et al., 2004, p.2).

Embora o programa tenha tido resultados pouco relevantes, quanto ao acesso dos produtores, foi sem dúvida um marco para a propriedade familiar, porque deu início a uma política pública diferenciada a essa categoria (MATTEI, 2006, p.13). Em 1995 o PROVAP, que na verdade foi o embrião do PRONAF, passa por profundas modificações e sai de cena, dando lugar a uma linha de crédito para custeio agrícola, denominada Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SILVA, 1999), que no ano seguinte é institucionaliza pelo governo através do decreto Presidencial nº 1.946, de 28/07/1996 (SCHNEIDER et al., 2004). Para acessar ao programa passou a ser necessária uma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP³), um instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar as políticas públicas.

Tendo a política decretada e institucionalizada, era preciso definir quem seria o público alvo, seguiu-se as recomendações do estudo realizado em 1994 pelo INCRA/FAO, onde foi concluiu-se que das três categorias de agricultores familiares, os consolidados (A), aqueles que estavam em fase de transição (B) e os periféricos (C), o programa deveria destinar seus recursos para o estrato B, porque acreditava-se, ser mais fácil inserir-los no mercado (VEIGA, 1995). Sendo

³ Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo MDA, munido de CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo).

assim, o PRONAF passou a atender aqueles agricultores que se enquadravam nesses critérios:

a) Pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até 6 módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária); c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; f) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00 (SCHNEIDER et al., 2004, p.4).

Pode-se dizer que esse período marca a primeira fase do programa, uma fase de implementação, a qual tinha por propósito somente financiar crédito agrícola ao seu público definido como agricultores familiares.

3.2.2 Estruturação

Depois da implementação, a partir de 1997, o governo começa a criar várias linhas de financiamentos diferenciadas para os agricultores familiares, indo além do subsídio ao custeio agrícola, marcando então outra fase, a de estruturação do PRONAF, que passa pela criação de quatro linhas distintas de financiamentos. Sendo uma linha destinada a produção agrícola, através do crédito de custeio e de investimento nas atividades produtivas, a segunda linha destina-se ao subsídio de infra-estrutura e serviços municipais, desde que a economia do município fosse prioritariamente baseada na atividade agrícola familiar, a terceira linha corresponde ao financiamento da capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e a última linha destina seus subsídios a pesquisa e extensão rural, com objetivo de levar tecnologia ao agricultor familiar (SCHNEIDER et al., 2004; MATTEI, 2006).

Para operacionalizar as linhas de financiamentos foram criados vários programas, tais como: o PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais em 1997; o PRONAF Agroindústria em 1998; um Ministério próprio, o Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, criado especialmente para englobar o programa que até então era de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), que passa a ser o “guarda-chuva institucional das linhas de ação do PRONAF” (SCHNEIDER et al., 2004, p.7). Além da criação das novas linhas de financiamentos, do MDA e da SAF no final dos anos 90, que surgiram para melhor amparar e ao mesmo tempo ampliar a abrangência do PRONAF, também foi redefinido pelo governo o público alvo do programa.

Para a redefinição o governo tomou por base o estudo realizado no ano de 1999, pelo INCRA e pela FAO em Cooperação Técnica, elaborado por Guanziroli et al., (2000), no qual foram analisados os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, onde os produtores familiares foram classificados segundo a renda, como pode ser observado no capítulo anterior. A partir dos resultados desse estudo, foram regulamentadas pela resolução 2.629, de 10/08/1999, as categorias de agricultores familiares beneficiários do PRONAF, “de acordo com a renda bruta familiar anual” (SCHNEIDER et al., 2004, p.4), as quais passaram a integrar as normas gerais do Manual de Crédito Rural e foram assim definidas:

Grupo A: agricultores assentados da reforma agrária [...] podem financiar até R\$ 2.500,00 para custeio da safra e até R\$ 13.500,00 para investimentos. [...] crédito de custeio, o prazo para pagamento é de dois anos e as taxas de juros são de 2% ao ano. [...] crédito de investimento esses números são de 10 anos (5 anos de carência) e 1,15% ao ano;

Grupo B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00. [...] famílias rurais com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção no curto prazo localizada em regiões com concentração de pobreza rural. [...] financiamentos (custeio mais investimento) são limitados em até R\$ 1.000,00 para qualquer atividade geradora de renda, com juros de 1% ao ano e prazo para pagamento de dois anos, sendo um de carência.

Grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 2.000,00 a R\$14.000,00 [...] financiamento para custeio são de R\$ 2.500,00, com juros de 4% ao ano, desconto (rebate) de R\$200,00 e prazo de pagamento de até dois anos. [...] investimentos, o limite é de R\$ 5.000,00 e o prazo de pagamento de até oito anos, com a mesma taxa de juros.

Grupo D: agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$ 14.000,00 e R\$ 40.000,00, [...] limite para custeio é de até R\$ 6.000,00, com juros de 4% ao ano e prazo de até dois anos. [...] investimento o limite de financiamento é de até R\$ 18.000,00, com prazo de até oito anos e juros iguais ao do custeio [...] SCHNEIDER et al., 2004, p.5).

Além dessa classificação, foram modificadas as regras de financiamentos, visando uma melhor adequação a situação econômica dos grupos em termos de encargos e descontos, e criadas linhas diferenciadas para os grupos de agricultores (SCHNEIDER et al., 2004), como:

a) O Microcrédito Rural (PRONAF Grupo B) implementado em 1999 como uma linha de combate a pobreza rural, financiando atividades geradoras de renda agrícolas ou não, permitindo a estruturação e a diversificação das unidades produtivas rurais, destina-se as famílias agricultoras, de pescadores, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvem atividades produtivas no campo (MDA/SAF, 2011).

b) O Rural Rápido, implementado em 1999, uma linha crédito rotativo destinada aos agricultores dos grupos B, C e D que funcionava “como um cheque especial em que o agricultor” ia “utilizando os recursos segundo suas necessidades” (SCHNEIDER et al., 2004, p.4), acabou privilegiando os agricultores familiares do grupo D, os mais capitalizados;

c) O Integrado Coletivo, criado para contemplar associações, cooperativas e outras pessoas jurídicas compostas por beneficiários do PRONAF (SCHNEIDER et al., 2004);

d) O PRONAF-Agregar (Projeto de Agregação de Renda da Agricultura Familiar), financiava projetos individuais ou coletivos para melhorias em infraestrutura, prestação de serviços, marketing, beneficiamento de produtos, dentre outros, no ano 2000 o Agregar e a linha de financiamento para a agroindústria passam a ser uma única linha de crédito destinada aos agricultores dos grupos B, C e D, atuando na liberação de recursos financeiros para o beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária (SCHNEIDER et.al, 2004);

e) O “Pronafinho”, uma linha de crédito que financiava até R\$ 1.500,00 para o custeio das atividades agropecuárias do grupo C, os agricultores mais necessitados (SCHNEIDER et al., 2004);

f) O Crédito de Custeio, criado no ano 2000 foi destinado aos assentados da reforma agrária – grupos A/C -, para aqueles que já tivessem sido contemplados com recursos de investimentos para estruturação das unidades (SCHNEIDER et al., 2004);

g) PRONAF Florestal, criado em 2002, destinou seus recursos aos investimentos em silvicultura e sistemas agroflorestais, visando os grupos B, C e D, (SCHNEIDER et al., 2004);

Com esse contexto, podemos dizer que a fase de estruturação do PRONAF está consolidada e que a mesma teve como objetivo a organização do programa, com a criação do MDA, da SAF e de linhas de financiamentos, e a ampliação de seu público-alvo, pois, foram entendidas algumas diferenciações socioeconômicas dos agricultores familiares. Por isso, os mesmos foram reunidos em grupos diferentes, facilitando a criação de linhas de financiamentos específicas para os distintos grupos, inclusive incluindo nas linhas do PRONAF não somente agricultores familiares, mas, também pescadores, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

3.2.3 Consolidação

Depois do contexto citado, inicia-se uma terceira etapa, podendo ser denominada de consolidação do PRONAF. Facilmente identificada pelo crescente acesso ao programa, decorrente de uma maior abrangência em termos de municípios, atendendo quase que a totalidade dos municípios brasileiros, de um crescente aumento de recursos disponibilizados, da diminuição das taxas de juros e da inclusão de um maior público, como os jovens, as mulheres, produtores agroecológicos e produtores do semi-árido nordestino, assegurados pelas novas linhas de financiamentos criadas.

Em 1999/2000 o número de municípios atendidos pelo programa era de 3.403, em 2007/2008 esse número deu um salto para 5.379 municípios, constante-se um crescimento de 58% de abrangência (MDA/SAF, 2011). Assim, como a evolução na disponibilidade de recursos a serem acessados pelos agricultores aptos ao PRONAF, em 1999/2000 era R\$ 3,3 bilhões com uma execução de 66%, dessa safra até a safra de 2008/2009 o montante passou para R\$ 13 bilhões, ou seja, o volume de recursos disponibilizados cresceram mais de quatro vezes.

Quanto a taxa de adesão passou por uma queda de 2000 á 2002, a partir daí houve uma crescente no acesso até 2005, com ligeira queda nas duas próximas safras e uma queda considerável em 2007/2008 (MDA/SAF, 2011), como é demonstrado na Figura–5, onde a linha vermelha representa a porcentagem de valor financiado do que total que foi disponibilizado, cujo valor esta em azul. Para fins de esclarecimentos, os recursos financeiros disponibilizados pelo PRONAF continuam crescendo, no plano safra 2009/2010 foram disponibilizados R\$15 bilhões (PLANO SAFRA 2009/2010) e para a última safra 2010/2011 o montante é de R\$16 bilhões (PLANO SAFRA 2010/2011).

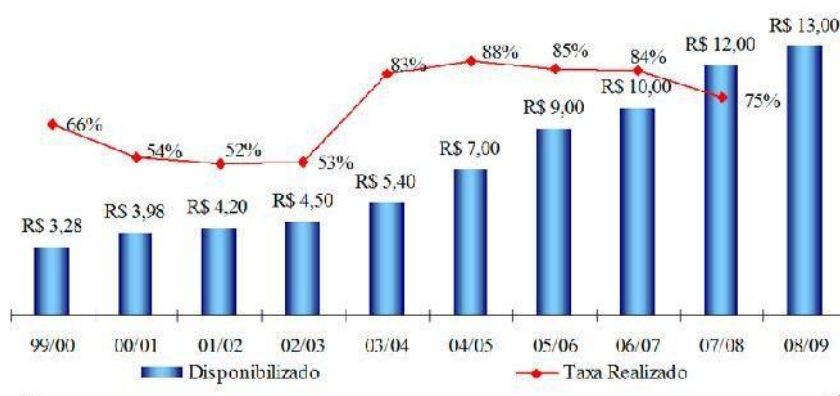


Figura 5 – Evolução do montante disponibilizado e dos recursos acessados pelo PRONAF
Fonte: MDA/SAF (2011)

Na fase de consolidação, ocorreram algumas modificações nas linhas de financiamentos e no público-alvo, gerando ampliações, reorganizações e novas criações. Por exemplo, a incorporação dos grupos A/C e E:

Grupo A/C: agricultores oriundos do processo de reforma agrária que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados. [...] financiamento de custeio variam de R\$ 500,00 até R\$ 2.500,00, com juros de 2% ao ano e prazo de pagamento de até dois anos.

Grupo E (Proger Familiar Rural) [...] crédito aos agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 a 60.000,00. Os limites de financiamento para custeio são de R\$ 28.000,00, com juros de 7,25% ao ano e prazo de pagamento de dois anos. Já para investimento, o limite de financiamento é de R\$ 36.000,00, com juros idênticos ao crédito de

custeio e prazo de pagamento de até 8 anos, com 3 são de carência [...] (SCHNEIDER et al., 2004, p.5).

Além disso, a reorganização da linha do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, que deixou de estar dentro da SAF, passou a incorporar a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual foi criada para gerenciar as ações desenvolvidas pela antiga linha do PRONAF (SCHNEIDER et.al, 2004). E ainda, algumas linhas como o Rural Rápido, o PRONAF-Agregar e o Integrado Coletivo deixaram de aparecer nas linhas do PRONAF.

O Pronafinho e o Crédito de Custeio foram incorporados numa só linha, chamada Custeio, que financia atividades agropecuárias de beneficiamento, industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros; o PRONAF Florestal passou a ser chamado de PRONAF Floresta, financiando; além de projetos de investimentos em sistemas agroflorestais, investimentos na preservação⁴ ambiental; o PRONAF Agroindústria, foi mantido destinando recursos para investimentos em infraestrutura, beneficiamento, processamento e comercialização da produção, sendo ela agropecuária ou não⁵, assim como o Microcrédito Rural (PRONAF Grupo B) mantido com a mesma metodologia (MDA/SAF, 2011).

Foram criadas as linhas: PRONAF Cota-Parte, destinado aos investimentos na integralização de cotas-partes dos produtores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento; PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, destinando crédito as necessidades decusteio, beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros podendo ser acessada por agricultores familiares, cooperativas ou associações e o PRONAF para Investimento, destinando crédito a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, nos estabelecimentos rurais, sejam eles agropecuários ou não, ou em áreas comunitárias rurais próximas (MDA/SAF, 2011).

Além dessas, Schneider et al., (2004) aponta a criação de outras novas linhas de financiamentos como: PRONAF Mulher e PRONAF Jovem, tendo como

⁴ Recuperação de áreas degradadas, reserva legal, manutenção de áreas de preservação permanente, manejo florestal e extrativismo sustentável (MDA/SAF, 2011).

⁵ Produtos florestais, do extrativismo, artesanais e a exploração de turismo rural (MDA/SAF, 2011).

propósito financiar investimentos que sejam de interesse desse público; PRONAF-Semi-Árido, financiando projetos agropecuários ou não, que visem a sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando a infraestrutura hídrica e a recuperação ou modernização das demais infraestruturas; PRONAF Agroecologia, destinado a produção agropecuária livre de produtos químicos (agroecológica ou orgânica), e aqueles agricultores que estejam em uma fase de transição⁶; PRONAF Turismo Rural, apoiando atividades turísticas nas propriedades rurais; PRONAF Pesca, apoiando as atividades dos pescadores artesanais; PRONAF Alimentos, amparava a produção de alimentos básicos, (arroz, feijão, milho, mandioca e trigo) e o PRONAF Máquinas e equipamentos, que destinava crédito a compra de máquinas e equipamentos (SCHNEIDER et al., 2004; MDA/SAF, 2011).

As duas últimas linhas citadas foram unificadas, passando a ser chamada em 2008 de PRONAF Mais Alimentos e a financiar investimentos em infraestrutura da propriedade, permitindo ao agricultor familiar investir na modernização dos estabelecimentos com aquisição de máquinas, equipamentos, implementos, dentre outros, e ainda estimulando a produção vários alimentos e produtos⁷ (MDA/SAF, 2011; PLANO SAFRA PARA AGRICULTURA FAMILIAR 2007/2008).

Também foi criada no Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 o PRONAF Eco, destinado aos agricultores familiares dos grupos C, D ou E, visando investimentos na criação de novas tecnologias para o uso de energias e à substituição dos combustíveis fósseis por outros renováveis em equipamentos e máquinas agrícolas, dentre outras tecnologias ambientais (PLANO SAFRA PARA AGRICULTURA FAMILIAR, 2007/2008) e a última linha de crédito criada, em 2009, foi o PRONAF Sustentável, visando ampliar a renda e promover o desenvolvimento econômico e ecológico sustentáveis, de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, através de um enfoque sistêmico (BALANÇO DE GOVERNO, 2010).

⁶ Auxiliando-os nos custos de implantação e manutenção do empreendimento (MDA/SAF, 2011).

⁷ Açafrão, café, centeio, sorgo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura, além daqueles cinco alimentos básicos (MDA/SAF, 2011).

Além disso, na fase de consolidação do programa foi aprovada a 11.326/2006 de 24 de julho de 2006, na qual foram estabelecidas diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (MDA, 2009). Resumidamente, os pontos principais da lei podem ser entendidos quando se analisa Art. 3º, onde consta que: é entendido como agricultor e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, tendo como pré-requisitos: a) uma área não superior a 4 (quatro) módulos fiscais; b) a utilização de mão-de-obra predominantemente familiar nas atividades econômicas da propriedade; c) a renda da família originada predominantemente de atividades econômicas vinculadas a propriedade e d) a família dirija a propriedade ou empreendimento (IBGE, 2006).

Além dessas situações, fazem parte do público beneficiário do PRONAF aqueles silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas, promovendo o manejo sustentável do ambiente (IBGE, 2006); os aquicultores que trabalham com a exploração de reservatórios hídricos com “superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede” (IBGE, 2006, p.15); os extrativistas e pescadores que trabalham de forma artesanal no meio rural e na atividade pesqueira (IBGE, 2006).

Em relação as categorias do PRONAF, houve o agrupamento de algumas em 2008 em uma única categoria chamada agricultura familiar, na avaliação do MDA essa foi uma forma de simplificar o acesso ao programa (PLANO SAFRA PARA AGRICULTURA FAMILIAR, 2008/2009). Dessa forma, as categorias de agricultores familiares atualmente atendidas pelo PRONAF podem ser melhor visualizadas e compreendidas a seguir, no Quadro 2.

Segundo o MDA (2011), as mudanças ocorreram atendendo as solicitações de simplificações das normas, as quais foram feitas pelos movimentos sociais, pelos extensionistas rurais e pelos agentes financeiros. As taxas de juros passaram a ser definidas pelo valor do financiamento, para os financiamentos de custeio, as taxas que variavam de 3% e 5,5% passaram a variar de 1,5% a 5,5% ao ano e as operações de investimento que tinham juros de 2% a 5,5% ao ano ficaram com a taxa de 1% a 5% ao ano.

As taxas de juros foram novamente ajustadas no último plano safra, sendo mais uma vez reduzidas, as 5,5% passaram para 4,5%, sendo esta a maior taxa

de juros cobrada nas operações de custeio. Nas operações de investimento as taxas baixaram de 5% para 4%, a qual passou a ser a taxa de juros máxima das operações de investimento do PRONAF, de acordo com o último Plano Safra da Agricultura Familiar (2010/2011).

Grupos	Enquadramento	Finalidade
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e os reassentados em função da construção de barragens.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias.
A/C	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que já tenham contratado a primeira operação no Grupo "A"	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.
B (Microcrédito Rural)	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias no estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas.
PRONAF Agricultor Familiar	Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, bem como o custeio agropecuário.

Quadro 2 – Novo enquadramento dos beneficiários do PRONAF

Fonte: Cartilha Acesso ao PRONAF (2010/2011, p.15).

Depois do contexto descrito, percebe-se que na fase de consolidação o objetivo do programa é a ascensão, realmente promover o acesso dos agricultores familiares as linhas de financiamentos do PRONAF, pois, foi ampliado o público alvo e facilitado o acesso dos agricultores ao crédito. Através da organização do programa, da criação de novas linhas específicas para determinados públicos, da maior abrangência em termos de municípios, das

facilitações quanto às taxas de juros e do número de recursos financeiros disponibilizados ao longo dos anos. Resumidamente as quatro fases estão expressas no Quadro 3.

Fases do PRONAF	Objetivos do PRONAF	Público alvo do PRONAF
Implementação	Financiar crédito agrícola ao público definido como agricultor familiar	Agricultores familiares em fase de transição
Estruturação	Organizar o programa e ampliar o público-alvo	Agricultores familiares de todas as faixas de renda (do capitalizado ao descapitalizado) e ainda, pescadores, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas
Consolidação	Ampliar o acesso do agricultor familiar as linhas de financiamentos	Além do público atendido na fase de estruturação, foram incorporados jovens, mulheres, produtores agroecológicos e produtores do semi-árido nordestino

Quadro 3 – As diferentes fases do PRONAF

Fonte: elaboração da autora com base nos estudos analisados

Como vimos, os agricultores familiares ao longo da história do PRONAF foram definidos de acordo com a renda, o tamanho da propriedade e a mão-de-obra utilizada nas propriedades. Nas fases de estruturação e consolidação do programa, os agricultores foram diferenciados em subcategorias ou grupos, afim de, um melhor enquadramento dos diferentes tipos de produtores nas linhas que iam sendo criadas. Mas, isso não garantiu que todos conseguissem ter acesso as linhas do programa.

3.3 Distinções no público alvo

Depois de entendido o histórico do programa com suas fases distintas, seus objetivos e seu público alvo, é interessante que se compreenda como o programa tem atendido ao agricultor familiar, nos seus diferentes grupos.

Tomando por base os estudos realizados por Mattei (2005), fundamentados nas informações que eram disponibilizados no portal do MDA/SAF, constata-se que nos anos 2000, 2002 e 2004, por exemplo, houve significativas diferenças entre os grupos de agricultores pronafianos, tanto na adesão aos contratos, quanto nos recursos financiados. Com expressivo acesso dos grupos mais capitalizados (C, D e E), que juntos acessaram no ano 2000 em torno de 70% do recurso total do programa, em 2002 esse percentual subiu para 78% e em 2004 abarcaram 74% do total de recursos do PRONAF (MATTEI, 2005), dados que podem melhor observados no Quadro 4.

Grupos de Agricultores	2000	2000	2002	2002	2004	2004
	% do Valor Retirado	% de N° Contratos	% do Valor Retirado	% de N° Contratos	% do Valor Retirado	% de N° Contratos
Grupo A	21,29%	9,16%	17,34%	4,36%	7,85%	2,19%
Grupo A/C	0,08%	0,15%	1,00%	1,46%	0,83%	1,20%
Grupo B	1,09%	4,58%	3,50%	17,71%	6,81%	24,48%
Grupo C	21,95%	40,66%	28,96%	43,05%	25,21%	39,01%
Grupo D	47,58%	37,56%	43,09%	27,73%	37,39%	21,78%
Grupo E	-	-	-	-	11,62%	3,19%
Exigibilidade bancária/ sem enquadramento	7,98%	7,87%	6,08%	5,65%	8,12%	5,80%
Total em %	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total R\$ e N°	2188635003	969727	2404850769	953247	5747346618	1611104

Quadro 4 - Valor financiado e número de contratos do PRONAF realizados por grupo de produtores nos anos-agrícolas de 2000, 2002 e 2004 no Brasil.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de Mattei (2005)

Comparando os dados apresentados no Quadro 4, percebemos que as principais mudanças ocorridas na evolução do programa apontam para uma diferenciação social entre os grupos de pronafianos, vejamos:

1) ocorreu uma diminuição significativa do crédito financiado e do número de contratos realizados pelo grupo A;

2) houve um crescimento do grupo B em relação ao número de contratos realizados, o que não significou o aumento dos recursos utilizados na mesma proporção, a ampliação nos recursos financiados foi bem inferior a adesão aos contratos;

3) houve uma queda dos contratos e dos financiamentos no grupo D em 2002 e 2004, que possivelmente deva estar relacionada a criação do grupo E em 2004;

4) foi criado o grupo E, um grupo com maior poder econômico e que no seu primeiro ano realizou 3% dos contratos, ficando já com 12% dos recursos financeiros do programa, maiores detalhes em Mattei (2005).

Contexto que não demonstra significativas mudanças em anos mais recentes, como 2007 e 2008, o que mais chama a atenção no Quadro 5 é a diminuição dos contratos realizados pelo grupo B, e o montante de crédito acessado por este grupo continua com um percentual muito baixo, ao contrário dos grupos C e D, que além de manterem uma alta concentração de recursos financeiros, mantêm um bom de contratos realizados.

Grupos de Agricultores	2007	2007	2008	2008
	% do Valor Financiado	% do N° de Contratos	% do Valor Financiado	% do N° de Contratos
Grupo A	3,60%	2,16%	6,24%	4,34%
Grupo A/C	0,32%	0,67%	0,42%	0,81%
Grupo B	5,88%	23,41%	7,28%	31,87%
Grupo C	14,39%	27,82	10,18%	20,50%
Grupo D	37,79%	28,45%	27,83%	22,96%
Grupo E	18,97%	6,88%	12,09%	4,03%
Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	19,01%	10,57%	32,70%	14,64%
Total em %	100%	100%	100%	100%
Total em R\$ e N°	9791328467	1755445	6749815881	1086520

Quadro 5 – Valor financiado e número de contratos do PRONAF realizados por grupo de produtores nos anos-agrícolas de 2007 e 2008 no Brasil.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do DIEESE (2008)

Através desses estudos, é notável a concentração de financiamentos e recursos nas categorias mais capitalizadas, que também possuem uma melhor inserção no mercado e maior profissionalização. Mas, também é interessante que se analise as diferenciações entre aqueles que acessam e aqueles que não acessam ao programa. Pois, embora existam poucos estudos nesse sentido, existem agricultores onde os recursos não chegam e estes provavelmente seriam público dos grupos A e B.

Nesse sentido, outro estudo que comprova as diferenciações do programa, demonstrando dados do Rio Grande do Sul, é o de Toledo e Schneider (2008). No trabalho realizado pelos autores, é possível perceber que o Estado tem um grande percentual de acesso ao programa, de 1998 a 2008 o mesmo efetuou em torno de 23% do total de contratos realizados para o PRONAF, angariando pouco mais de 21% do total de recursos disponibilizados pelo programa. Toledo e Schneider (2008) também chamam a atenção para a concentração dos recursos em determinadas categorias de agricultores familiares, pouco mais de 55% dos recursos e de 35% dos contratos realizados foram destinadas às categorias D e E entre 1998 e 2008, enquanto que as categorias A, A/C e B, ficaram com pouco mais de 32% do montante financiado e 52 % dos contratos firmados no Estado, como pode ser observado no Quadro 6.

Grupos	Nº de contratos	%	Recursos (\$)	%	Por Contrato (R\$)
Grupo A	23.173	0,87	254.985.454,95	2,9	11.003,56
Grupo C	1.350.253	50,94	2.523.404.933,00	28,71	1.868,84
Grupo A/C	5.898	0,22	13.632.974,87	0,16	2.311,46
Grupo B	530	0,02	612.000,00	0,36	1.154,72
Grupo D	867.067	32,71	3.840.485.529,73	43,7	4.429,28
Grupo E	106.652	4,02	1.287.156.207,23	14,65	12.068,75
(sem enquadramento)	248.492	9,38	697.248.459,45	7,93	2.805,92
Outros (Mini-)	48.465	1,83	171.406.888,74	1,95	3.536,71
Total	2.650.530	100	8.788.932.447,97	100	39179,24

Quadro 6 - Recursos do PRONAF liberados para o Rio Grande do Sul por grupos de agricultores (1998-2008)

Fonte: Elaborada por Toledo e Schneider (2008, p.7) com base nos dados do MDA/SAF.

Para Toledo e Schneider (2008), outro fato importante foi o valor retirado nos contratos dos diferentes grupos, por exemplo, o grupo B teve índices muito baixos em termos de acesso e de recursos angariados. O que é inverso nos grupos D e E que retiraram um valor maior por contrato, “R\$4.429,28 e R\$ 12.068,75, respectivamente, por apresentarem as melhores condições em termos de capacidade de pagamento e um leque maior de garantia creditícia aos agentes financeiros” (TOLEDO E SCHNEIDER 2008, p. 6 e7).

Um trabalho⁸ importante nesse sentido, que analisa as diferenciações no acesso as linhas de financiamentos do programa, é o de Anjos⁹ et. al. (2004). Onde os autores relatam dados relevantes de diferenciações entre pronafianos e não-pronafianos, em dois municípios do Rio Grande do Sul, a saber, Restinga Seca, localizada na região Central do Estado, e Liberato Salzano, localizado no Alto Uruguai região do Noroeste gaúcho

Em relação aos agricultores que não acessam ao PRONAF, os autores relatam um fato importante em Restinga Seca, há uma localidade no município onde várias famílias vivem em quilombos rurais e não há nenhum produtor beneficiário do programa, lembrando que os quilombolas são potenciais candidatos ao crédito do PRONAF. Para complementar a renda, essas famílias buscam emprego temporário na propriedade de pronafianos brancos, Anjos et al. (2004) acreditam que este seria um “filtro social no acesso ao programa”, já que boa proporção dos não-pronafianos citados são analfabetos.

Outra questão interessante foi que os autores mediram o índice de nível de vida (INIV), utilizando a metodologia adotada por Kageyama e Hoffman (2000) apud Anjos et al. (2004), onde são medidos os fatores de acesso a serviços básicos e as condições da moradia, dentre outras coisas, a medida é de 0 a 1, quanto mais próxima a 1 melhor o nível de vida. Na condição de pronafianos,

⁸ Para a realização do estudo no Rio Grande do Sul foram aplicados 200 questionários, os quais foram realizados em dois municípios escolhidos pela equipe da FECAMP. Em cada um dos municípios foram selecionados aleatoriamente “50 agricultores que em 2001 haviam contratado o PRONAF (doravante chamados “Pronafianos”) e outros 50 agricultores familiares não contratantes deste programa de crédito (“não Pronafianos”)” (ANJOS et al., 2004, p.1). No ano da pesquisa o programa operava com os grupos A, B, C e D (ANJOS et al., 2004).

⁹ O trabalho dos autores tem por base uma pesquisa realizada no Estado do Rio Grande do Sul, firmada através de um convênio entre IICA-PRONAF e a Fundação de Economia de Campinas - FECAMP com o propósito de montar um sistema para o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura Familiar e avaliar os impactos do PRONAF, o estudo foi realizado Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPel.

foram 94% das famílias com INIV igual ou superior a 0,7% (ANJOS et al., 2004). Já para os não-pronafianos, a mesma condição obteve uma porcentagem de 79%, ou seja, pronafianos também tem um melhor nível de vida do que os não-pronafianos (ANJOS et al., 2004).

Além disso, os autores apontam outros resultados relevantes obtidos na pesquisa, em relação a idade, a escolaridade e a renda. Pessoas com mais de 65 anos se encontram em maior percentual na situação de não-pronafianos, do que de pronafianos. Na questão da escolaridade, a média de anos estudados é maior entre os pronafianos e menor entre os não-pronafianos, indicando assim, outros possíveis filtros sociais do programa (ANJOS et al., 2004). Quanto a renda, os resultados da pesquisa apontam que, entre pronafianos e não-pronafianos as diferenças são evidentes, em números a média per capita demonstra uma diferença entre os grupos de R\$ 391,00, ou 30% a mais a favor dos pronafianos (ANJOS et al., 2004). Dados que novamente demonstram a maior capitalização entre aqueles que acessam ao PRONAF.

Na questão das rendas não-agrícolas, a renda total dos agricultores que acessam ao PRONAF vem 68,3% do trabalho agrícola e 4,9% do trabalho não-agrícola, e ainda, 8,6% da renda é referente a aposentadorias e pensões e 13,6% ao autoconsumo (ANJOS et al, 2004). Já a renda dos que não acessam ao PRONAF é apenas 47,4% oriunda do trabalho agrícola e 10,2% vem do trabalho não agrícola, além disso, há uma forte participação de aposentadorias e pensões (17,6%) e do autoconsumo (16,3%) (ANJOS et al, 2004). Evidenciando dessa forma que, existem dificuldades por parte de não-pronafianos em viver somente da produção agrícola em suas propriedades.

Através dos resultados da pesquisa, os autores chegaram a conclusão que, embora a grande maioria dos agricultores que acessam ao PRONAF tem uma dinâmica de produção familiar, “não resta a menor dúvida de que estamos falando de um universo social extremamente diversificado e não menos contraditório em sua composição” e ainda, os resultados da pesquisa evidenciam diferenciações sociais entre os grupos, contradições em termos de público alvo estabelecido pelo programa e do público que é realmente atendido pelo PRONAF (ANJOS et al., 2004, p.543).

Dessa forma, Carneiro, 1999; Anjos et al, 2004; Aquino e Teixeira, 2005; Tonneau et al, 2005, dentre outros, relatam que, embora estejam enquadrados no

programa todos os tipos de agricultores familiares, existe uma forte tendência do mesmo a beneficiar um tipo específico de agricultor familiar. Para Carneiro (1999) o PRONAF construiu um “tipo ideal” de agricultor, não olhando a realidade rural que é formada por uma grande heterogeneidade social e de formas de produção, por isso existe a concentração de recursos e de acesso ao programa em um tipo de agricultor familiar

O que sugere Anjos et al, (2004, p. 545), nesse sentido, é que o PRONAF reafirme o seu discurso teórico na prática, reafirmando o compromisso de agregar os produtores excluídos do “sistema bancário e das estruturas de ascensão social, em lugar da simples proposição de dinheiro a taxas de juros mais acessíveis que as praticadas em outras modalidades de crédito”. Pois, na opinião dos autores, somente assim o PRONAF poderá ser um instrumento na redução das desigualdades, caso contrário continuará alimentando as diferenças sociais e culturais entre os agricultores familiares.

3.4 Fatores de diferenciação

Entendendo o que foi exposto no item acima, através dos estudos e visões dos autores, percebe-se que, realmente existem agricultores que não são contemplados pelos recursos do programa. Sendo assim, é interessante analisar com base na literatura os principais fatores que impedem ou dificultam o acesso a essa política.

Para Aquino e Teixeira (2005), o PRONAF não tem proporcionado transformações reais no padrão de desenvolvimento agrícola, pelo contrário, o programa tem mantido e estimulado o viés produtivista de um modelo convencional também entre os agricultores familiares. Os autores dão a entender que essa política continua a prevalecer na mesma lógica do sistema de crédito agrícola adotado no passado, dessa forma, subentendesse que a “mudança” no modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil, não aconteceu nos moldes dos países europeus, como solicitavam em seus estudos Abramovay (1992) e Veiga (1994; 1997).

A visão dos autores supracitados é válida, porque o programa não demonstra na prática a preocupação com o que é, historicamente, uma das principais características da agricultura familiar, a reprodução através da diversificação da produção (MATTEI et al., 2006; GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005). Na visão de Gazolla e Schneider (2005) essa questão é uma das contradições do programa:

[...] ao mesmo tempo em que se propõe a ser uma política de desenvolvimento rural com ênfase na diversificação das atividades produtivas rurais, em grande medida, o programa é uma política de desenvolvimento agrícola que continua a financiar a incorporação de tecnologias modernas e a incentivar as atividades produtivas e econômicas tradicionais e responsáveis pela fragilização dos agricultores familiares (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005, p.7).

Nesse sentido, Gazolla e Schneider (2005) colocam que, o programa está fazendo “mais do mesmo”, pois, o agricultor é induzido pela política a plantar o que financia e as principais culturas financiadas são as que têm mercado¹⁰ garantido, em detrimento da produção de alimentos para consumo da família e de culturas que diversifiquem a produção. Isso se explica, porque ao pegar os recursos do programa nas instituições bancárias, o agricultor terá que comprovar condições financeiras para fazer o pagamento e antes disso, no projeto técnico realizado pela empresa de assistência técnica, o agricultor terá que decidir qual cultura vai financiar e o que vai constar para fins de enquadramento nas normas do programa (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005). O projeto técnico, por sua vez, irá focalizar aquelas culturas de maior inserção mercantil, para comprovar a capacidade de pagamento por parte do agricultor, e o financiamento será específico a uma cultura, o que gera um processo de especialização do produtor familiar na linha que o PRONAF disponibiliza recursos (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005, p.9).

¹⁰ Configurando o processo de mercantilização, que consiste no processo pelo qual a política pública financia as atividades produtivas que possuem mercado assegurado (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005, p. 4).

Quem contribui na prática para que esse viés do PRONAF se concretize são os órgãos mediadores. Para Toledo e Schneider (2008), os órgãos mediadores se configuram como um importante elo entre os agricultores e as políticas públicas, atuando na transformação da “visão que os agricultores familiares têm de si, de seu meio e de seu entorno” (TOLEDO E SCHNEIDER, 2008, p.14). Os mediadores também têm influência direta sobre a tomada de decisão dos agricultores, já que estes acreditam na “visão ampliada da realidade” dos mesmos, em virtude do “acúmulo de conhecimentos formais” (TOLEDO E SCHNEIDER, 2008, p.14).

Também é importante destacar que essa postura não é recíproca, pois, os mediadores não levam em consideração a realidade dos agricultores e nem reconhecem suas trajetórias de vida, sua cultura e seus valores, beneficiando aqueles agricultores já consolidados e ajudando na concentração e especialização produtiva, deixando uma grande parcela de agricultores em situação de vulnerabilidade econômica e com dificuldades em romper com o cenário em que se encontram (TOLEDO E SCHNEIDER, 2008).

O que leva os autores a questionar o papel dos mediadores é o alcance das políticas públicas, centradas apenas na alocação de crédito rural. Sendo assim, eles sugerem mudanças na visão desses órgãos, que devem construir uma nova postura nas relações com os mediados (TOLEDO E SCHNEIDER, 2008), deixando definitivamente para trás o viés produtivista, difusionista, tradicional e linear que se arrasta desde a década de 70.

Complementando o que Toledo e Schneider (2008) expõem, Abramovay e Veiga (1999, p.43) explicam a importância dos três órgãos mediadores no âmbito local, o STR, a empresa de extensão rural e as agências bancárias (ABRAMOVAY E VEIGA, 1999). Para os autores, a extensão rural, desde o começo, até o “período dos pacotes tecnológicos dos anos 70, teve sempre papel crucial na mediação entre agricultores e bancos”, com o surgimento do PRONAF esse papel passou a ser compartilhado com os sindicatos, já que ambos passaram a emitir os certificados de aptidão ao programa. Mas, a extensão continua sendo fundamental, porque passa pelo escritório do extensionista a elaboração dos projetos que o agricultor leva a agência bancária para conseguir o financiamento (ABRAMOVAY E VEIGA, 1999).

Quanto aos bancos, encaram os agricultores familiares como qualquer outro cliente, estabelecendo relações de interesse, por isso preferem financiar quem der mais garantias de pagamento, como qualquer empresa tem interesses econômicos, onde sempre haverá conflito entre “a tentativa social de ampliar o público atingido pelo programa e o esforço permanente dos bancos em contemplar prioritariamente aqueles que melhor puderem tratar como clientes” (ABRAMOVAY E VEIGA, 1999, p. 44).

Na visão de Bittencourt e Abramovay (2001) há uma grande contradição entre o público que é definido pela política e a clientela de interesse dos bancos, e ainda, a estrutura dos bancos não favorece nem um pouco a relação com o público próximo a linha da pobreza. Pois, as instituições preferem conceder financiamentos para aqueles que apresentam melhores garantias e contrapartidas, já que os bancos são obrigados a se prevenir com as garantias habituais de um empréstimo bancário, o que tende a “excluir de seu círculo de atuação o público que se encontra na base da pirâmide social” (BITTENCOURT E ABRAMOVAY, 2001, p.5).

As precauções tomadas pelas agências bancárias têm por objetivo evitar possíveis riscos nas operações financeiras e conseqüentemente prejuízos financeiros, o que evidencia problemas na forma como o programa é estruturado, não beneficiando agricultores enquadráveis, por exemplo, no grupo B. Portanto, pelo que parece, o PRONAF enquanto política pública que se propõe a atender uma heterogeneidade de situações, mudou pouco em relação as políticas anteriores, apenas elegeu uma “nata” de agricultores familiares que já tinham melhores condições estruturais, econômicas e melhor inserção no mercado para seu verdadeiro público alvo.

A partir desse contexto, vamos encaminhar o próximo capítulo, no qual tentamos fazer algumas dessas observações apontadas pelos autores supracitados na prática, através da pesquisa empírica.

CAPÍTULO IV - SELETIVIDADE DO PRONAF EM CACHOEIRA DO SUL

Neste capítulo serão apresentados os resultados e as discussões da pesquisa realizada no Município de Cachoeira do Sul, para a melhor organização na apresentação, os mesmos serão dispostos em quatro seções dentro do capítulo, sendo que algumas estão divididas em subseções. Na primeira seção, será apresentada uma descrição geral do meio rural do Município, com algumas observações de nossa pesquisa junto as localidades visitadas, e também uma análise geral do PRONAF, a qual foi realizada através da apreciação das DAPs emitidas e do acesso as linhas do programa no ano de 2010.

A partir da segunda seção foram organizados os dados obtidos na pesquisa á campo com os agricultores entrevistados, os quais foram divididos em subseções. Primeiramente, estão divulgados dados referentes as diferenciações socioeconômicas entre pronafianos e não-pronafianos; em seguida, foram descritas as distinções nas unidades de produção dos agricultores familiares.

4.1 Cenários do rural e do PRONAF

O meio rural de Cachoeira do Sul possui cenários distintos, devido aos fatores históricos, agroecológicos, estrutura fundiária, sistemas produtivos, dentre outros. Dessa forma, ao olhar para os seis distritos do rural cachoeirense, podemos constatar uma disparidade muito significativa entre pequenas, médias e grandes propriedades agrícolas e de pecuária.

Tomando por base o distrito do Bosque, localizado na zona norte de Cachoeira do Sul, percebemos muitas pequenas e médias propriedades familiares, onde as principais culturas desenvolvidas são hortifrutigranjeiros, pecuária leiteira, fumo e milho, em meio a algumas lavouras de arroz, soja e em menor número a criação de animais. Particularidades semelhantes são encontradas no distrito de Três Vendas, com ressalvas que neste local também se registra grandes propriedades de arroz e soja.

Características diferenciadas do distrito da Ferreira, por exemplo, onde existem fortes traços e influências do meio urbano, nessa região é mais visível a pluriatividade. O que melhor tipifica o local são áreas de lazer (balneários), propriedades voltadas ao lazer das famílias, uma fábrica de fogões que emprega direta e indiretamente várias pessoas da localidade, um aterro sanitário com uma cooperativa de catadores de material reciclável, carvoarias, madeireiras, o aeroporto da cidade e pequenas propriedades rurais agrícolas.

Os outros três distritos apresentam características bem características do rural. O Capané situa-se ao leste de Cachoeira do Sul, as voltas do Rio Jacuí, onde também existe a Barragem do Capané, nessa localidade encontra-se uma concentração das grandes lavouras de arroz nas extensas áreas de várzea, também existe a produção de soja e trigo, localiza-se nessa região a Pecanita, uma grande empresa que produz e beneficia nozes e algumas cabanhas de bovinos de raça. Portanto é uma região onde predomina as atividades agrícolas empresariais.

O distrito do Barro Vermelho, região oeste do Município, caracteriza-se pelas lavouras de arroz e de soja e pela pecuária bovina extensiva, nessa região há um contraste grande entre pequenas propriedades agropecuárias e grandes fazendas, as pequenas propriedades chegam a 4 ou 5 hectares e as grandes chegam a mais de 1000 hectares, onde os proprietários dessas propriedades também prestam serviço nas fazendas para aumentar a renda e se manter no campo.

Por fim, o distrito de Cordilheira, região sul do Município, onde também existem grandes propriedades rurais com predomínio da criação de gado e de ovelhas de forma extensiva, em menor grau a produção de arroz e a soja, outro fato relevante é a inserção de áreas de reflorestamento da empresa Aracruz (agora Votorantin) nessa região, a localidade possui fortes problemas estruturais, áreas com afloramento rochoso.

A partir desse contexto geral, descreve-se agora com mais nitidez as onze localidades percorridas na pesquisa de campo, descritas na metodologia, localizadas nos Distritos do Bosque e Ferreira. A distribuição espacial-territorial das localidades pesquisadas pode ser visualizada na Figura-6.

Acreditando ser interessante destacar inicialmente algumas questões mais gerais. As quais foram observadas durante o percurso e através do diálogo que

se estabeleceu com os agricultores entrevistados, já que, em alguns casos, as entrevistas nos trouxeram mais respostas e mais perguntas (dúvidas) do que aquilo que estava previsto nas indagações propostas.

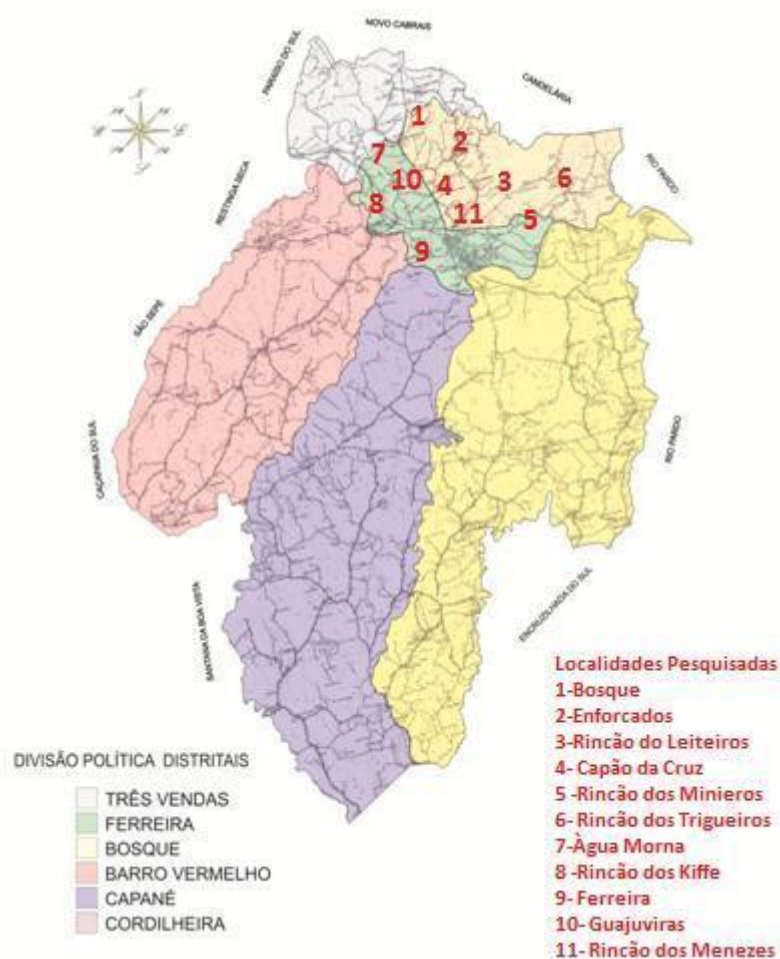


Figura 6 – Mapa das localidades pesquisadas em Cachoeira do Sul

Fonte: Adaptado pela autora do Mapa da Secretária da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento de Cachoeira do Sul, 2012.

Algumas observações que não podem deixar de ser destacadas são aquelas relacionadas as questões de estrutura em que vivem pronafianos e não-pronafianos. Tais como o acesso a serviços básicos: luz elétrica, água, posto de saúde, escola e transporte público. As situações relatadas pelos entrevistados são variadas, no caso da luz elétrica é um serviço que todos os 35 agricultores entrevistados dizem ter acesso.

Já em relação a água para consumo, as condições de acesso são pela rede de abastecimento pública do município, onde existe tratamento, e por poços artesianos ou vertentes de água, onde não existe tratamento. Ocorre em todo o interior do Município, a expansão do abastecimento pela CORSAN, nas localidades onde ainda não existe o serviço, estão sendo realizados projetos para que o mesmo se concretize. Mas, o número de agricultores que utilizam poços artesianos e vertentes de água ainda é maior do que aqueles que utilizam água tratada, tanto entre pronafianos, quanto entre não-pronafianos. Há inclusive o relato de uma agricultora que diz ter feito o poço artesiano na propriedade com recursos do PRONAF.

No caso da saúde, foram encontrados somente dois postos de saúde nas localidades visitadas, realizando procedimentos simples. Sendo que, em uma das localidades (Água Morna), ainda não existe o posto de saúde e as pessoas são atendidas pela auxiliar de enfermagem e pelo médico no salão da igreja da comunidade, em apenas um dia da semana. Na outra localidade, onde existe o posto de saúde (Bosque), o mesmo só abre em uma manhã na semana e os agricultores reclamam que muitas vezes não tem atendimento médico. Muitos produtores relatam procurar os serviços de saúde prestados pelo STR, porque em geral sentem dificuldades em conseguir o atendimento médico pelo SUS, mesmo na cidade, constatando a precariedade do tratamento a saúde dos agricultores no campo e na cidade.

Em relação a escola, no ensino fundamental os entrevistados dizem não haver problemas, não houve nenhum relato de crianças fora da escola, quando a escola fica um pouco afastada, passa o transporte da prefeitura municipal. A maior dificuldade é em relação aos jovens que já concluíram o ensino fundamental, pois, somente tem acesso ao ensino médio na cidade e em alguns lugares o transporte passa distante das suas casas, dificultando ou impossibilitando a continuidade dos estudos.

No caso do transporte público, os problemas são evidentes, pois, os ônibus que vão para a cidade só passam nas estradas principais, na maioria das estradas secundárias, que são muitas e bastante extensas, o transporte público não passa. Sendo assim, para aquela família que não tem meio de transporte próprio, o jeito é caminhar alguns quilômetros. Percebe-se que as estradas principais se encontram em boas condições, já as estradas secundárias, na

maioria das vezes, estão em condições ruins e a situação fica pior quando mais distantes são do perímetro urbano.

Em relação as condições de acesso, as maiores dificuldades estão relacionadas a saúde, a educação para os jovens e ao transporte, principalmente nos lugares mais afastados do perímetro urbano. Como são problemas locais, tanto pronafianos quanto não-pronafianos são atingidos, evidenciado a falta de uma política de desenvolvimento local no Município. Mas, os não-pronafianos são mais prejudicados, ao longo deste capítulo, este fato se tornará claro quando forem analisados outros aspectos que corroboram para um panorama de menor poder econômico, social e produtivo, configurando um cenário de maior carência e vulnerabilidade social do que aquele contexto em que vivem os pronafianos.

Um exemplo que pode ser visualizado nesse sentido está exposto na Figura–7, onde é possível identificar algumas diferenças significativas nesse sentido, quanto a estrutura das moradias dos entrevistados, os pronafianos (foto a esquerda) possuem um casa de boa aparência, com arquitetura nova e um ambiente que possui cuidados em seu paisagismo. Já a casa de um não-pronafiano (foto da direita) é de uma estrutura antiga, sem muitos cuidados e de aparência triste. Outros fatores também apontam diferenças entre os dois grupos serão expostos mais adiante, como a idade, a participação social em cooperativas e associações, dentre outros.

Quanto ao cenário do PRONAF no Município, em anos anteriores os dados de acesso ao programa eram disponibilizados no Portal do MDA, mas atualmente o link de acesso aos dados se encontra em estado de manutenção. Sendo assim, para entender um pouco mais sobre o programa em Cachoeira do Sul, recorreu-se aos dados das DAPs emitidas por Município até a data de 28 de junho de 2010, os quais ainda são disponibilizados no site do MDA/SAF, e depois, para analisar o acesso ao programa, recorreu-se aos órgãos que realizam os projetos para os agricultores, ou seja, os órgãos mediadores do Município.

No site do MDA/SAF (2011), consta a listagem de DAPs emitidas em Cachoeira do Sul nos últimos 5 anos, contabilizaram-se 1634 agricultores familiares detentores do documento, desses 446 se encontravam desativadas¹ e

¹ O documento tem validade por 5 anos, após esse período se não for renovado é cancelado.

1188 estavam ativas. Sendo este último, o número de agricultores familiares aptos a acessarem as linhas de crédito do PRONAF no Município.



Figura 7 – A moradia de um pronafiano (E) e de um não-pronafiano (D)
Fonte: Pesquisa de campo, Cachoeira do Sul/ 2011

Dos 1188 agricultores, o enquadramento V², chamado também de variável ou de agricultores familiares, é o que predomina com 673 agricultores e dos antigos grupos a predominância dos agricultores aptos ao PRONAF concentra-se naqueles mais capitalizados, onde o grupo D possui 502 agricultores. Já os grupos menos capitalizados A e B, juntos correspondem a 83 agricultores familiares aptos ao programa no Município até a data pesquisada, como pode ser observado na Tabela - 1³.

Depois dessa análise geral, foi levantado no Município o número efetivo de acesso ao programa no ano de 2010, informações fornecidas pelos órgãos mediadores STR, AF, EMATER, os quais emitem as DAPs e realizam os projetos⁴

² Grupo adotado a partir de 2008 com as novas regras de enquadramento ditadas pelo MDA corresponde às antigas categorias C, D e E, o agrupamento ocorre gradativamente, na medida em que as DAPs vão vencendo e são renovadas por seus titulares, nesse momento os agricultores dos grupos C, D e E passam a incorporar o grande grupo V. Aqueles agricultores que ainda estão classificados como C, D e E, continuarão assim até realizarem renovações em suas DAPs e por isso, foi possível fazer essas diferenciações.

³ Na Tabela -1 o número total de agricultores é de 1764 difere do número 1188 que é o número total de DAPs, isso ocorre porque em muitos casos o documento é emitido no nome do casal e o sistema conta duas vezes, portanto, foram 576 documentos contabilizados a mais porque havia documentos emitidos com o nome do casal.

⁴ Para ter acesso ao crédito do programa, além da DAP, é necessária a elaboração de um projeto, no qual devem ser expostos dados referentes ao sistema de produção da propriedade que demonstrem a renda obtida na mesma, posteriormente este projeto deve ser levado a uma agência bancária do Município que trabalhe com recursos do PRONAF.

que são encaminhados as agências bancárias pelos agricultores. Foram 315 agricultores que acessaram aos recursos do programa em 2010, sendo 157 para a linha de custeio, 133 para a linha de investimento, 21 para a linha Mais Alimentos e 4 para a linha de investimento do PRONAF A. Desse total, 229 projetos foram elaborados pelo STR, 63 pela EMATER e 23 pela AF, só foram contabilizados neste estudos os projetos aceitos pelas agências bancárias.

Tabela 1- Enquadramento dos agricultores familiares de Cachoeira do Sul/2011

Enquadramento	Nº	%
A	21	1%
B	62	4%
C	303	17%
D	502	28%
E	203	12%
V	673	38%
Total	1764	100%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo site do MDA para o Município de Cachoeira do Sul (2011).

Os órgãos mediadores do PRONAF no Município dizem que, a partir das reformulações do programa em 2008, somente é possível diferenciar os agricultores por renda no momento em que são formulados os projetos e os enquadramentos só são realizados para os grupos A e B, os demais são enquadrados como grupo V.

Essas informações comprovam na prática aquilo que Aquino e Schneider (2010) relatam, as novas regras de enquadramento dificultaram o entendimento de “quem é quem” no acesso ao crédito do PRONAF, ocultando o viés concentrador do programa (AQUINO E SCHNEIDER, 2010).

De acordo com os órgãos mediadores, dos agricultores que acessaram recursos do programa em 2010, 69,4% deles tinham renda bruta anual comprovada no talão de produtor rural, superior a R\$ 20.001,00 e somente 8,8% dos agricultores tinham uma renda bruta anual abaixo ou igual a R\$ 10.000,00. Dados que podem ser melhor observados na Tabela-2.

Tabela 2 - Diferenciação da renda dos agricultores que acessaram recursos do PRONAF no ano de 2010 em Cachoeira do Sul

Renda	N°	%
≤ R\$ 10.000,00	28	8,8%
R\$ 10.001,00 - R\$ 20.000,00	68	21,5%
R\$ 20.001,00 - R\$ 50.000,00	103	32,6%
> 50.001,00	116	36,8%
Total	315	100%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo STR, EMATER e AF de Cachoeira do (2011).

Quanto as entrevistas realizadas, dos 35 agricultores familiares entrevistados, 18 ou 51,4% dos agricultores familiares relataram já ter acessado o PRONAF pelos menos uma vez e 17 ou 48,5% dizem nunca ter acessado uma linha de crédito do programa. Em relação aos pronafianos, dos 18 pronafianos entrevistados, 50% possuem enquadramento D e apenas 6% são enquadrados como A, o que pode ser observado na Tabela-3, as informações de enquadramento foram retiradas do site do MDA/SAF.

Tabela 3 – Condição e enquadramento dos agricultores familiares de Cachoeira do Sul/2011

Condição e enquadramento dos entrevistados	N°	%
Pronafianos	18	51,4%
Grupo A	1	6%
Grupo C	2	11%
Grupo D	9	50%
Grupo E	2	11%
Grupo V	4	22%
Não - pronafianos	17	48,5%
Total	35	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Os dados apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3 vêm reafirmar o que já apontavam outros estudos, como o de Toledo e Schneider (2008), Mattei (2005) e Anjos et. al (2004), onde os autores comprovaram a níveis de país e estado a seletividade do acesso ao PRONAF, em benefício aqueles agricultores mais

capitalizados. Parte-se agora para o entendimento daqueles que acessam e não acessam as linhas de financiamento do programa.

4.2 Diferenciações entre pronafianos e não-pronafianos

Após a análise dos dados gerais, nessa seção, serão expostos os dados coletados nas entrevistas com os agricultores familiares pronafianos e não-pronafianos. Algumas das observações foram feitas no momento das entrevistas e do caminho percorrido, com objetivo de descrever e discutir as diferenças socioeconômicas e referentes a unidade de produção. Para isso, foram levantadas questões junto aos entrevistados, com relação a renda, a idade, a escolaridade e as relações sociais dos mesmos.

Já em relação as questões da unidade de produção, foram levantados alguns pontos, não somente sobre o sistema de produção em si, mas, também referentes ao tamanho das propriedades, as tecnologias empregadas na produção, o tipo de mão-de-obra utilizada, a existência ou não de assistência técnica e as formas de comercialização.

4. 2. 1 Socioeconômicas

Para analisar as diferenças socioeconômicas entre pronafianos e não-pronafianos, tomou-se por base, primeiramente, as questões relacionadas a renda. Em relação a renda bruta total das famílias, na condição de pronafianos, 38,8% dos entrevistados dizem ganhar até três salários mínimos, é importante salientar que grande parte desses são produtores de fumo e passam por uma situação de crise financeira com a cultura. Ainda em relação a renda dos pronafianos, a maior parte dos entrevistados relata ganhar por um mês uma renda bruta superior a cinco salários mínimos, o que evidencia uma posição econômica confortável desses produtores.

Na condição de não-pronafianos, a renda é mais baixa se comparada a dos pronafianos, 23,5% dos agricultores familiares que não acessam ao PRONAF dizem ganhar até um salário mínimo e 52,4% relatam ganhar de um até três salários. Uma observação importante é que esses agricultores na maioria das vezes compõem a renda com outras fontes, não somente a produção dentro da propriedade, demais porcentagens sobre a renda podem ser observadas na Tabela-4.

Tabela 4 – Renda total de pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/ 2011

Condição dos entrevistados / Renda mensal	Pronafianos	%	Não-pronafianos	%
≤1 salário mínimo	-	-	4	23,5%
1 ≤ 3 salários	7	38,8%	9	52,4%
3 ≤ 5 salários	3	16,6%	3	17,6%
5 ≤ 7 salários	4	22,2%	-	-
>7	4	22,2%	1	5,8%
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Ainda quanto a renda dos entrevistados, é interessante observar de onde vem a mesma, se é exclusiva das atividades agrícolas dentro da propriedade, se tem contribuição significativa de outras fontes e qual a contribuição das transferências governamentais. Uma observação importante é que os números apresentados na Tabela-5 não serão iguais ao número total de entrevistados, porque muitas vezes quem tem um aposentado na família, também tem acesso a bolsa-família, ou ainda, pode prestar serviço fora da propriedade ou complementar a renda com outras atividades exercidas dentro da propriedade. Por esse motivo os números serão divergentes, já que foram somadas as diferentes fontes de renda, considerando toda a renda da família.

Pode-se dizer que, 20% da renda dos pronafianos vêm somente da atividade agrícola. Mas, também existe um número bastante significativo da contribuição da renda vinda de transferências do governo, seja através das aposentadorias ou do bolsa-família, 60% dos pronafianos fazem uso desses

recursos. As atividades agrícolas exercidas fora da propriedade e as atividades não-agrícolas aparecem em menor número para os pronafianos.

Na condição de não-pronafianos, não foram encontrados agricultores vivendo somente da atividade agrícola dentro da sua propriedade, sempre existe uma complementação da renda. Essa complementação, em 26,9% dos casos vem de atividades agrícolas realizadas fora da propriedade, em 11,5% dos casos vem da realização de atividades não-agrícolas e em 61,3% dos casos ocorre porque existe a contribuição de aposentadorias ou do programa bolsa-família.

As atividades agrícolas exercidas fora da propriedade citadas pelos entrevistados foram: troca de serviço, colheita para terceiros e auxiliar de fazendas. Já as atividades não-agrícolas realizadas dentro das propriedades foram: artesanato, freteiro, cortador de mato e quitandeira. As transferências do governo ressaltadas se referem às aposentadorias rurais e o bolsa-família.

Tabela 5 – Fontes de renda dos pronafianos e dos não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011

Condição dos entrevistados/ Fontes de renda	Pronafianos	%	Não-pronafianos	%
Somente da atividade agrícola exercida na propriedade	5	20%	-	-
Atividade agrícola exercida na propriedade e fora da mesma	2	8%	7	26,9%
Atividade agrícola exercida na propriedade e atividades não –agrícolas	3	12%	3	11,5%
Atividade agrícola exercida na propriedade e transferências do governo	15	60%	16	61,3%
Total	25	100%	26	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Portanto, as transferências governamentais têm ajudado a manter o homem no campo, principalmente os não-pronafianos, pois, estes possuem relativamente uma renda inferior aos pronafianos. Outra questão pertinente é o baixo número de atividades não agrícolas exercidas, tanto por pronafianos quanto por não-pronafianos, mas, principalmente por estes últimos que poderiam complementar a renda da família com essas atividades.

Analisando os resultados obtidos, fica evidente a dificuldade de muitos agricultores na condição de não-pronafianos viverem somente da renda agrícola dentro da propriedade, fato que se apresenta como um grave problema no rural, já que os agricultores familiares só conseguem manter-se no campo porque possuem a ajuda de benefícios governamentais e em menor número recorrem a outras fontes de renda não-agrícolas para manter a família.

Resultados e observações semelhantes foram apontados por Anjos et. al (2004), onde os autores questionam: a que se deve o fato de não-pronafianos terem a mais alta proporção de fontes não-agrícolas em seus rendimentos? Como respostas, acreditam que esses produtores talvez se encontrem diante de fatores que os impeçam de incrementar sua produção agrícola, frente a escassez de terra, mão-de-obra (ANJOS et al., 2004) e outros fatores que também são mecanismos que os impedem de acessar o PRONAF, como aqueles apontados por Hillig (2008), a burocracia do próprio sistema operacional do programa. De uma forma geral, a falta de estrutura e de capacitação é uma questão que precisa ser discutida.

Para Buainain et al. (2003), as rendas não-agrícolas são para os agricultores, principalmente para aqueles que não tem acesso ao progresso técnico, à terra suficiente e ao crédito, uma chance de sobrevivência. Pois, segundo os autores, estudos realizados pelo FAO/INCRA em projeto de Cooperação Técnica indicam que aqueles agricultores que possuem todo o apoio necessário, desde a produção até a comercialização, têm uma tendência a diminuir as rendas obtidas fora da propriedade familiar, “porque o custo de oportunidade do trabalho é muito baixo também em atividades não-agrícolas” (BUAINAIN et al., 2003, p.317).

Outra percepção importante é em relação a idade, a qual é mais concentrada entre os pronafianos. Esse público é formado principalmente por uma população de média idade, já que 88,8% dos pronafianos possuem entre 45 á 60 anos. Essa mesma faixa etária entre os agricultores familiares não-pronafianos é de 35,2%, a maior parte dos não-pronafianos está na faixa de até 45 anos, como pode ser visualizado na Tabela-6.

Um fato que merece destaque é que, dos entrevistados, somente 7 tinham idade de até 45 anos, o que significa, na visão de Buainain et al. (2003), a existência de um processo de esvaziamento do rural, porque os jovens estão indo

para os centros urbanos em busca de estudo e melhores oportunidades de trabalho.

Tabela 6 – Idade dos pronafianos e não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011

Condição do entrevistado/Idade	Pronafianos	%	Não - pronafianos	%
18 - 30 anos	-	-	1	5,8%
30 - 45 anos	1	5,5%	5	29,5%
45 - 60 anos	16	88,8%	6	35,2%
Mais de 60 anos	1	5,5%	5	29,5%
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Em relação a escolaridade, é baixa tanto entre pronafianos quanto entre não-pronafianos, nos dois públicos o nível de anos de estudos está concentrado no ensino fundamental incompleto. Essa condição corresponde a 94,4% dos pronafianos e a 70,5% dos não-pronafianos. Já o ensino fundamental completo tem maior percentagem entre os não-pronafianos (23,5%), provavelmente porque este público também apresenta um percentual maior de jovens, demais dados estão dispostos na Tabela-7.

A baixa escolaridade, assim como a predominância de pessoas com idade avançada no interior do Município, são fatores que preocupantes, tanto entre pronafianos, quanto entre não pronafianos. Fatos que justificam o que Buainain et al. (2003) chama de um processo de esvaziamento no rural.

Tabela 7 – Escolaridade dos pronafianos e não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011

Condição do entrevistado/Escolaridade	Pronafianos	%	Não - Pronafianos	%
Analfabeto	-	-	-	-
1 á 4 série	8	44,4%	4	23,5%
4 á 8 série	9	50%	8	47%
Ensino Fundamental Completo	1	5,5%	4	23,5%
Ensino Médio Incompleto	-	-	1	5,8%
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

As diferenciações socioeconômicas entre pronafianos e não-pronafianos são bem nítidas, como pode ser visualizado na Tabela-8. Na condição de pronafianos, todos os entrevistados relatam ter alguma participação social, principalmente com o STR e com a EMATER, o que é necessário até mesmo para fazerem a DAP e o projeto para acessar ao crédito do programa, e ainda, foram citadas relações com a AF, associações comunitárias e cooperativas.

Na condição de não-pronafianos, a participação social que mais aparece também é com o STR, mas, também é importante ressaltar que 29,4% dos entrevistados não-pronafianos relatam não ter participação em órgãos como: EMATER, Cooperativas e Associações Comunitárias.

Tabela 8 – Participações sociais de pronafianos e de não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011

Participações sociais	Pronafianos	%	Não-pronafianos	%
Agricultores com participações sociais	18	100%	12	70,5%
Agricultores sem participação social	-	-	5	29,4%
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Através dos dados apresentados, compreende-se que os pronafianos possuem maior inserção, participação, envolvimento nas atividades realizadas na comunidade, essas relações podem gerar mudanças na vida dos produtores. Já os não-pronafianos praticamente só se relacionam com o STR, o que significa muito pouco em termos de relações sociais, participação, trocas de experiências e vivências. O que há de comum entre os dois grupos é a relação com o STR, devido a importância da instituição nas aposentadorias rurais e na assistência médica.

Outras questões sociais que puderam ser observadas durante as visitas, foram em relação as condições de infra-estrutura onde vivem pronafianos e não-pronafianos e o grau de conforto dos mesmos. Na condição de pronafianos, na maioria das vezes as casas são de alvenaria com boa estrutura, em bom estado de conservação e manutenção. Nas casas em que foi visualizado o interior, era visível um maior grau de conforto do que aquele visualizado nos domicílios dos

não-pronafianos, com equipamentos mais modernos, como televisores, geladeira e aparelhos de som. Outro fator que aparece muito mais entre os pronafianos são os meios de transporte próprio como carro, caminhão, camionete e motocicletas.

Na condição de não-pronafianos, em geral, se observa casas de madeira ou de alvenaria, com estados de manutenção mais precários, sem pintura, por vezes sem reboco, em geral ambientes menores e menos conforto. Também um grau de confronto menor, embora tenha eletrodomésticos e eletrônicos como: televisão, geladeira e rádio, os menos são mais antigos. Quanto ao meio de transporte próprio, são poucos os não-pronafianos que observamos terem carro, por exemplo.

4.2.2 Nas unidades de produção

As questões relacionadas a unidade de produção são relevantes de serem analisadas entre pronafianos e não-pronafianos. Pois, são fatores que influenciam na condição econômica dos produtores. Entende-se, através da pesquisa, que os pronafianos possuem propriedades maiores. Já os não-pronafianos, estão dispendo de territórios menores para produzir, 41,1% destes diz ocupar uma área de até 5 hectares. Esses dados podem ser analisados com maiores detalhes na Tabela-9.

Tabela 9 – Tamanho da área ocupada por pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011

Área (Ha)	Pronafianos	%	Não -pronafianos	%
0 ≤ 5	5	27,7%	7	41,1%
5 ≤ 10	1	5,5%	5	29,4%
10 ≤ 20	3	16,6%	2	11,7%
20 ≤ 30	5	27,7%	2	11,7%
30 ≤ 50	3	16,6%	1	5,8%
> 50	1	5,5%	-	-
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Para Buainain et. al (2003, p.333) os agricultores produzem de acordo com os recursos e as formas de produção com as quais dispõem, muitas vezes enfrentam várias dificuldades, dentre elas, o tamanho da propriedade em que produzem, a degradação dos solos, que pode ser provocada pelo pouco tempo de descanso da terra e pela adoção de práticas não sustentáveis, e a baixa produtividade que é uma decorrência dos fatores citados.

Quanto a condição da propriedade da terra, a área própria teve um percentual maior, tanto entre pronafianos (50%), quanto entre não-pronafianos (58,8%). Mas, o uso da terra própria, junto ao contrato de arrendamento também merece destaque entre os pronafianos, são 33,3% dos entrevistados que relatam utilizar esse meio para aumentar a área produtiva, e ainda, outros dados relevantes estão expostos na Tabela-10.

Tabela 10 – Condição da terra de pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011

Condição da terra	Pronafianos	%	Não pronafianos	%
Própria	9	50%	10	58,8%
Comodato	1	5,5%	2	11,7%
Arrendada	-	-	1	5,8%
Própria + arrendada	6	33,3%	3	17,6%
Própria + comodato	1	5,5%	-	-
Própria + parceria	-	-	1	5,8%
Própria + comodato + arrendada	1	5,50%	-	-
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Através dos dados apresentados na Tabela-11 é possível dizer que, entre os pronafianos, o fumo juntamente com o milho e os cultivos de subsistência⁵ é o sistema de produção que predomina (44,4%), seguido da produção de hortifrutigranjeiros (27,6%), que em alguns casos está aliada a soja, arroz ou leite e do leite mais cultivos de subsistência, da soja, de cavalo crioulo ou de suínos (27,6%).

⁵ Entende-se por cultivos de subsistência a produção de mandioca, abóbora, batata doce, feijão, cultivares produzidos na horta, além de, galinhas, porcos, dentre outros.

Entre os não-pronafianos, predomina a produção fumo juntamente com o milho e cultivos de subsistência (23,5%), seguido da produção de leite mais subsistência (23,5%), depois da produção de hortifrutigranjeiros mais subsistência (17,6%) e do gado de corte mais subsistência (17,6%), hortigranjeiros mais subsistência e leite (11,7%) e ainda, leite suínos e subsistência (5,8%).

Tabela 11 – Sistemas de produção adotados por pronafianos e não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011

Sistemas de produção	Pronafianos	%	Não- pronafianos	%
Fumo + milho + subsistência	8	44,4%	4	23,5%
Hortigranjeiros + soja	2	11,1%	-	-
Hortigranjeiros + soja + arroz	1	5,5%	-	-
Hortigranjeiros + subsistência	1	5,5%	3	17,6%
Hortigranjeiros + subsistência + leite	1	5,5%	2	11,7%
Leite + soja	1	5,5%	-	-
Leite + cavalo crioulo	1	5,5%	-	-
Leite + suínos + subsistência	-	-	1	5,8%
Leite + subsistência	3	16,6%	4	23,5%
Gado de corte + subsistência	-	-	3	17,6%
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo, Cachoeira do Sul/2011.

Outra questão importante para ser destacada, ainda sobre a Tabela-11, é o fato de que somente 4 dos 18 pronafianos diversificam a produção com produtos para a subsistência, os outros 14 entrevistados dizem produzir duas ou mais fontes de renda na propriedade. Entre os não-pronafianos, dos 17 entrevistados, 10 diversificam com produtos para a subsistência e os outros 7 diversificam com a produção de mais de uma fonte de renda.

Nesse sentido, Buainain et al, (2004) relata que o agricultor familiar consolidado trabalha com sistemas complexos e se relaciona com os mercados de insumos e as agroindústrias. Já os agricultores familiares mais pobres trabalham com um sistema produtivo mais simples e o que garante a vida no campo destes é a produção para o autoconsumo, pois às vezes a renda monetária agrícola chega a ser negativa (BUAINAIN et al., 2004).

No mesmo sentido de Buainain et al, (2004), uma questão que pode ser ressaltada aqui, é o fato do amplo crédito destinado aos produtores de fumo, que na verdade fazem o projeto de financiamento para o milho, mais, obviamente parte do recurso financiado vai ser investido da produção de fumo, até porque esse sistema produtivo exige mais investimento. O que evidencia dinheiro público financiando um produto que não é alimento, que está fortemente ligado ao mercado de insumos, produtos químicos e as grandes agroindústrias fumageiras. Certamente este um viés do programa que precisa ser reavaliado.

A relação dos entrevistados com o mercado também ocorre de várias formas, como pode ser observada na Tabela-12, vai desde a comercialização com dois ou três estabelecimentos, até a venda particular com a utilização de carroças ou a venda para pequenos atravessadores, quando os produtores se encontram longe do centro urbano e não possuem veículo.

Os resultados obtidos apontam que 27,7% dos pronafianos comercializam somente com as empresas fumageiras, esse percentual cai para 5,8% no caso dos não-pronafianos, já a comercialização do fumo com a empresa fumageira mais um atravessador é de 16,6% na condição de pronafianos e de 17,5% no caso dos não-pronafianos. O que é vendido ao atravessador são os produtos: milho, feijão, abóbora, mandioca, dentre outros que não são consumidos na propriedade

A comercialização com redes de supermercados do Município ocorre principalmente com os produtores de hortifrutigranjeiros e com dois produtores de leite que possuem mini-usinas⁶. Na Figura-8 podem ser observadas as condições do agricultor familiar que comercializa com os grandes supermercados, são 22,2% pronafianos que comercializam somente com grandes mercados e apenas 5,8% no caso dos não-pronafianos.

A venda para as redes de supermercados, aliado a uma empresa beneficiadora de biodiesel ocorre com 11% dos pronafianos, sendo que em um caso existe ainda a comercialização com uma Cooperativa. Esses produtores, além dos hortifrutigranjeiros produzem soja e um deles também produz arroz. Uma questão que ficou clara nos relatos foi o aumento da área produzida com

⁶ Eles realizam todo o processamento do produto e entregam o leite ensacado aos supermercados

soja, o arrendamento de área para a produção e o desejo de especialização nesse cultivo.



Figura 8 – Produção dos pronafianos comercializada com os supermercados a) alface hidropônica; b) leite; c) alface; d) repolho

Fonte: Pesquisa de campo, Cachoeira do Sul/ 2011.

Foram diferenciadas as relações com as redes de supermercados e mercados, porque aqueles agricultores que comercializam com os supermercados sabem a quantidade que tem que produzir, tem os dias certos para entregar os produtos, ou seja, tem várias normas estabelecidas mediante contrato.

Enquanto aqueles que entregam a produção em mercados (estabelecimentos menores) não trabalham com contrato, tem uma produção menor e não possuem regras estabelecidas. Estes comercializam conforme for sua produção e principalmente, conforme for a necessidade do estabelecimento comercial, que vai varia mais do que no caso dos estabelecimentos maiores. Utilizando esse tipo de comercialização são 5,5% pronafianos e 17,5% dos não-

pronafianos, as estrutura desses agricultores pode ser observada a seguir na Figura-9.



Figura 9 – Hortigranjeiros produzidos por não-pronafianos comercializados com pequenos mercados e de forma particular, a) repolho e beterraba; b) couve
Fonte: Pesquisa de campo, Cachoeira do Sul/ 2011.

Existem também produtores de leite que vendem para mini-usinas de leite, são 11,1% pronafianos que utilizam somente essa forma de mercado, e ainda, 5,8% dos pronafianos comercializam com a mini-usina de leite e com uma empresa beneficiadora de biodiesel. Este produtor relata que pretende deixar de trabalhar com o leite para se especializar na produção de soja. Na condição de pronafianos a comercialização com mini-usinas é realizada por 11,7% dos produtores entrevistados.

E ainda, existe a comercialização particular que é aquela realizada de porta em porta, ocorre com o leite, com as verduras, com o excedente de produtos de subsistência como frutas, ovos, aipim, batata, feijão, abóbora, carne bovina e suína, dentre outros. Alguns desses alimentos podem ser visualizados na Figura-10. Além disso, alguns produtores levam produtos coloniais elaborados pelas esposas e comercializam em pequenos estabelecimentos comerciais, como queijos, lingüiça, pães, cucas, etc. Alguns desses agricultores relataram que vendiam na feira da cidade, mas que com a baixa freguesia optaram por ir até os compradores, são 41,7% não-pronafianos que comercializam nessas condições, tipo de comercialização que não existe entre os pronafianos.



Figura 10 – Produção dos não-pronafianos comercializada de forma particular, a) gado de corte; b) repolho, beterraba e alface; c) mandioca; d) porco
Fonte: Pesquisa de campo, Cachoeira do Sul/ 2011.

Quando foram perguntados sobre as dificuldades enfrentadas na comercialização da produção, a resposta que mais se obteve foi relacionada aos preços e a dificuldade de vender a produção na cidade por falta de transporte, assim, alguns acabam vendendo a atravessadores que muitas vezes é um vizinho que apenas possui um veículo, mas, faz toda a diferença na hora da comercialização dos produtos.

Já aqueles que levam sua produção até a cidade de carro ou carroça reclamam da instabilidade, já que vendem de porta em porta, então mesmo declarando terem os “freguês certo” (Entrevista, nº 24) nem sempre tem a garantia da venda do produto e ainda, nesse tipo de venda os entrevistados dizem ter dificuldades quanto a fiscalização, principalmente no caso do leite e da carne.

Para Toledo e Schneider (2010), a restrição no acesso ao mercado por parte de muitos agricultores familiares é uma das fragilidades das atuais políticas

públicas para o segmento. Na visão de Buainain et al., (2003, p. 334) os produtores muitas vezes tem acesso precário a mercados locais pouco estruturados e ainda, estão na atividade agrícola com “margens líquidas reduzidas”, “espremidos entre os fornecedores de insumos, mercados incompletos e com poucas opções para vender sua produção. Esses sistemas são sensíveis às quedas dos preços e flutuações dos mercados agrícolas”.

Tabela 12 - Comercialização da produção de pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011

Comercialização da produção	Pronafianos	%	Não-pronafianos	%
Empresa fumageira	5	27,7%	1	5,8%
Empresa fumageira + atravessador	3	16,6%	3	17,5%
Rede de supermercados	4	22,2%	1	5,8%
Rede de supermercado + Cooperativa + Empresa beneficiadora de Biodiesel	1	5,5%	-	-
Rede de supermercado + Empresa beneficiadora de Biodiesel	1	5,5%	-	-
Mercados	1	5,5%	3	17,5%
Mini-usina de leite	2	11,1%	2	11,7%
Mini-usina de leite + Empresa beneficiadora de Biodiesel	1	5,5%	-	-
Particular	-	-	7	41,7%
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Quanto as tecnologias empregadas nas propriedades, grosso modo, foram separadas em duas condições: modernas e tradicionais. É claro que, em muitos casos quem usa um trator também faz uso de uma enxada, mas para que fosse possível fazer uma análise, foram consideradas as tecnologias mais utilizadas na propriedade. Dessa forma, entende-se através das falas dos agricultores que, 11 pronafianos fazem uso de tecnologias modernas. As mais citadas foram estufas trator, ordenhadeira e plantadeira.

Entre os não-pronafianos, o uso de tecnologias modernas, como pode ser observados alguns exemplos na Figura-11, é realizado por 7 agricultores, em 28,7% dos casos são utilizadas estufas e canteiradeira, um implemento para fazer canteiros. Isso se justifica porque esses produtores trabalham mais com frutas e

leguminosas do que com verduras, essas últimas exigem a cobertura, enquanto que as primeiras são cultivadas em canteiros ao ar livre. Resultados expostos na Tabela-13.



Figura 11 – Tecnologias modernas utilizadas por pronafianos, a)trator; b)sistema de alface hidropônica
Fonte: Pesquisa de campo, Cachoeira do Sul/ 2011.

Em relação as tecnologias tradicionais, o uso é maior entre os não-pronafianos chegando a 58,8%, pode-se observar o uso de arado puxado a cavalo na Figura-12, Já entre os pronafianos o percentual é de 38,8%. Uma das justificativas para o uso das tecnologias tradicionais é o sistema de produção e a pequena produção, a grande maioria daqueles que produzem fumo e milho utilizam o arado de boi e o saraquá (máquina manual de plantar milho), já que essas culturas em pequenas propriedades não exigem tecnologias avançadas, talvez seja por isso, que somente dois produtores de fumo possuem trator, exatamente aqueles que declararam plantar uma área maior.

O que chama a atenção, é que 5 não-pronafianos relatam utilizar somente a pá e a enxada: um trabalha com hortifrutigranjeiros juntamente com o leite; fazendo a ordenha de forma manual e utilizando canteiros sem cobertura; o segundo trabalha com o leite e faz a ordenha manual; o terceiro é produtor de fumo; o quarto é um pecuarista e o último produz porcos. É interessante dizer que, a não ser o fumicultor, os outros quatro são produtores que vendem sua produção na cidade, de casa em casa, com a utilização de carro ou carroça. Três dos cinco tem uma renda inferior a um salário mínimo e os outros dois casos em

que a renda supera um salário, em um deles existe a contribuição de aposentadoria e no outro a complementação de renda com o trabalho fora da propriedade.



Figura 12– Tecnologias tradicionais utilizadas por não-pronafianos, a) arado puxado a cavalo; b) arado tradicional. Fonte: Pesquisa de campo, Cachoeira do Sul/ 2011

O uso de tecnologias está ligado ao sistema de produção adotado, ao tamanho da área produtiva e também ao poder aquisitivo do produtor, dessa forma, muitos dos não-pronafianos fazem uso de tecnologias tradicionais. Já que a preocupação dos mesmos não é investir em tecnologias modernas para a produção, antes disso, precisam de uma série de outras coisas.

Para Buainain et al. (2004), a maior preocupação do pequeno produtor rural, no caso aqui relatado como não-pronafianos, é com a sobrevivência da família, por isso trabalham intensamente com os poucos recursos dos quais dispõem, em busca da redução dos riscos e da segurança alimentar da família. Fatos que justificam a racionalidade adotada por este tipo de produtor.

Tabela 13 – Tecnologia mais utilizadas por pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011

Tecnologias mais utilizadas	Pronafianos	%	Não-pronafianos	%
Tecnologias modernas	11	61,1%	7	41,1%
Tecnologias tradicionais	7	38,8%	10	58,8%
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo.

Quanto a mão-de-obra utilizada nas propriedades, dados dispostos na Tabela-14, na condição de pronafianos, 61,1% utilizam mão-de-obra exclusivamente familiar e 33,3% dos entrevistados dizem fazer uso do contrato temporário. Na condição de não-pronafianos, 70,5% declaram fazer uso de mão-de-obra exclusivamente familiar e 17,6% dos entrevistados também relatam fazer uso de trocas de serviço. Dessa forma, nos dois tipos de produtores há uma predominância de mão-de-obra exclusivamente familiar.

Tabela 14 – Mão-de-obra nas propriedades de pronafianos e não-pronafianos em Cachoeira do Sul/2011

Mão-de-obra empregada	Pronafianos	%	Não- pronafianos	%
Somente Familiar	11	61,1%	12	70,5%
Contrato temporário	6	33,3%	2	11,7%
Troca serviço	1	5,5%	3	17,6%
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Em relação a assistência técnica, 72,2% dos pronafianos recebem algum tipo de assistência técnica, seja da EMATER, das fumageiras, da prefeitura ou particular. Como podemos observar através da Tabela – 15. No caso dos não-pronafianos, o percentual de quem recebe assistência cai para 27,7% e dos três agricultores que dizem receber assistência técnica, dois declaram que a assistência é somente da empresa fumageira e ainda, um agricultor relata ter assistência da empresa fumageira e da EMATER.

Esses dados comprovam aquilo que Abramovay e Veiga (1999) já discutiam, demonstrando a importância da extensão rural, no caso da EMATER, para o acesso as políticas públicas. Nesse sentido, Toledo e Schneider (2008) complementam a visão dos autores ao colocarem que, os órgãos mediadores como a EMATER sempre vão beneficiar aqueles agricultores com maior nível de capitalização. De acordo com Gazolla (2005), isso ocorre porque os mais capitalizados são vistos como aqueles que têm maior capacidade de dar respostas produtivas, são produtores que se encaixam melhor nas regras do PRONAF. Os extensionistas sabem que os projetos destes produtores serão

aceitos, justamente por terem melhores condições de pagar o financiamento realizado junto as agências bancárias

Tabela 15 – Assistência técnica dos pronafianos e dos não-pronafianos de Cachoeira do Sul/2011

Assistência técnica	Pronafianos	%	Não pronafianos	%
Sim	13	72,2%	3	17,60%
Não	5	27,7%	14	82,30%
Total	18	100%	17	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

De uma forma geral, o que foi exposto neste capítulo comprova além da seletividade do PRONAF, as grandes diferenças em termos sociais, econômicos, produtivos, estruturais e de relação com o mercado, existentes entre pronafianos e não-pronafianos. Reafirmando o que os estudos expostos ao longo dos capítulos dois e três apontavam. Indo além, pode-se dizer que, é evidente a existência de um grande público no rural que precisa de mais atenção das políticas públicas de desenvolvimento rural, pensando de forma conectada as questões sociais e produtivas.

CAPÍTULO V - VISÕES SOBRE O ACESSO E O NÃO ACESSO AO PRONAF EM CACHOEIRA DO SUL

Além das diferenças já demonstradas no capítulo anterior, sentia-se a necessidade de apresentar as falas dos agricultores, porque as falas deixam mais claro os motivos pelos quais alguns agricultores tornaram-se pronafianos e outros não. Portanto, buscou-se no diálogo com os produtores o entendimento do que pensam sobre o programa.

Além disso, é interessante destacar a visão dos órgãos mediadores do Município sobre a seletividade dessa política, já que esses órgãos são de fundamental importância no acesso ao programa. Passa por eles a emissão do documento de aptidão ao PRONAF, os projetos técnicos e a liberação dos recursos financeiros, ou seja, realizam todo o processo. Dessa forma, a seção está estruturada em três itens, o primeiro dedicado as falas dos pronafianos, o segundo relata as falas dos não-pronafianos e o terceiro a visão dos mediadores.

5.1 Pronafianos

O entendimento do acesso ao programa através da fala dos entrevistados, trás a este trabalho uma exposição da realidade vivenciada pelos agricultores. Buscou-se essa compreensão através de algumas perguntas, como: Por que acessar ao PRONAF? Quais as linhas acessam? Qual o destino dos recursos? Tiveram dificuldades para acessar o programa? Como ficaram sabendo da existência do PRONAF? E por fim, as suas necessidades (desses agricultores) estão sendo contempladas pelo programa?

Importante ressaltar que, essas perguntas não foram realizadas como uma entrevista formal, tomou-se o cuidado de inseri-las ao longo de uma conversa aberta com os entrevistados. Muitas delas nem foram perguntadas diretamente, mas sim, compreendidas durante o diálogo, apenas apresentamos porque fazem parte de um roteiro pré-estruturado que foi utilizado para nortear a pesquisa.

Quando perguntados sobre o porquê acessam as linhas de crédito do PRONAF? Alguns agricultores relatam que o mesmo facilita a realização de investimentos na propriedade e na produção, enquanto outros, embora seja uma pequena minoria, dizem acessar ou já ter acessado o crédito e utilizado parte dos recursos para fins que não estão voltados ao sistema de produção.

Os agricultores que acessam o crédito para investir na produção, colocam que através do PRONAF, na linha de investimento, foi possível investir na infraestrutura da propriedade, na compra de máquinas e de animais para produção. Já com a linha de custeio, os produtores relatam o auxílio do crédito no plantio de milho e soja. Alguns agricultores apontam grandes benefícios no programa, citando principalmente as baixas taxas de juros e os anos de carência, para eles, esses são fatores que facilitam o acesso. “Fica mais fácil comprar as coisas que agente precisa e tem uma taxa de juro baixa” (Entrevista, nº 14). “Um dinheiro que vem pra gente compra as coisas para propriedade, sem ele não dava para eu ter comprado as vacas de leite na hora que precisava” (Entrevista, nº 8).

Em relação aos produtores que disseram utilizar parte dos recursos para fins não produtivos, foram quatro casos, sendo um na linha de custeio e outros três na linha de investimento, os destinos foram pagamento de dívidas, investimento na compra de um caminhão para frete e compra de materiais construção. Alguns desses agricultores relataram dificuldades para pagar o financiamento, sugerindo que sejam retiradas as taxas de juros e disponibilizado mais tempo para pagar o mesmo.

Quanto as linhas acessadas pelos pronafianos entrevistados, foram as mais tradicionais: Custeio, Investimento e Mais Alimentos e o destino dos recursos foi principalmente para a plantação de milho, compra de vacas de leite e compra de tratores, dentre outros menos citados e que podem ser melhor analisados na Tabela-16.

Os resultados apontados assinalam para aquilo que Gazolla e Schneider (2005) colocam em relação as linhas de custeio e investimento do PRONAF, onde os autores dizem que dentre as principais culturas financiadas pela linha de custeio, estão as commodities agrícolas soja e milho, e na linha de investimento são financiadas principalmente as máquinas agrícolas. Para Gazolla e Schneider (2005), fica claro que o programa continua financiando o processo de aquisição de tecnologias e insumos agrícolas, evidenciando um viés produtivista a exemplo

de políticas adotadas em anos anteriores, até porque o crédito está beneficiando mais as indústrias de máquinas e insumos, do que o agricultor propriamente.

Tabela 16 – Linhas e destino do crédito acessado em Cachoeira do Sul/2011

Linhas Acessadas	Destino	Nº
Custeio	Planta milho	2
	Planta milho e pagamento de dívidas	1
Investimento	Compra de vacas de leite	3
	Compra de carroça e boi	1
	Construção de poço artesiano e pagamento de dívidas	1
	Compra vacas de leite e investiu num caminhão	1
	Compra vaca de leite e material de construção	1
	Construção de galpão e estufas	1
	Compra de vacas de leite e trator	1
Custeio e Investimento	Planta milho e compra trator	1
	Planta milho e reforma do trator	1
	Planta milho, correção do solo e compra vacas de leite	1
Custeio e Mais Alimentos	Planta milho e compra trator	1
Investimento e Mais Alimentos	Compra de plantadeira e trator	1
Investimento, Mais alimentos e Custeio	Compra de plantadeira, trator e planta soja	1
Total		18

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de campo

Sobre as dificuldades no acesso ao PRONAF e como ficaram sabendo da existência do mesmo, a maior parte dos entrevistados relatam que não tiveram dificuldades e que não acharam o programa burocrático, pois, dispunham de toda a documentação necessária para retirar o financiamento. Outros, em menor número, colocam que tiveram problemas quanto aos documentos de comprovação da propriedade da terra, mas, logo conseguiram resolver. A maioria dos pronafianos relatam que tiveram as informações sobre o programa através da EMATER e do STR. “Não tem tanta burocracia como dizem, é só ter os documentos para comprovar a renda e a terra, pra nos foi fácil” (Entrevista, nº14).

Com a pergunta, o PRONAF tem contemplado as suas necessidades? Foi possível observar mais algumas informações interessantes, percebe-se que a

maior parcela dos entrevistados está satisfeita, relatam que o programa beneficia quem quer investir na produção e na propriedade. Somente alguns agricultores, principalmente os produtores de fumo, demonstram o desejo de mudar de atividade produtiva e diversificar a produção, mas, com os recursos do PRONAF não estão conseguindo. A questão da diversificação foi levantada pelos estudos realizados por Gazolla e Schneider (2005), onde os autores demonstram que, o crédito é financiado para uma única cultura, o que aproxima o produtor de uma especialização produtiva.

Outra questão que foi levantada junto aos pronafianos, foi porque em sua opinião alguns agricultores familiares não acessam ao PRONAF? As respostas obtidas foram as seguintes: “quem não acessa é porque não quer, não tem interesse”, ou porque simplesmente “não quer investir na propriedade ou não produção”. Nesse sentido, percebe-se um estigma de pronafianos para com os não-pronafianos, como pode ser observado na fala a seguir. “Eu acho que só não tira PRONAF quem não quer, quem não quer trabalha ai não tem dinheiro do governo que ajude mesmo” (Entrevista, n° 4).

Diante dos relatos, pode-se dizer que, a grande maioria dos pronafianos, aqueles que realmente utilizam o crédito para investir na produção, declara estar contente com o PRONAF. Que o mesmo é uma boa política para a agricultura familiar, pois, proporciona investimento nas propriedades com baixos custos, já que as taxas de juros são diferenciadas. Fazendo uma ligação com o que já foi exposto no capítulo anterior, percebe-se que esses agricultores possuem maiores rendas, mais terras para produção, possuem assistência técnica e boas relações com o mercado. Uma minoria de pronafianos se encontra em dificuldades, são aqueles que retiram recursos e não investem na produção.

5.2 Não-pronafianos

Da mesma forma que se entende a visão de pronafianos através de suas falas, é interessante que se analise o que pensam os não-pronafianos, afim de, expor a realidade que vivenciam. Buscou-se essa compreensão através das perguntas: Quais são os motivos pelos quais você não acessa ao PRONAF? E

quais políticas seriam necessárias para suprir suas necessidades atuais no campo? Da mesma forma que ocorreu com os pronafianos, as respostas para as nossas indagações com os não-pronafianos, veio através de um diálogo sobre questões relacionadas às políticas públicas, em especial ao PRONAF.

Na primeira questão, identificou-se alguns fatores que levam os mesmos a tomarem essa decisão, o primeiro fator relatado com unanimidade é: “não quero fazer dívidas”, o reconhecimento que não possuem estrutura para produzir e que falta mercado para comercializar. Depois, foram observadas outras questões importantes, como o desconhecimento sobre programa ou a falta de informação, a burocracia e a contribuição de outras fontes de renda, como as aposentadorias rurais.

Os agricultores também foram indagados quanto as políticas públicas que poderiam suprir suas necessidades, já que não estão encontrando no PRONAF essa condição. Na grande maioria das vezes, quando perguntados por que não utilizam recursos do PRONAF? Os entrevistados dizem preferir não fazer dívidas com as instituições financeiras. As justificativas para esse comportamento são, principalmente, a pouca área para produção e a instabilidade no preço dos produtos no momento da comercialização. “Para não me endividar, porque não tenho terra para produzir, pequeno que não tem terra não pode se iludir com o tal PRONAF” (Entrevista, nº 6).

É mais dívida, tenho pouca produção e não tenho terra pra aumenta, é baixo o preço na hora de vende e caro na hora de produzi, o preço dos insumo é muito alto, depois vai vende o produto não vale nada, não, não o colono já era (Entrevista, nº28).

Quanto a comercialização, é importante colocar que, alguns produtores não tem interesse em aumentar a produção porque não tem como comercializar, demonstrando através das falas a inserção desse público em mercados incompletos. O que gera pouco rendimento na atividade agrícola e a desmotivação para com possíveis investimentos. “Aumentar a produção e vender para quem? Agente produz conforme tem quem compre se não vou fazer o que da produção depois?” (Entrevistado, nº22)

Alguns agricultores relatam que até tentaram acessar o crédito do programa, mas não conseguiram formar um grupo de aval solidário, pois, uns temem pagar as dívidas dos outros no grupo. Observou-se nesse sentido que, não existe um espírito de cooperação, de coletividade. “Ate pensei em tira PRONAF, mas tinha que forma um grupo, daí se um não pago do grupo já dá problema. Por aqui ninguém quis forma grupo, eu desisti” (Entrevista, n° 23)

Outra questão observável é a falta de informação sobre o programa em geral, já que, alguns relatam saber do PRONAF, mas, não sabem informar sobre as linhas de financiamentos do programa. Esses produtores relatam que as taxas de juros do PRONAF são muito altas, sendo, na opinião deles, o maior problema do programa, se caso as taxas diminuíssem o acesso seria maior. “Pra não me endividar, porque não tenho terra pra produzir, pequeno que não tem terra não pode se iludi com o tal PRONAF” (Entrevista, n° 6). “Sei que tem PRONAF, não sei bem direito como é que funciona isso ai, e não gosto de pega dinheiro emprestado, nunca peguei” (Entrevistado, n°24)

É porque tem uns juro alto, pra mim não serve, ia acaba me endividando. Precisa de uma política que desse mais apoio ao pequeno produtor, o banco nem dá atenção para o pequeno, tinha que tira os juros do PRONAF (Entrevista, n°21).

A burocracia é outro fator apontado para o não acesso as linhas de crédito do PRONAF, muitas vezes o que prejudica o agricultor é que a renda apresentada nos blocos de produtores não é suficiente para conseguir enquadramento na DAP. Outro fato que também dificulta o acesso é a comprovação da terra, muitos dizem que a terra é própria, mas, não tem a posse legal da propriedade. Aparecem nesse sentido, questões de heranças onde não foram realizados inventários e as terras permanecem no nome de pessoas falecidas, ou não possui carta de arrendamento, são várias situações relacionadas a comprovação da terra que podem impedir o acesso ao programa. “Eu já tentei, mas não consegui, faltou algumas notas no bloco, eu também não sou dono, tem que comprovar terra. Vou tentar de novo, se conseguir vou fazer mais estufas” (Entrevista, n° 29).

Outra questão para o não acesso observada, é que aqueles agricultores já aposentados preferem diminuir a produção, porque vêem nas aposentadorias

uma segurança para a família, mas do que na produção e ainda, preferem diminuir a produção para trabalhar menos, o que é justo porque certamente o trabalho torna-se mais cansativo para essas pessoas. “Agora não tenho interesse em aumenta a produção, eu e a esposa já somos aposentados, vou trabalha mais pra quê?, Vamos só mantendo o que tem aí” (Entrevista, n° 30).

Quando perguntados sobre que política pública seria adequada para suprir suas necessidades, o que se percebe é o pedido por valorização da produção com preços pré-definidos. Pois, as reclamações em geral dizem respeito ao preço dos insumos e aos custos para produzir, os quais são bastante caros e no momento da comercialização os preços a serem pagos são baixos, o que vai gera um endividamento do agricultor. Além disso, produtores pedem políticas que os ajudem a diversificar o sistema de produção. “Uma política que me ajudasse a diversifica, porque de todo jeito não tive estudo, tem que fica aqui mesmo, ir pra cidade e fazer o quê?” (Entrevista, n° 26).

Uma política que valoriza-se o produtor rural, com um preço justo do produto na hora da comercialização, é muito gasto pra produzir e se ganha muito pouco com o produto (Entrevista, n° 29).

Uma questão que ficou clara, os não-pronafianos apresentam baixa auto-estima, por vezes desânimo e descrédito com a vida no campo. Não se sentem valorizados pelas políticas públicas, pelo poder público municipal e nem pelos seus representantes no município. Quando foi perguntado, como o Sr. ou a Sra. avalia a vida no campo? Uma das repostas que mais nos chamou a atenção foi a da entrevistada n° 2.

Para o pequeno, o bem pequenininho, tá ruim, ninguém ajuda, sempre foi assim e sempre vai ser! Só não desistimos disso aqui porque não sabemos do que vamos viver ir pra cidade não dá, não temos estudo, investi não dá, então ficamos assim (Entrevista, n°2);

Tal como já vem sendo discutido ao longo dos capítulos desse trabalho, nas referencias citadas, principalmente na de Buainain et. al (2003; 2004), quando os autores relatam a racionalidade adotada pelos agricultores que dispõem de

poucos recursos para produzir. O tipo de racionalidade que os autores se referem foi encontrada nos não-pronafianos entrevistados, pois, é perceptível o grande medo do endividamento por parte desses agricultores. O que se justifica, quando se observa a estrutura na qual se encontram.

5.3 Agentes mediadores

No acesso ao PRONAF, existe um papel fundamental que é exercido pelos três órgãos mediadores, STR, EMATER e agências bancárias. O STR atua na mobilização social e compromisso com o programa; A EMATER fica com a responsabilidade técnica, elaboração dos projetos e acompanhamento dos créditos; As agências bancárias ficam com as exigências formais, transformação do crédito em produto e do agricultor em cliente (ABRAMOVAY, 1999).

Para compreender a visão dos órgãos mediadores sobre essa política pública e como tem sido contemplado o público alvo do PRONAF, como tem sido divulgado o programa e como vivem os que não acessam ao mesmo. Foram ouvidas aquelas organizações que têm envolvimento com o programa no Município, EMATER¹, AF² e STR³.

Quanto perguntados sobre o PRONAF e a relação do programa com as necessidades dos agricultores, se o mesmo tem complementado as necessidades dos agricultores. As respostas podem ser resumidas: “o PRONAF é um programa bom e tem crescido o acesso ao mesmo nos últimos anos” (Entrevista com funcionário da EMATER); “o PRONAF é tudo de bom, ajuda muito na produção, mas, deveriam ser revistas as rendas de enquadramento e aumentado o valor de R\$ 110.000,00 (Entrevista com funcionário da AF).

¹ A missão da EMATER é “promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha” (EMATER/RS – ASCAR, 2009).

² A Associação da Agricultura Familiar tem o papel de atender aos anseios do agricultor e da agricultura familiar (AF, 2011).

³ O STR tem o papel de “representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural” (FURQUIM, 2008).

O programa é importante e está melhorando ao longo dos anos, na questão da redução das taxas de juros, mas, outras exigências têm burocratizado o acesso as linhas de créditos e ainda, existem agricultores no Município com dificuldades de pagar os financiamentos” (Entrevista com funcionário do STR);

O PRONAF com juros baixos, desde que aplique corretamente são recursos adequados. Os agricultores acessam muito tanto para custeio quanto para investimento, favoreceu muito a infra-estrutura e a produção. O Mais Alimentos com juro de 2% ao ano e com 10 anos de prazo é uma linha que tem ajudado muito (Entrevista com funcionário da EMATER).

Na questão do não acesso ao PRONAF, essa posição é relatada pelos entrevistados como fruto do medo de dívidas, da falta de informação, da burocracia, da dificuldade em conseguir um avalista e da desorganização por parte dos agricultores. Os mediadores relatam em todos os momentos que os agricultores familiares têm deficiências, e essas deficiências os impossibilitam de acessar o crédito. Sendo assim, na opinião dos mediadores eles (os pequenos agricultores familiares) são quem devem estar de acordo com regras que essa política pública impõe, e não o programa que tem que adequar suas linhas e condições as necessidades dos diferentes tipos de produtores familiares.

O pessoal não acessa por medo do endividamento e falta de informação. Endividamento com o banco e precisa de laudos, falta organização dos produtores, tem muito paternalismo. Também pela questão cultural, o pessoal aqui não se organiza, por exemplo, não tem aval solidário (Entrevista com a funcionária da AF).

Quanto a divulgação do PRONAF, foi perguntado aos mediadores como a mesma é feita e como os agricultores são incentivados a acessarem o programa. Observou-se que, os representados das instituições acreditam estarem fazendo sua parte, através da divulgação do programa em reuniões, visitas, palestras, rádio, jornal, jantas, dentre outros.

No final de 2010 começou o programa do tacho, agente compra um tacho e faz uma janta nas comunidades e divulga as políticas, faz reunião nas escolas para incentivar os jovens no rural a ficar no rural e acessar ao PRONAF. Nas jantas tem um bom número de participantes,

mas as pessoas tem medo de se envolver, de se comprometer e não dar certo (Entrevista com a funcionária da AF).

Quando perguntados sobre o porque os grupos A e B participam tão pouco do PRONAF no Município, os mediadores colocam que esse público não se interessa pelo crédito, que são poucos os agricultores desses enquadramentos no Município. Pois, as rendas são maiores, ou seja, não seriam enquadrados como A e B e sim como, agricultores familiares do grupo V. O dirigente da EMATER também coloca que a assistência a esse público não é de competência dessa instituição, mas, quando retorno a pergunta, de que instituição seria? Ele diz não saber. O que evidencia que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural não atende a esse público, porque não os considera como seu dever, atendê-los.

Em outras palavras, para a EMATER esse público não “dá resultado”, o que pode ser perfeitamente questionável, na medida em que passamos a olhar o rural não somente como um espaço de atividades agrícolas, mas, um espaço pluriativo, onde várias atividades não-agrícolas podem ser desenvolvidas com êxito. Mesmo em pequenas propriedades rurais, como é o caso das dos não-pronafianos, basta para isso investir na capacitação desses sujeitos.

É um público que não se interessa pelo PRONAF. Pra esses tem políticas públicas especiais, as vezes tem recursos específicos. Não é de nossa competência (Entrevista com funcionário da EMATER).

Quando perguntados sobre como vivem os agricultores que não acessam ao PRONAF e que tipo de assistência esses agricultores recebem no Município, os entrevistados colocam que os agricultores recorrem a serviços fora da propriedade, para complementar a renda, e que muitas vezes não tem comprovação da terra. Sobre a assistência, não há por parte dos órgãos representativos da agricultura familiar nenhuma atividade ou dinâmica especial para com esse público, embora os entrevistados demonstrem conhecer a realidade dos mesmos.

Alguns trabalham prestando serviços, são alambradores, fazendo colheita das lavouras ou plantio, prestam serviço em fazendas. Dentro da sistemática de metodologia agente aplica as metodologias de extensão, todos são convidados, agora participa quem quer (Entrevista com funcionário da EMATER).

Não estão conseguindo, a estratégia é fazer algum serviço fora. Agente ta buscando mudar as regras dos programas e incentiva eles a ficar no interior, lá mal o bem eles tem uma horta para tira a subsistência. Um agricultor me disse esses dias: Não dava mais no campo eu vim pra cidade, mas aqui é pior! Tô voltando pro campo (Entrevista com funcionário do STR).

No caso das instituições bancárias, foram entrevistados representantes dos Bancos do Brasil, Banrisul e Sicredi, os quais trabalham com todas as linhas de crédito do PRONAF no Município. Quando perguntados sobre as dificuldades dos agricultores na hora de acessar o crédito, os funcionários das instituições bancárias colocam que os principais empecilhos têm sido as dívidas, que vão dificulta ou impedir o acesso ao crédito; a falta de documentação; a desinformação sobre as linhas de financiamentos; um bom projeto, onde a produção seja capaz de pagar o financiamento e o avalista.

Portanto, os motivos nunca são burocráticos e operacionais, os motivos nunca são causados pela forma como o programa é estruturado, também não é culpa dos serviços públicos de assistência técnica, dos sindicatos e das demais entidades “representativas” da agricultura familiar. A culpa é sempre do pequeno produtor que não se adéqua as normas, as diretrizes do programa, da assistência e das agências bancárias.

A falta de documentação, o crédito ta sendo simplificado, mas, falta de comprovação da terra é um problema para alguns, o grau de endividamento, é feita a capacidade de pagamento, o que ele tem de endividamento o que aquela renda pode pagar pra ver se libera mais crédito ou não. Mas, a dificuldade maior é comprovar a documentação para o Sindicato emitir a DAP (Entrevista com a Gerente do Sicredi).

Sobre as garantias, os documentos e demais procedimentos exigidos pelo Banco para o agricultor acessar o crédito do programa, o que foi observado é que no mínimo é exigido um avalista. Mas, dependendo do valor a ser financiado também é preciso ser dado como garantia um bem próprio ou bem de terceiro. Quanto aos documentos, são exigidos a apresentação da DAP e o projeto

realizado por um órgão credenciado, também é avaliado se o agricultor possui alguma dívida (consulta ao SPC e Serasa).

O documento “chave” para enquadramento acesso ao PRONAF é a DAP que é fornecida por entidades credenciadas junto ao MDA. Após é necessário procurar uma empresa de Assistência Técnica para elaboração do projeto, como a EMATER. As garantias regularmente exigidas pelo Banco do Brasil, dependendo do valor e limite de crédito, pode ser o próprio bem financiado, avalista, outro de propriedade do mutuário ou bem de propriedade de terceiros (Entrevista com o Gerente do Banco do Brasil).

Quando perguntados sobre os agricultores que não acessam ao PRONAF no Município, os funcionários apontam como motivo para essa decisão o fato dos agricultores acharem o programa burocrático, o medo de possíveis endividamentos, a desinformação, o fato de já possuírem outras dívidas ou simplesmente acreditam que os agricultores querem investir com recursos próprios ou ainda, não querem investir.

Os entrevistados ressaltam que os bancos não têm interesse em não aprovar o crédito para o agricultor, mas, que às vezes o rendimento da atividade agrícola desse agricultor não pagaria o dinheiro emprestado. E ainda, nas falas dos entrevistados ficou perceptível que consideram o público que não acessa ao programa como muito poucos no rural no Município.

O banco não tem interesse em não aprovar, mas depende do que ele ganha, da atividade. Não saberia dizer, podem alegar que o banco é burocrático, que poderiam se endividar, ou eles querem investir com recursos próprios ou simplesmente não querem investir, mas acho que são muito poucos (Entrevista com o Gerente do Banco Barrisul).

Em geral, os órgãos mediadores acreditam ser o PRONAF uma boa política para a agricultura familiar, demonstram saber os motivos pelos os agricultores não acessam ao PRONAF, apontam também a desorganização dos produtores, destacando o seu ponto de vista. Os mediadores pensam estarem fazendo o seu papel junto aos mediados, parece que em nenhum momento se

questionam sobre o mesmo. Em relação aos não-pronafianos, os mediadores colocam que esse público é pouco representativo, que as rendas são maiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente as políticas públicas beneficiaram aqueles agricultores que possuíam melhores estruturas para produzir e condições de inserção no mercado. Com o PRONAF a história era para ser diferente, porque essa política foi criada no bojo de muitas discussões, reivindicações sociais e com o apoio de órgãos e estudos internacionais, com ares de que iria abraçar todas as camadas de agricultores familiares. Passados 16 anos de sua criação, percebe-se que, ainda existe uma efervescência em torno do mesmo, como uma política pública importante na contribuição do desenvolvimento rural, através do auxílio crédito aos produtores familiares.

Analisando a história do programa, inegavelmente, é uma política relevante, contribuiu para a produção de alimentos, para o crescimento do PIB do país, para o emprego de mão-de-obra no meio rural, dentre outros fatores e potencialidades. Também identifica-se o esforço em torno dessa política para que a mesma evoluísse, com a publicação de vários estudos e com elas mudanças na redefinição do público-alvo. Além da criação de novas linhas de financiamentos, com redução de taxas de juros, aumento dos investimentos e extensão do programa para quase todos os municípios brasileiros.

Mas, o que a história do PRONAF demonstra na prática, não confirma a teoria que o mesmo expõe, porque ao longo dos anos ocorreu uma seletividade em favor de um tipo específico de agricultor familiar. Alguns estudos já apontavam para este fato, mas, preferiu-se buscar na pesquisa empírica um entendimento sobre os fatores envolvidos nesse contexto.

Como o rural é um espaço complexo, que sofre interações de vários fatores, para lembrar os objetivos específicos desse estudo, buscou-se a delimitação da pesquisa nas questões sociais, econômicas e em algumas questões relacionadas as unidades de produção, afim de, compreender um pouco mais sobre a atuação dessa política na prática, além da motivação pessoal dos produtores em acessarem ou não o crédito do programa e o entendimento do trabalho dos órgãos mediadores em relação ao programa no Município.

Buscou-se informações referentes ao Município de Cachoeira do Sul/RS, num primeiro momento, através de dados secundários, onde foi possível observar

a grande predominância de agricultores familiares enquadrados como C, D e E, em detrimento dos grupos A e B. Indo até aos agricultores familiares no interior do Município, na tentativa de entender um pouco mais sobre nossas indagações em relação ao acesso e ao não-acesso ao programa, encontrou-se um cenário que chama a atenção.

Os pronafianos, de uma maneira geral, encontram-se aqueles contextos já relatados por outros autores, embora haja uma diversidade de situações e em alguns casos se encontre dificuldades, de uma maneira geral esses agricultores são mais capitalizados do que os não-pronafianos, com acesso aos mercados, com boa estrutura produtiva, social e econômica, com assistência técnica, fazendo uso de tecnologias modernas e melhores relações sociais.

Quando se pensa nos não-pronafianos, através das observações realizadas, pode-se descrever um cenário marcado pela falta ou precária estrutura produtiva, com pouca disponibilidade terra, o uso de tecnologias tradicionais, produção voltada primeiramente para o autoconsumo da família e a comercialização do excedente em mercados incertos, sem preços definidos. Nesse sentido, o PRONAF não tem contribuído para a construção de mercados para os agricultores familiares. Onde a monetarização desses agricultores depende da contribuição das rendas não-agrícolas, sendo estas na maioria das vezes as transferências governamentais.

Constato-se um contexto estrutural bastante precário, seja em nível de habitação, saneamento, transporte público, escola de ensino médio e na questão da assistência médica. Poucas relações sociais e a inexistência de assistência técnica e social, gerando pouca informação sobre o PRONAF. As informações sobre o programa são passadas através de vizinhos, familiares e não dos órgãos mediadores do programa, em nenhum momento os agricultores citaram, por exemplo, a linha de crédito de combate a pobreza rural. Em geral, observo-se que os não-pronafianos não conhecem todas as linhas e regras de financiamentos dessa política pública.

A conjuntura em que os não-pronafianos se encontram realmente os impossibilita de acessar o PRONAF, porque para acessar ao crédito são feitas várias exigências, as quais esse público não consegue cumprir. Um exemplo é a comprovação da renda agrícola no bloco de produtor, a qual por vezes não é suficiente para pagar um recurso financiado, já que em muitos casos existe a

contribuição de rendas adquiridas fora da propriedade e/ou de benefícios governamentais, como as aposentadorias rurais. Ainda existem questões como a comprovação da terra, de um avalista ou até de colocar um bem como garantia, os quais são complicadores no cenário em que vivem esses produtores.

Portanto, a própria forma de operacionalização das linhas do programa impõe regras, como se fosse qualquer outro empréstimo bancário. Um exemplo de questão operacional, que dificulta o acesso, é o fato dos financiamentos serem muito específicos, no caso das culturas o produtor deve apresentar a instituição bancária um projeto com os dados da cultura que vai produzir, mas em uma pequena propriedade como são as dos não-pronafianos, seria difícil produzir na escala de produção necessária para pagar o financiamento ao banco, essa imposição bancária vai beneficiar projetos de especialização produtiva, os monocultivos agrícolas, como vimos exemplos do fumo e da soja.

Diante de todos esses fatores, é natural os sentimentos de medo e a insegurança nesses pequenos produtores (não-pronafianos). Compreende-se nas suas falas, a falta de motivação, o desânimo com a vida no campo e o descrédito com as políticas públicas, referindo-se ao PRONAF de uma forma negativa. Analisando essa política não como uma maneira de investir na propriedade, diversifica, aumenta a produção, ou ainda, que contribua para o desenvolvimento rural, mas, sim como uma forma de atrair dívidas para a família.

Também percebe-se que, não há interesse no grupo de aval solidário, o qual só é divulgado pela AF do Município, já o STR se posiciona contra essa alternativa, ao citar que já existiram casos em que alguns agricultores desistiram e outros se sentiram prejudicados. Fato que poderia ser resolvido com maior interação entre as pessoas, com uma maior vivência, com trocas de experiências, incentivos as formas de cooperação. Mas, parece que sozinhos os agricultores não conseguiram, necessitando para isso de assistência técnica e social que não existiu e continua não existindo.

Entende-se que as principais questões que envolvem o acesso e o não acesso ao PRONAF passam por pontos de ordem estrutural. Podendo ser apontadas questões estruturais do programa, onde a organização do mesmo é moldada de uma forma que possibilita a seletividade de alguns agricultores familiares em detrimento de outros. Onde os privilegiados são aqueles que estão

mais capitalizados, melhor organizados em relação às questões produtivas e a comercialização.

Quando se avaliou as falas de pronafianos, não-pronafianos e órgãos mediadores em relação ao acesso ao programa. Percebe-se que os pronafianos não tem o entendimento da realidade vivenciada pelos não-pronafianos, declarando que os mesmos não acessam ao programa porque não querem. Os mediadores sabem que esse público existe e acreditam que o maior problema dos não-pronafianos seja a renda, o que se apresenta como apenas um problema diante de vários outros encontrados na pesquisa. Já os não-pronafianos talvez não reconheçam as limitações que as normas de operacionalização do programa impõem a sua inclusão.

Outra observação é a de que os órgãos mediadores diretamente ligados aos agricultores familiares, STR, a EMATER e a AF, entendem a realidade dos não-pronafianos, mas, não se questionam sobre a mesma e nada fazem para mudá-la. O que contribui para a inexistência de ações locais de apoio a esse público, que poderiam contribuir para mudar a realidade vivenciada. Por parte das instituições financeiras, como bem ressalta Abramovay, as quais estão preocupadas em emprestar para quem demonstra condição de pagar, configurando o crédito do PRONAF como qualquer outro empréstimo bancário.

Sendo assim, constatou-se que, a forma de operacionalização do programa, com as exigências que possui, exclui os agricultores “periféricos”. O que precisa ser debatido então, é o fato de que estes agricultores configuram um contingente expressivo no meio rural e estão sem apoio de uma política pública, ou melhor, nunca tiveram o respaldo de uma política. Mesmo a linha do PRONAF de combate a pobreza rural não apresenta resultados significativos, como vimos nos dados gerais do Brasil, apontados anteriormente capítulo III, e muito menos em Cachoeira do Sul, onde o acesso é irrelevante.

O que fica claro, portanto, é que passados tantos anos, diferentes fases, vários estudos, arranjos e rearranjos do PRONAF, o mesmo continua beneficiando aqueles que Veiga em 1994 apontava como os mais propícios a inserção no mercado, mais adequados para um retorno produtivo e econômico ao país. Pelo que parece, o viés do programa nunca mudou, questiona-se então: será que nunca haverá políticas agrícolas ou de desenvolvimento rural para estes pequenos produtores rurais? Será que serão somente beneficiários de políticas

sociais? Ou seja, o PRONAF vai continuar jogando os periféricos nos braços das políticas sociais? Esse é o cerne da questão que ainda precisa ser respondida.

Lembrando ainda que, políticas sociais de combate a pobreza como o bolsa-família, não resolvem os problemas enfrentados pelos pequenos produtores, apenas amenizam a questão da renda. O cenário é muito mais complexo, sendo a renda apenas um fator, existem diversas demandas importantes que precisam ser repensadas pelas políticas públicas, como as estruturais e as de segurança alimentar, por exemplo, onde não existem ações de reforma agrária que atinjam como deveriam a questão agrária dos minifundiários. Já que 70% dos agricultores familiares não-pronafianos estão em propriedades com menos de 10 hectares, produzindo muito menos daquilo que precisam para ter a alimentação da família garantida com qualidade. E ainda, outras ações que precisam de maior atenção são as políticas locais (assistência técnica, social, saúde, transporte, escolaridade e a capacitação de jovens e adultos, esses são somente alguns exemplos).

Sendo assim, percebe-se que, existem demandas sérias e urgentes atingindo muitos pequenos produtores rurais, os quais estão merecendo maior atenção governamental, através de ações que visualizem suas reais necessidades, proporcionando-lhes melhorias através de ações integradas com políticas que realmente tenham como objetivo o desenvolvimento rural. Diante a diversidade na agricultura familiar, o PRONAF e as políticas públicas voltadas ao meio rural têm muitos desafios pela frente, é necessário identificar as diferenças, as especificidades de cada região e dos distintos grupos de agricultores, para que exista crédito adequado a cada realidade social.

Acredita-se que as indagações e os objetivos propostos foram respondidos, ao mesmo tempo em que muitas outras dúvidas surgiram, diante da complexidade do rural e de seu desenvolvimento, das diferenças sociais e do papel das políticas públicas. Que políticas seriam as mais adequadas a esse público? Até quando esses pequenos produtores não serão considerados pelas mesmas? Porque não ocorre uma transformação social com esse público, a exemplo do que aconteceu em outros países? Essas temáticas devem continuar servindo de estímulo para outros estudos, ou seja, trabalhos que tragam a questão dos “periféricos” no campo, pois, esse público merece mais atenção dos estudos acadêmicos.

Percebe-se a necessidade da criação de novos critérios para definir os agricultores familiares, como discutem Navarro (2010) e Tenório (2010), referências do capítulo II deste trabalho, tirando aqueles que são pequenos produtores do grupo “agricultor familiar”, mas, ao mesmo tempo devem ser criadas políticas com estratégias de reprodução socioeconômicas diversificadas para esse público, já que o PRONAF historicamente não conseguiu atender os mesmos. Aqueles identificados aqui como não-pronafianos podem ser produtivos, se não na atividade agrícola, em outras atividades não-agrícolas dentro de suas propriedades, desde que sejam preparados, capacitados para isso, e tenham acesso á políticas de desenvolvimento rural. Essas políticas, por sua vez, devem criar linhas de financiamentos que “entendam” o rural como um espaço pluriativo e assim, financiem atividades diversificadas, não necessariamente agrícolas, mas que sejam geradoras de renda.

Embora as mudanças nas políticas dependam é claro dos órgãos governamentais, cada um pode fazer sua parte, seja através de estudos que apontem as deficiências nas políticas, não com a pretensão de desvalorizar as mesmas, mas, apontando críticas construtivas que sirvam de estímulo ao debate acadêmico e científico. Assim como, os órgãos representativos desse público também podem contribuir com ações locais, que podem transformar a vida dessas pessoas, com incentivo as formas de cooperação, a solidariedade, a capacitação e a pluriatividade, por exemplo.

Sem a ambição de esgotar o assunto, gostaríamos de deixar algo de produtivo que instigasse reflexões sobre o rural e os pequenos agricultores familiares em especial. Acredita-se que há muito a caminhar nessa direção e espera-se com sinceridade ter dado mais um passo nesse sentido, em busca de um país socialmente mais justo. Para não concluir, o que fica em mente é a urgência de uma política pública para encurtar distâncias entre a diversidade de produtores familiares no meio rural de Cachoeira do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2º. ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)**. Brasília: FIEPE/IPEA, 1997 (Texto para discussão, n. 641). Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0641.pdf>. Acesso: 21 de ago. 2011.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/.../agricultura-familiar/>. Acesso 13 de jul. 2011.

AQUINO, J. R; SCHNEIDER, S. (Des)caminhos da política de crédito do pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: **Conferência Nacional de Políticas Públicas Contra a Pobreza e a Desigualdade**, Natal - RN. Anais da I CNPP - A Crise Global de 2008 e a Revalorização do Estado para o Desenvolvimento Social. Natal - RN: PPEUR/ DPP /UFRN, 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/anais.html>>. Acesso: 14 de ago. 2010.

AQUINO, J. R; TEIXEIRA, O. A. Agricultura familiar, crédito e mediação institucional: a experiência do pronaf em São Miguel no Noroeste Brasileiro. In: **Cuadernos de Desarrollo Rural**, nº 054, p. 61-85, mai. 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/117/11705404.pdf>>. Acesso: 10 de jun.

ANJOS, F. S; GODOY, W. I; CALDAS, N. V; GOMES, M. C; Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista Economia Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 529-548, set. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso: 10 de jun. 2011.

BALANÇO DE GOVERNO. **Agricultura Familiar**. 2010. Disponível: <<http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/desenvolvimentosustentavelcomreducao-de-desigualdade/7-agricultura-familiar>>. Acesso: 28 de mai. 2011.

BITTENCOURT, G. A; ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento á agricultura familiar: o sistema cresol. **Economia: Ensaios**, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 179-207, 2001.

BUAINAIN, A. M; Tipologia e caracterização tecnológica dos agricultores familiares. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). In: **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. São Paulo: Unicamp, 2007

BUAINAIN, A. M; DI SABBATO, A; GUANZIROLI, C. E; Agricultura Familiar: um estudo de focalização regional. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 42, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SOBER/UFMT,

2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O437.pdf>>. Acesso: 02 dez. de 2010

BUAINAIN, A. M; ROMEIRO, A; GUANZIROLI, C. E; Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: **Sociologias**, nº 10, p. 312–347, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso: 20 abr. 2011.

BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. Política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos. In: BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial** – GEPAL: Grupo de estudos e pesquisa agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2001.

CARNEIRO M. J; Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C; BRUNO, R; MOREIRA, R. J. (Orgs). In: **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CASTRO, E. R; TEIXEIRA, E. C; Efeitos dos gastos com a equalização das taxas de juros do crédito rural na economia brasileira. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 42, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SOBER/UFMT, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O343.pdf>>. Acesso: 10 de out. 2011.

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. Ed. 5. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Estatísticas do meio rural**. Ed. 3. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA: DIEESE 2008. Disponível: <www.dieese.org.br/anu/estatisticasMeioRural2008.pdf>. Acesso: 30 de mai. 2011.

DOCUMENTO DO BANCO MUNDIAL. **Combate à pobreza rural no Brasil: uma estratégia integrada**, Relatório nº 21790-BR, Departamento do Brasil Região da América Latina e do Caribe. 2001. Disponível em: <siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/.../05PobrezaRura...>. Acesso: 25 de jun. 2011.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal, 2009.

GASQUES, J. G. et al. (2005). Agricultura familiar – pronaf: análise de alguns indicadores. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 43, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: SOBER/FEA-USP, 2005. Disponível: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/504.pdf>>. Acesso: 14 de jun. 2011.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. As duas caras do pronaf: produtivismo ou fortalecimento da produção para o autoconsumo?. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 43, 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: SOBER, 2005. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/2/376.pdf>. Acesso: 20 de ago. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, E. S. **Pecuária familiar no Município de Cachoeira do Sul: importância histórica, entraves e potencialidades**. 2002. Monografia. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G; VIEIRA FILHO, J. E. R; NAVARRO, Z. (Orgs). In: **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010, p. 157-185.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre. Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1984.

GRAZIANO DA SILVA, J; KAGEYAMA, A. Estrutura Agrária. In: **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.) Ed. HUCITEC. São Paulo, 1980.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Revista Economia e Sociologia Rural**, n.º. 2, p. 301-328, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/04.pdf>>. Acesso: 16 de jun. 2011.

GUANZIROLI, C. E. et. al. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. 2000. Disponível em: <www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com...task...>. Acesso: 18 de jun. 2011

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1989.

HILLIG, C. **A cidadania e a racionalidade técnico burocrática nas estratégias de apropriação do PRONAF pelos agricultores familiares**. Porto Alegre, RS. 2008. 170 f. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário - Agricultura Familiar 2006**. Comunicação Social, 2009. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1466>. Acesso: 02 dez. de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1?>>. Acesso: 11 de out. 2011.

KAGEYAMA, A; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. In: **Perspectivas**, São Paulo, 1989, p. 55-72. Disponível em: <<seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1904/1553>>. Acesso: 15 de jul. 2011.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução: C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial Ltda, 1980.

LAMARCHE, H. As lógicas produtivas. In: LAMARCHE, H (Org.). In: **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução: José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, maio/ago. 2004, p. 289-300. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Acesso: 10 mar. 2011.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Ediouro. 1962.

MATTEI, L. **Impactos do pronaf: análise de indicadores**. Brasília: MDA/NEAD, 2005. (NEAD Estudos, n. 11). Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/nead/nead-estudos/download_orig_file?...>. Acesso: 20 de ago. 2011.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006. (NEAD Estudos; 12). Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/nead/nead-estudos/download_orig_file?...>. Acesso: 02 de ago. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano safra da agricultura familiar: mais alimentos um plano da agricultura familiar para o Brasil**. Brasília: MDA, 2009. Disponível: <http://www2.faepe.com.br/credito/pdfs/plano_familiar_09.pdf>. Acesso: 02 de jun. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano safra da agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/diversos/plano_safra_net.pdf>. Acesso: 05 de jun. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Crédito rural**. 2011. Disponível: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso: 15 de mai. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Novas regras simplificam o pronaf. 2008.** Disponível: <<http://www.mda.gov.br/portal/noticias/>>. Acesso: 17 de mai. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário de 2006.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/>>. Acesso: 25 de mai. 2011.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec: Educ, 1989.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G; VIEIRA FILHO, J. E. R; NAVARRO, Z. (Orgs). In: **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília: Ipea, 2010, p. 185-213.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!. In: BERNARDO, Mançano Fernandes; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NÓBREGA, M.F. Taxas de juros e crédito subsidiado. In: **Revista de Finanças Públicas**, Rio de Janeiro, v.41, n. 346, p.7-11, abr/jun. 1981.

NUNES, S, P. O crédito rural do pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. In: **Boletim Eletrônico**, Conjuntura Agrícola, Departamento de Estudos Socio-Econômicos Rurais. Nº 156, Fev, 2007. Disponível em: <<http://www.unitins.br/ates/arquivos/outros/>>. Acesso: 23 de mai. 2011.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Desenvolvimento e inclusão social colhidos juntos.** 2007/2008. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/Folheto_MDA_PlanoSafra2007_B.pdf>. Acesso: 02 de jun. 2011.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR.. **Mais alimentos um plano da agricultura familiar para o Brasil.** 2008/2009. Disponível: <http://www2.faepe.com.br/credito/pdfs/plano_familiar_09.pdf>. Acesso: 02 de jun. 2011.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Plano safra da agricultura familiar 2010/2011.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/diversos/plano_safra_net.pdf>. Acesso: 05 de jun. 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, B. O. C. **O agir da comunidade rural na localidade do bosque frente às questões da saúde e qualidade de vida no município de Cachoeira do Sul – RS.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em:

<http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1193>.

Acesso: 20 abr. 2011.

RODRIGUES, S. L.; NEUMANN, P. S.; BREITENBACH, R. Diferenciação do agrário no município de Cachoeira do Sul/RS. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 45, Londrina. Anais... Londrina: SOBER/UDEL, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/802.pdf>>. Acesso: 11 out. de 2011.

SANTOS, J. V. T. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: **Ciências Sociais Hoje**. Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Paulo, 1991. p. 13-52.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J.M.; DIESEL, V. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do pronaf – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M, K.; MARQUES, P, E, M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHUH, Ângela Schumacher; RITZEL, Mirian Regina Machado. **Cachoeira do Sul: princesa do jacuí**. Porto Alegre: Martines Livreiro, 1997

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **Revista Atual**, 3. Ed, Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

SILVA, E. R. A. S; **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – relatório técnico das ações desenvolvidas no período 1995/1998**. Texto para discussão Nº 664. Brasília. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_664.pdf>. Acesso: 30 de abr. 2011.

TENÓRIO, R. Propriedades agrícolas: reclassificar para crescer? In: **Desafios do Desenvolvimento**, SP, mai, 2010. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=14326>. Acesso: 20 de jun. 2011.

TOLEDO, E. N. B; SCHNEIDER, S. O pronaf no rio grande do sul dez anos depois: o que dizer. In: **Encontro de Economia Gaúcha**, 4, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Encontro de Economia Gaúcha/PUCRS, 2008. Disponível em: <www.fee.tche.br/4-encontro-economia.../agricultura-sessao4-3.doc>. Acesso: 15 de jun. 2011.

TONNEAU, J. P; AQUINO, J. R; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, n. 1, p 67–82, abr. 2005. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n1p67.pdf>>. Acesso: 01 dez. de 2010.

VEIGA, J. E. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, J.P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed: UFRGS, 1994.

VEIGA, J. E. Delimitando a Agricultura Familiar. In: **Reforma Agrária**, v.25, maio-dez 1995, p. 128-41. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/%5B09%5Ddelimitando_a_agricultura_familiar.htm>. Acesso: 25 de jul. 2011.

VEIGA, J. E. A opção pela agricultura familiar. In: **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, RS, v. 25, n. 3 p. 127-1463, 1997. Disponível em: <revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/>. Acesso: 06 de mai. 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, nº. 20, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS/UFPA, 1996. Disponível em: <http://agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF'S/AA_selecao/2011/Wanderley%201996.pdf>. Acesso: 01 dez. de 2010.

APÉNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para Entrevista aos Agricultores Familiares que Acessam o Pronaf

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Ciências Rurais

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

(Pré-requisito para ser entrevistado: ser agricultor familiar e aceitar ser entrevistado)

Localidade? Data: /..... /..... N° do Quest.:.....

1. AGRICULTORES FAMILIARES QUE ACESSAM O PRONAF

1.1) Porque o Sr. acessa o Pronaf?

1.2) Há quanto tempo o Sr. acessa o programa?

1.3) Acessa todos os anos?

1.4) Acessa que linhas do Pronaf?

1.5) Já teve ou tem dificuldades para acessar o programa?

1.6) Qual a importância do programa na sua opinião, que benefícios o programa lhe trouxe?

1.7) Como o Sr. ficou sabendo da existência do Pronaf ?

1.8) O Pronaf tem se mostrado um programa de crédito adequado para as suas necessidades?

1.9) O que pode ser melhorado no programa para atender melhor suas necessidades, ou seja, do que o Sr. precisa e não está sendo contemplando por esta política? Aponte sugestões!

1.10) O Sr. Acessa outras políticas públicas? Quais são as outras políticas acessadas?

Qual a importância dessas políticas para o Sr.?

1.11) Quais são seus planos para o futuro?

2) PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR QUE ACESSA O PRONAF

2.1) Sexo?

2.2) Idade?

2.3) Escolaridade?

2.4) Qual a sua renda total?

3) PERFIL DA PROPRIEDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR QUE ACESSA O PRONAF

3.1) Qual o tamanho da propriedade em hectares ?

3.2) Qual a distância da propriedade da sede do município em Km?

3.3) Qual a principal ocupação que lhe trás renda?

3.4) Outras ocupações fora da propriedade?

3.5) Principais produtos cultivados na propriedade?

3.6) Outras fontes de renda?

3.7) Relação com o mercado, como comercializa?

3.8) Enfrenta dificuldades na comercialização? Quais e Porquê?

3.9) Quais são as principais tecnologias utilizadas na propriedade (máquinas, estufas, plantio direto)?

3.10) Que importância o Sr. atribui as tecnologias utilizadas na propriedade?

3.11) Possui assistência técnica? De quem?

3.12) Condição da propriedade (Própria, Arrendada, Posse, Sociedade/meeiro, Parceria Familiar)?

3.13) Mão-de-obra utilizada? Quantas pessoas, só familiar ou contratado?

3.14) O que tem de construções na propriedade?

3.15) Condições de infra-estrutura da propriedade(Bom, Regular, Ruim)?O que tem de construções na propriedade?

4) CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA FAMÍLIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA?

4.1) Água

4.2) Luz elétrica

4.3) Escola

4.4) Posto de Saúde

4.4) Transporte

4.5) Sindicato

4.6) Emater

4.7) Associações

4.8) Cooperativas

APÊNDICE B – Roteiro para Entrevista aos Agricultores Familiares que Não Acessam o Pronaf

Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Rurais
 Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
 (Pré-requisito para ser entrevistado: ser agricultor familiar e aceitar ser entrevistado)

Localidade? Data: /..... /..... N° do Quest.:.....

1. AGRICULTOR FAMILIAR QUE NÃO ACESSA AO PRONAF

- 1.1) O Sr. sabe da existência do Pronaf ?
- 1.2) Porque o Sr. não acessa o Pronaf?
- 1.3) Nunca acessou o programa?
- 1.4) Já acessou alguma vez e parou de acessar porque?
- 1.6) Que tipo de política pública seria adequada para atender melhor suas necessidades, ou seja, do que o Sr. precisa e não está sendo contemplando?
- 1.7) O Sr. Acessa outras políticas públicas? Quais são as outras políticas acessadas e porque?
- 1.8) Qual a importância dessas políticas para o Sr.?
- 1.9) Quais são seus planos para o futuro?

2) PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR QUE NÃO ACESSA AO PRONAF

- 2.1) Sexo?
- 2.2) Idade?
- 2.3) Escolaridade?
- 2.4) Qual a sua renda total?

3) PERFIL DA PROPRIEDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR QUE NÃO ACESSA O PRONAF

- 3.1) Qual o tamanho da propriedade em hectares ?
- 3.2) Qual a distância da propriedade da sede do município em Km?
- 3.3) Qual a principal ocupação que lhe trás renda?
- 3.4) Outras ocupações fora da propriedade?
- 3.5) Principais produtos cultivados na propriedade?
- 3.6) Outras fontes de renda?
- 3.7) Relação com o mercado, como comercializa?
- 3.8) Enfrenta dificuldades na comercialização?Quais e Porquê?
- 3.9) Quais são as principais tecnologias utilizadas na propriedade(máquinas, estufas, plantio direto)?
- 3.10) Que importância o Sr. atribui as tecnologias utilizadas na propriedade?
- 3.11) Possui assistência técnica? De quem?
- 3.12) Condição da propriedade (Própria, Arrendada, Posse, Sociedade/meeiro, Parceria Familiar)?
- 3.13) Mão-de-obra utilizada? Quantas pessoas, só familiar ou contratado?
- 3.14) O que tem de construções na propriedade?

3.15) Condições de infra-estrutura da propriedade(Bom, Regular, Ruim) o que tem de construções na propriedade?

4) CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA FAMÍLIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA?

4.1) Água

4.2) Luz elétrica

4.3) Escola

4.4) Posto de Saúde

4.4) Transporte

4.5) Sindicato

4.6) Emater

4.7) Associações

4.8) Cooperativas

APÊNDICE C – Roteiro para Entrevista aos Órgãos Mediadores (EMATER, AF e STR)

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

1. Qual é a visão da Instituição sobre a Agricultura Familiar? Desde quando tem essa visão? Tem algum documento da Instituição com essa definição? (conseguir o folder, documento da Instituição que coloque a visão deles sobre a AF)
2. Como vocês (Entidade Sindicato e Entidade Emater) percebem avaliam a agricultura familiar no Município, importância e real atuação desses agricultores?
3. Quais são na visão da Instituição as principais necessidades dos agricultores familiares de Cachoeira do Sul?
4. E como a Instituição vê a relação do Pronaf com as necessidades dos agricultores? O programa tem complementado as necessidades de todos? Ou de alguns?
5. Qual a importância do Pronaf na visão da Instituição?
6. A Entidade divulga o Pronaf? Como? e Incentiva os agricultores a acessarem?
7. Quais as principais linhas acessadas? E qual o real destino do dinheiro retirado pelo agricultor através do Pronaf? Quais os destinos produtivos do Pronaf (culturas que mais tem o apoio do crédito no Município)
8. Quanto aqueles agricultores familiares que não acessam ao Pronaf, na visão da Instituição não acessam porquê?
9. Porque, na opinião da Instituição, os grupos A e B participam tão pouco do Pronaf no Município? Tem-se idéia que quantos são os agricultores desses grupos?
10. Que tipo de assistência a Instituição dá aos agricultores que não acessam ao Pronaf e tem características dos grupos A e B?
11. Na opinião da Instituição, como os agricultores que não acessam ao Pronaf e são ou deveriam ser enquadrados como A e B conseguem se manter no campo e na produção?
12. A Instituição tem conhecimento da realidade vivenciada por estes grupos? E o que faz por eles? Como atua com esses grupos?

APÊNDICE D – Roteiro para Entrevista as Agências Bancárias (Banco do Brasil, Bannisul e Sicredi)

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

1. Qual a visão da Instituição quanto a agricultura familiar?
2. Desde quando o Sicredi/ Banco do Brasil/ Bannisul operam com os financiamentos do Pronaf?
3. A Instituição opera com todas as linhas do programa? Se não, quais são as linhas que opera e por quê?
4. Porque é interessante para o Banco trabalhar com as linhas do Pronaf? Trás alguma vantagem? Qual?
5. Quais são as maiores dificuldades dos agricultores na hora de acessarem ao crédito do Programa?
6. Quais os documentos e quais os procedimentos exigidos pelo Banco para o agricultor acessar uma linha de crédito do Pronaf?
7. Quais as garantias são exigidas?
8. Na visão da Instituição, por que ainda existem agricultores familiares que ainda não acessam ao Pronaf?